



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

**BELÉM-PA
2015**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, da DN TCU n° 134/2013 e alterações posteriores, da Portaria TCU n° 90/2014, e da Portaria CGU n° 650/2014.

ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

**BELÉM-PA
2015**

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	5
SEÇÃO I	8
INTRODUÇÃO	8
SEÇÃO II	10
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	10
SEÇÃO III	21
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	21
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	32
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	39
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	43
6. FUNDOS DE INVESTIMENTOS	69
7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	75
8. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	90
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	98
10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100
11. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	103
12. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	104
13. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	111
14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	114
SEÇÃO IV	116
RESULTADOS E CONCLUSÕES	116
ANEXOS	117
ANEXO I – ORGANOGRAMA	118
ANEXO II – PLANOS OPERATIVOS	119
ANEXO III – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES (QUADRO A.7.4.1)	121
ANEXO IV – CUSTOS DO PESSOAL (QUADRO A.8.1.3)	123
ANEXO V – Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas – BANCO DA AMAZÔNIA	124
ANEXO VI – Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas – BANCO DO BRASIL	154

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AFRMM – Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante
BASA – Banco da Amazônia
BCB – Banco Central do Brasil
CA – Capacidade de Atendimento
CADES – Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional
CE – Cláusulas Essenciais
CGAFI – Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CGAV – Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais
CGFIN – Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CGIF – Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CGV – Capacidade Geral de Vistoria
CIEI – Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo
CIF – Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CLCF – Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento
CONDEL - Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de atração de Investimentos
DIPLAN – Diretoria de Articulação de Políticas
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
ICIF – Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais
IEPB – Índice de Efetividade Produtiva do Benefício
IESI – Índice de Efetividade Social do Incentivo
IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LC – Lei Complementar
LOA – Lei Orçamentária Anual
MI – Ministério da Integração Nacional
PC – Prestação de Contas
PFV – Produtividade da Função Vistoria
PPA – Plano Plurianual
RFB – Receita Federal do Brasil
RI – Regimento Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TA – Termo Aditivo

TCU – Tribunal de Contas da União

TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos

UF – Unidade Federativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

VA – Volume de Pleitos Atendidos

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalísticos
- Quadro A.2.2.1 – Relação dos Programas Auditados
- Quadro A.2.2.2 – Ações Realizadas pela Auditoria-Geral
- Quadro A.2.3 – Relatório de Procedimentos Instaurados
- Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos
- Quadro A.3.1.1 – Quantidade de Manifestações
- Quadro A.3.1.2 – Tipos de Manifestações
- Quadro A.3.1.3 – Status das Manifestações
- Quadro A.3.1.4 – Setores Demandados
- Quadro A.3.1.5 – Meios de Entrada
- Quadro A.3.1.6 – Assuntos Demandados
- Quadro A.3.1.7 – Percentual de Manifestações
- Quadro A.3.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão Parte I
- Quadro A.3.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão Parte II
- Quadro A.3.3.1 – Pesquisa parte I
- Quadro A.3.3.2 – Pesquisa parte II
- Quadro A.3.3.3 – Pesquisa parte III
- Quadro A.3.5.1 – Status das Manifestações (ano)
- Quadro A.3.5.2 – Avaliação Geral da Ouvidoria
- Quadro A.5.1.1 - Resumo das realizações da CGCOM em 2014
- Quadro A.5.2.1 – LOA 2014 – Execução Orçamentária do Órgão Ministério da Integração Nacional
- Quadro A.5.2.2 – LOA 2014 - Execução Orçamentária da Unidade Orçamentária: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- Quadro A.5.2.3.1 – Limite de empenho das despesas discricionárias e emendas individuais.
- Quadro A.5.2.3.1.1 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.3 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.4 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.5 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.6 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.7 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.1.8 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
- Quadro A.5.2.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.3 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.4 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.5 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.6 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.7 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.8 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.9 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2.10 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.6.1 – Relação dos principais projetos e operações no exercício

Quadro A.6.2 – Número de operações e valores aplicados

Quadro A.6.3 – Número de operações

Quadro A.6.4 – Relação dos projetos liberados no exercício

Quadro A.7.1.1 – Programação de Despesas

Quadro A.7.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.7.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.7.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro A.7.1.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.7.2 – Despesas com Publicidade

Quadro A.7.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro A.7.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.7.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.7.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Quadro A.7.5.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.7.5.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.7.5.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Quadro A.7.6.1.1 – Renúncias tributárias sob gestão da UJ incentivos fiscais administrados pela SUDAM – Aspectos Gerais

Quadro A.7.6.1.2.1 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas Redução de 75% do IRPJ

Quadro A.7.6.1.2.2 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas Reinvestimento de 30% do IRPJ

Quadro A.7.6.1.2.3 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas Isenção do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM

Quadro A.7.6.1.2.4 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas Depreciação Acelerada Incentivada para efeito do Cálculo do Imposto Sobre a Renda

Quadro A.7.6.1.3 – Resultados Identificados

Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.8.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Quadro A.8.1.5 – Faixa Etária Servidores Concurso Público/2013

Quadro A.8.1.6.1 – Capacitação de Servidores

Quadro A.8.1.6.2 – Servidor Acompanhado no Serviço de Assistência Médica e Odontológica

Quadro A.8.1.6.3 – Servidor Atendido em Abono Permanência

Quadro A.8.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.8.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.8.2.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.9.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.9.2.2 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SUDAM, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.10.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação vigentes em 2014

Quadro A.11.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Quadro A.12.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.12.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Quadro A.12.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Sudam, da obrigação de entregar a DBR

Quadro A.12.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2014

Quadro A.14.1 – Situação Atual do Acervo

SEÇÃO I

INTRODUÇÃO

Este relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM durante o exercício de 2014, cujos trabalhos desenvolvidos pela unidade estão descritos na seção III – desenvolvimento.

O presente relatório de gestão foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e posteriores alterações, bem como com a Portaria TCU nº 90/2014.

De acordo com o Anexo I (Quadro A1) da DN TCU nº 134, cabe à Sudam apresentar os itens: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 4.1, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 7.1, 7.2, 7.3, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 10.1, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 12.1, 12.2, 12.3, 12.8, 13.1. Desses itens, não se aplicam à Sudam: 8.3 e 12.8.

Dos itens que se aplicam à Sudam, não há informações no 5.3, 5.4, 5.5 e 6.3. Sobre o item 5.4 da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e Portaria nº 90/2014, não existiam indicadores de desempenho operacional implantados no âmbito da Sudam, entretanto, no mesmo ano foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de trabalhar diretamente na elaboração de uma cesta de indicadores que evidenciem os produtos e efeitos projetados para o Fundo Constitucional do Norte (FNO), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), e para os Incentivos Fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, em conformidade com a tipologia, as diretrizes e as prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A primeira versão deste trabalho foi concluída em Outubro de 2014. A respeito do item 5.5, “Informações sobre custos de produtos e serviços”, não foi apresentado, pois a instituição não possui atualmente o Sistema de Custos.

A fim de contribuir para a realização da missão da SUDAM, a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de atração de Investimentos (DGFAI) coopera com a execução das atividades com vistas à consecução dos objetivos estratégicos, na atração de investimentos para a Amazônia Legal, com a geração e manutenção de emprego e renda, articulando-os a projetos estruturadores, com o fim de superar a desigualdade regional e a pobreza extrema na região, promovendo a integração econômica intra e interregional e a expansão da infraestrutura produtiva, por meio da aprovação de projetos de incentivos fiscais, resultando na redução das desigualdades.

Para tanto, a Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF) analisou projetos de incentivos fiscais em 07 estados da Amazônia Legal, em 2014. Um total de 128 empresas obtiveram pleitos aprovados pela SUDAM, no exercício, o que proporcionou a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para 210 linhas de produção, e três isenções de Imposto de Renda, aumentando a capacidade industrial instalada na Amazônia Legal, mantendo e gerando empregos diretos e indiretos. Cabe destaque ao fato de que, mesmo com o quadro de servidores recomposto somente a partir de novembro/2014, ainda assim os trabalhos na CGIF têm sido mantidos num mesmo nível de eficiência.

Do mesmo modo, a Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN) analisou consultas prévias para a utilização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). No decorrer do período, foram apresentadas 14 consultas prévias para enquadramento, das quais 9 foram aprovadas pela Diretoria Colegiada dentro do prazo regulamentar. Ainda, foi aprovado 1 projeto que contará com a participação do fundo em R\$ 576.067.000,00, alocando um total de R\$ 1.359.810.996,00 de investimentos para a região.

Houve dificuldades da realização dos trabalhos das áreas finalísticas da Sudam, no exercício de 2014, as quais se destacam:

- Recursos insuficientes para aquisição de passagens e pagamento de diárias para a realização das vistorias prévias, previstas no Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam;

- Grande retrabalho de análises sobre projetos encaminhados de forma inconsistente e incompleta pelos autores, ocasionando perda na eficiência da unidade. Para solucionar esse problema, se encontra em andamento um programa de reformulação do Regulamento de Incentivos Fiscais, nele introduzindo maior nível de detalhamento, com vistas a torná-lo mais autoexplicativo possível;

- O número reduzido de técnicos envolvidos nos trabalhos da unidade, de janeiro a outubro do ano, tendo em vista o número crescente da demanda;

- Grande concentração na demanda de projetos às proximidades do final do exercício, ocasionando sérias dificuldades com as programações de vistorias, assim como em relação à emissão de pareceres a serem aprovados ainda dentro do exercício.

- Baixa demanda por recursos do FDA

- Desconhecimento do regulamento do fundo por parte do empresariado, inclusive das áreas prioritárias a que esse se destina.

A Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN), por sua vez, atua na promoção do desenvolvimento regional da Amazônia, o que tem sido primordial nos trabalhos executados pelos técnicos da unidade, pensando o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada para promover o desenvolvimento incluyente, sustentável e a redução das desigualdades inter e intrarregionais. Dessa forma, compreende-se que desenvolver a Amazônia implica em vencer desafios, principalmente, de ordem socioeconômica e ambiental, a exemplo de infraestrutura, geração de emprego e renda, regularização fundiária, produção sustentável com inovação tecnológica, assistência técnica e outros desafios.

Ainda, a DIPLAN, nos últimos anos, tem desenvolvido e implementando diversos trabalhos que, somados a outras ações da instituição, contribuirão para uma nova forma de pensar na Amazônia, as quais se destacam: o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, um marco estratégico das políticas públicas para a Amazônia; o Programa de Integração Intra regional, voltado para intensificar as transações econômicas e comerciais entre os estados da Região; a Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), que aponta medidas necessárias para mudar o perfil da indústria da Amazônia, agregando valor à matéria-prima regional, com a verticalização da produção; e o Projeto Norte Competitivo de iniciativa da Confederação Nacional da Indústria, em parceria com a SUDAM, que aponta a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e logística de cargas como estratégias para promover a competitividade da produção regional. Nesse último, destacam-se os estudos dos microeixos realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá, com previsão de ampliação desses estudos para os demais estados, a partir de 2015.

A DIPLAN, participa, ainda, da implementação do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia e do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, ambos capitaneados pelo Ministério da Integração Nacional.

SEÇÃO II

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração		Código SIORG: 042670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			
Denominação Abreviada: SUDAM			
Código SIORG: 091138	Código LOA: 53202	Código SIAFI: 533013	
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 09.203.665/0001-77	
Principal Atividade: Desenvolvimento da Amazônia Legal		Código CNAE: Não se aplica	
Telefones/Fax de Contato:	(91) 4008-5440	(91) 4008-5441	(91) 4008-5543
Endereço Eletrônico: gabinete@sudam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sudam.gov.br			
Endereço Postal: Tv. Antonio Baena, 1115 – Bairro: Marco, CEP: 66093-082, Belém –PA.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 (Estrutura Regimental)			
- Resolução nº 33 de 29 de outubro de 2014 (Regimento Interno)			
Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades Jurisdicionadas			
- Plano de Ação 2014.			
- Norma de Procedimentos nº 01/2009 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para o controle e a utilização dos serviços de comunicação telefônica móvel celular.			
- Norma de Procedimentos PROAS/SUDAM/2009 - Disciplina os procedimentos relativos à assistência ambulatorial, médica, odontológica, social.			
- Norma de Procedimentos nº 001/2010 - Disciplina os procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas e veículos, a entrada e saída de bens e documentos.			
- Norma de Procedimentos nº 002/2010 - Disciplina os procedimentos para ocupação e dispensa da Função Comissionada Técnica - FCT.			
- Norma de Procedimentos nº 003/2010 - Disciplina os procedimentos para concessão de patrocínio.			
- Norma de Procedimentos nº 004/2010 - Disciplina os procedimentos para solicitação, uso guarda, conservação, manutenção, abastecimento e controle dos veículos automotores do patrimônio da SUDAM.			
- Norma de Procedimentos nº 001/2011 – Altera a Norma de Procedimentos nº 001/2010 que disciplina os procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas e veículos, a entrada e saída de bens e documentos.			
- Norma de Procedimentos nº 002/2011 - Disciplina os procedimentos relativos às ações de capacitação no âmbito da SUDAM.			
- Norma de Procedimentos nº 001/2013 – Disciplina os procedimentos a serem observados e aplicados para a formulação do pedido de parcelamento de débitos, na fase administrativa, e a formalização do respectivo processo no âmbito da SUDAM.			
- Norma de Procedimentos nº 002/2013 – Disciplina procedimentos para o uso de Placas de Identidade Visual em projetos e convênios aprovados pela SUDAM.			

- Portaria Normativa nº 001/2011 - Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens.
- Portarias Normativas nº 002/2011 e nº 003/2011 - Dispõe sobre os procedimentos para consolidação de boas práticas de que trata a Agenda Ambiental da Administração Pública no âmbito da SUDAM.
- Manual de diretrizes para elaboração do relatório de gestão da SUDAM e do FDA.
- Código de Ética Profissional dos Servidores da SUDAM.
- Cartilha do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA/2009 - Regulamento, Diretrizes, Prioridades e Modelos para Apresentação de Carta-Consulta e Projetos.
- Regimento Interno
- Folders e informativos.

1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional, cuja finalidade consiste em promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, conforme Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007.

A SUDAM tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento de execução é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

As competências institucionais da SUDAM estabelecidas na LC 124/07 são:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial, que considerem as potencialidades e as especificidades de sua área de atuação;
- Articular e propor programas e ações perante os ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supra-estadual ou sub-regional;
- Articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas na sua área de atuação, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I do caput deste artigo;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos §§ 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;

- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;
- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação.
- Coordenar programas de extensão e gestão rural, assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;
- Estimular a obtenção de patentes e coibir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteadado em detrimento dos interesses da região e do País;
- Propor, em articulação com os ministérios competentes, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

1.3. Organograma funcional com descrição sucinta das competências das áreas ou subunidades estratégicas da unidade jurisdicionada e identificação dos respectivos titulares com nome, cargo, data de nomeação e de exoneração.

O Organograma funcional da Sudam está exposto no anexo I.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência	<ul style="list-style-type: none"> • Exercer a representação da Sudam; • Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Deliberativo da Sudam e da Diretoria Colegiada; • Firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, previamente autorizados pela Diretoria Colegiada; • Prover cargos e funções, admitir, requisitar, dispensar e praticar os demais atos de administração de pessoal; • Ordenar despesas e praticar os atos de gestão necessários ao alcance dos objetivos da Sudam; • Presidir a Diretoria-Colegiada e os comitês que vierem a ser criados pelo Conselho Deliberativo. 	Djalma Bezerra Mello	Superintendente DAS 101.6	09/01-21/04; 24/04 -25/06; 04/07- 27/07; 31/07-26/08; 01/09-28/09; 04/10-16/11; 18/11- 21/12; 27/12-30/12.
		Inocencio Renato Gasparim	Superintendente Substituto DAS 101.6	01/01-08/01; 22/04- 23/04; 26/05- 03/07; 27/08- 31/08; 17/11- 17/11 31/12- 31/12.
Diretoria de Gestão de Fundos, de	<ul style="list-style-type: none"> • Executar as decisões tomadas pela Diretoria Colegiada; 	Inocencio Renato	Diretor DAS 101.5	01/01-04/02; 06/02- 07/04;

Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências da Sudam; • Zelar pela credibilidade e imagem institucional da Sudam; • Zelar pelo cumprimento dos planos, programas e projetos de incumbência da Sudam; • Praticar e expedir os atos de gestão administrativa no âmbito de suas atribuições e nos termos deste regimento interno; e • Contribuir com subsídios para propostas de desenvolvimento organizacional, necessárias à modernização do ambiente institucional da Sudam. 	Gasparim		09/04- 10/08; 21/08- 14/09; 23/09- 28/09; 09/10-21/12; 27/12-31/12.
		Armando Araújo de Mendonça	Diretor Substituto DAS 101.5	15/09- 22/09; 29/09- 08/10; 22/12- 26/12.
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e executar ações voltadas à promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia; • Planejar, coordenar, controlar e avaliar os programas, ações, projetos e atividades na sua área de atuação com foco em resultados, de acordo com o Mapa Estratégico aprovado pela Diretoria Colegiada; • Buscar a integração dos processos organizacionais da Sudam; • Elaborar proposta orçamentária da sua unidade, inclusive com quadros de detalhamento de dispêndios, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da Sudam, em consonância com o Plano Plurianual; • Propor ações estratégicas no âmbito de sua área de competência, para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico da Sudam. 	Marta Maria Rocha de Matos	Coordenador-Geral DAS 101.4	04/01-05/01; 16/01- 06/04; 17/04- 14/09; 25/09- 28/12.
		Admilson Fernando de Oliveira	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	06/01 -15/01; 07/04- 16/04; 15/09- 24/09.
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI)	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar processos e documentos e emitir manifestações sobre os assuntos relativos à área de atuação; • Providenciar formulação de respostas a pedidos de informações que envolvam as competências das respectivas unidades; • Realizar estudos e pesquisas necessários aos assuntos que lhe são submetidos; 	Nadime Jorge Sauaia Pereira Martins	Coordenador DAS 101.3	12/09- 28/12.
		Heladio de Sousa Oliveira	Coordenador Substituto DAS 101.3	01/01- 23/02; 01/03- 21/04; 27/04- 10/08; 12/08 -11/09; 29/12 -31/12.

	<ul style="list-style-type: none"> •Elaborar exposições e preparar material audiovisual a ser utilizado em eventos pelos titulares das unidades. 			
Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF)	<ul style="list-style-type: none"> •Analisar pleitos de liberação de recursos a projetos beneficiários dos instrumentos financeiros, administrados pela Sudam, na forma da legislação vigente; •Controlar o comprometimento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; •Realizar os atos de gestão relacionados à liberação de recursos a projetos beneficiados pelos Fundos de Desenvolvimento e Financiamento. 	Vago	Coordenador DAS 101.3	-
Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF)	<ul style="list-style-type: none"> •Coordenar e executar ações voltadas à promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais; •Planejar, coordenar, controlar e avaliar os programas, ações, projetos e atividades na sua área de atuação com foco em resultados; •Buscar a integração dos processos organizacionais da Sudam; •Elaborar proposta orçamentária da sua unidade, inclusive com quadros de detalhamento de dispêndios, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da Sudam, em consonância com o Plano Plurianual. •Propor ações estratégicas no âmbito de sua área de competência, para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico da Sudam; •Propor e promover articulação com os diversos níveis de governo, entidades federais, estaduais, municipais e pessoas jurídicas de direito privado. 	Indalécio Rodrigues Pacheco	Coordenador-Geral DAS 101.4	11/01-13/07; 02/08-28/09; 30/09-05/10; 11/10- 31/12.
		Célio Luiz Mácola Rente	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	06/01- 10/01; 14/07- 01/08; 29/09- 06/10.
Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> •Analisar processos e documentos e emitir manifestações sobre os assuntos relativos à área de atuação; 	Célio Luiz Mácola Rente	Coordenador DAS 101.3	01/01- 12/01; 18/01-03/07; 14/07-12/11; 18/11-31/12.

(CIF)	<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar formulação de respostas a pedidos de informações que envolvam as competências das respectivas unidades; • Realizar estudos e pesquisas necessários aos assuntos que lhe são submetidos; • Elaborar exposições e preparar material audiovisual a ser utilizado em eventos pelos titulares das unidades. 			
Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAV)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a avaliação setorial, espacial e temporal dos impactos na região, dos benefícios fiscais e financeiros e dos fundos de desenvolvimento e financiamento, administrados pela Sudam; • Coordenar a elaboração dos indicadores para avaliação do desempenho dos fundos de desenvolvimento e financiamento e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam; 	Celso Ângelo de Castro Lima	Coordenador-Geral DAS 101.4	09/10 - 28/12.
Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional (CADES)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais, com vistas a mensurar os impactos no desenvolvimento regional, em articulação com a Diretoria de Planejamento e articulação de Políticas; • Monitorar e avaliar os impactos dos incentivos fiscais e financeiros e dos fundos de desenvolvimento e financiamento no incremento do Produto Interno Bruto - PIB da área de atuação da Sudam; • Elaborar estudos e pesquisas que visem dimensionar a importância dos incentivos fiscais e financeiros e dos fundos de desenvolvimento e financiamento e suas externalidades, na área de atuação da Sudam; 	Vago	Coordenador DAS 101.3	
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN)	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com órgãos públicos e instituições representativas da sociedade a proposição de estratégias, diretrizes e prioridades para orientar a elaboração de planos, programas e projetos; 	Armando Araújo de Mendonça	Diretor DAS 101.5	21/05 – 31/12/14

	<ul style="list-style-type: none"> •Articular com o MI, MPOG, MDIC, MCT e outros ministérios setoriais, a formulação de diretrizes que promovam a diferenciação regional das políticas federais, em especial, a Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior; •Formular planos e programas para o desenvolvimento; •Elaborar estudos e pesquisas, sistematizar e programar bases de dados para subsidiar os processos de formulação, monitoramento e avaliação dos planos e programas. 			
Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR)	<ul style="list-style-type: none"> •Elaborar em conjunto com as coordenações, a proposta orçamentária de cada ano; •Lançar a proposta orçamentária no Sistema Integrado do Planejamento e Orçamento – SIOP; •Cadastrar os Programas/Ações no Portal de Convênios – SICONV, de acordo com o limite orçamentário disponível; •Elaborar o documento de Prestação de Contas da Presidência da República, referente às principais ações desenvolvidas pela SUDAM e encaminhá-lo ao MI, para compor o relatório final do Ministério. 	Roberto Carlos Sampaio Barbosa	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 31/12
Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (GEAP)	<ul style="list-style-type: none"> •Assessorar, coordenar, articular, propor estratégias, diretrizes, planos, programas, estudos, pesquisas, base de dados e informações de desenvolvimento regional, em consonância com as políticas e diretrizes do Governo Federal, de forma articulada com os diversos atores envolvidos no processo. •Elaborar indicadores para orientar e acompanhar as unidades da SUDAM no processo de monitoramento visando à avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos de planos, projetos e ações, sob o ponto de vista das metas e objetivos estabelecidos, elaborando, periodicamente os respectivos relatórios gerenciais. 	Adagenor Lobato Ribeiro	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01 – 04/11
		Elizete dos Santos Gaspar	Coordenador-Geral DAS 101.4	04/11 – 31/12
Coordenação de	<ul style="list-style-type: none"> •Coordenar, articular, propor 	Wanderley	Coordenador	24/09 – 31/12

<p>Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento CEMP</p>	<p>estratégias, diretrizes, planos, programas, estudos, pesquisas, base de dados, informações e o monitoramento das ações estratégicas da SUDAM.</p>	<p>Lopes de Andrade Júnior</p>	<p>DAS 101.3</p>	
<p>Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento, programas e Projetos Especiais COGPE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propor e realizar estudos e pesquisas para formulação de programas e projetos especiais que potencializem o desenvolvimento regional e promovam a integração intra e inter-regional. 	<p>Aline Wisniewski Dias</p>	<p>Coordenador-Geral DAS 101.4</p>	<p>24/09 – 31/12</p>
<p>Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento CGCOM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da SUDAM que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira. 	<p>André Luiz Lopes de Souza</p>	<p>Coordenador-Geral DAS 101.4</p>	<p>22/07 – 31/12</p>
<p>Coordenação de Convênios e Monitoramento CCOM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da SUDAM que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira. 	<p>Marilda Oliveira de Brito Cohen</p>	<p>Coordenador DAS 101.3</p>	<p>24/09 – 31/12</p>
<p>Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover, juntamente com organismos e instituições locais, a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental na área de atuação da SUDAM; • Promover programas e ações de fomento e suporte ao 	<p>Vago</p>	<p>Diretor DAS 101.5</p>	<p>-</p>

	<p>desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação e ao patenteamento de tecnologia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as análises dos pleitos que demandem a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres quanto aos objetivos estratégicos da SUDAM. 			
<p>Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável COGID</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental na área de atuação da SUDAM, em conjunto com a Diretoria de Planejamento; • Desenvolver ações voltadas à captação de outras fontes de financiamento para a demanda do desenvolvimento local e da infraestrutura. 	Vago	Coordenador-Geral DAS 101.4	-
<p>Diretoria de Administração</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Nacional de Correição, Sipecc, Sisp, Sisg, Siorg e Sinar; • Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades inerentes à gestão e à segurança da informação; • Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, dos acervos bibliográfico e documental e às contratações para suporte às atividades administrativas. 	Meryan Gomes Flexa	Diretor DAS 101.5	01/01 – 31/08 01/10 – 31/12

Fonte: DIPLAN, DGFAI e CGP

Nota: O Quadro A.1.3 é composto por todas as unidades até o nível DAS 101.3 das Diretorias Finalísticas e pelos componentes da Diretoria Colegiada da SUDAM, conforme Decreto nº 8.275/2014.

1.4. Macroprocessos finalísticos

Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Concessão de incentivos fiscais administrados pela Sudam	Análise e vistoria técnica, quando pertinente, de projetos encaminhados à Sudam, com emissões de relatórios e pareceres conclusivos a serem submetidos à apreciação da Diretoria Colegiada da Sudam que, ao aprovar, expede Laudos Constitutivos, Declarações, Resoluções e Atos.	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; - Isenção do IRPJ para indústria produtiva de itens de inclusão digital; - Reinvestimento de 30% do IRPJ; - Isenção do Adicional do Frete Para Renovação da Marinha Mercante; - Depreciação Acelerada Incentivada. 	Empresas situadas na Amazônia Legal, que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, conforme definido no Decreto 4.212/2002.	- Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF).
Concessão de incentivos financeiros a projetos privados situados na Amazônia Legal.	Análise técnica de consultas-prévias enviadas à Sudam, com emissão de parecer conclusivo a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada que, ao aprovar, emite Termo de Enquadramento; autorizar a participação do FDA no projeto aprovado pelo agente operador; e aprovar as liberações de recursos para os projetos.	Concessão de incentivos financeiros a projetos produtivos de implantação, ampliação, modernização e diversificação nos setores de infraestrutura, tradicionais, de inovação tecnológica e de serviços.	Empresas privadas situadas na Amazônia Legal que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, aprovados anualmente pelo CONDEL / SUDAM, e que atendam os normativos do Regulamento do Fundo, aprovado pelo Decreto 7.839/2012.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI); - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF).
Transferências Voluntárias	Análise de propostas, celebração, acompanhamento, monitoramento, gestão e análise de prestação de contas de ajustes celebrados visando a execução orçamentária e financeira da Sudam.	<ul style="list-style-type: none"> - Convênios - Termos de Cooperação Técnica 	Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Estadual de Pesquisas do	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento (CGCOM); - Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR).

			Amapá; Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Pará.	
Planejamento, Articulação e Integração de Políticas Públicas	Promover a articulação junto aos demais Ministérios e entes federativos para a formulação de diretrizes, políticas, programas e planos voltados à diferenciação regional das políticas federais, bem como promover a integração das políticas na Amazônia, possibilitando a sinergia das ações voltadas para o desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Integração Intrarregional; - Portal de Negócios da Amazônia; - Estudos de identificação dos Microeixos de Transportes de Cargas realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá; - Elaboração e aprovação das Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FNO 2014; - Documento Etanol da Amazônia-Estudo do Mercado; - Política de Desenvolvimento Industrial para a Amazônia Legal 	Órgãos Públicos Federais, Estaduais, municipais e a sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CGEAP); - Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais (COGPE); - Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID).

Fonte: DIPLAN e DGFAI.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1. Estrutura de Governança

2.1.1. Descrição da estrutura de governança da unidade de Auditoria no âmbito da SUDAM

A nova estrutura organizacional desta Autarquia foi aprovada por meio do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, e no artigo 14 do seu anexo consta que a Auditoria-Geral é vinculada à Diretoria Colegiada da SUDAM.

De acordo com o artigo 23 do Regimento Interno da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, aprovado através da Resolução nº 33, de 29/10/2014, à Auditoria-Geral, como unidade integrante da estrutura organizacional da SUDAM, compete:

I - proceder ao controle interno, fiscalizando e examinando os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal, bem como dos demais sistemas administrativos e operacionais da SUDAM;

II - assessorar a Diretoria Colegiada para o cumprimento dos objetivos institucionais da Sudam, prioritariamente, na supervisão e controle interno administrativo;

III - coordenar o processo de auditorias a aprovar relatório sobre a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, relativamente aos programas, ações, incentivos fiscais e dos fundos de desenvolvimento e financiamento sob a responsabilidade da Sudam;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da SUDAM, inclusive dos fundos de desenvolvimento e financiamento sob a responsabilidade da Sudam;

V – coordenar o processo de formulação de normas e diretrizes da área de Auditoria, em conjunto com as demais unidades administrativa da Sudam;

VI - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

VII - coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINTE;

VIII - coordenar o processo de avaliação a atuação da SUDAM, com vistas ao cumprimento das políticas, metas e projetos estabelecidos.

IX - divulgar para a Diretoria Colegiada e aos demais dirigentes da Sudam, relatórios exarados pela Auditoria-Geral, prestando as informações e esclarecimentos pertinentes, quando solicitados; e

X - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

Conforme informado no PAINT/2014, em 28/12/2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Portaria nº 632, publicada no Diário Oficial da União nº 251, a qual autorizou a realização de concurso público para 71 (setenta e um) cargos da carreira do PGPE, no intuito de amenizar a carência de servidores nesta Autarquia.

Por intermédio da Portaria nº 178, de 24/09/2014, publicada no DOU nº 191, Seção 2, fls. 56, em 03/10/2014, os candidatos habilitados no concurso público da SUDAM foram nomeados em caráter efetivo e tomaram posse no dia 30/10/2014.

Através da Portaria nº 222, de 06/11/2014, foram lotados 03 (três) servidores na Auditoria-Geral desta Autarquia, sendo 01 (um) Contador, 01 (um) Analista Técnico Administrativo e 01 (um) Economista e no dia 15/12/2014, foi remanejada 01 (uma) Contadora por meio da Portaria nº 248.

Apesar das providências desta Administração, até outubro de 2014, a Auditoria-Geral era composta pela auditora chefe, apenas uma auditora e um assistente técnico para desempenhar todos os trabalhos de auditoria, além de gerenciamento, portanto, quantitativo extremamente reduzido de servidores.

De acordo com o estabelecido no art. 15, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.440/2002 a Auditoria-Geral desta Superintendência está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

2.2. Atuação da unidade de auditoria interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver

Preliminarmente, informa-se que em função da carência de servidores lotados nas auditorias internas, além de não disporem de procedimentos e sistema para subsidiar suas ações, foi criado o Comitê Técnico de Auditoria - CTA, por meio da Portaria nº 833, de 22.11.2011, tendo como finalidade integrar as unidades de Auditoria Interna e de aperfeiçoar tecnicamente as atividades de auditoria no âmbito das entidades vinculadas ao Ministério da Integração Nacional - MI.

Dentre os trabalhos que estão sendo realizados no âmbito do CTA, cabe destacar o Sistema Integrado de Gestão de Auditoria - SIGA pela área de TI do MI, tendo como ponto de partida o Sistema de Auditoria disponibilizado pela CODEVASF, sendo pauta principal nas reuniões ocorridas no decorrer dos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Atualmente, segundo informações repassadas pela CGTI/MI, em 15/06/2015, iniciou-se a elaboração da versão 2.0 do Sistema Integrado de Gestão de Auditoria - SIGA com previsão de entrega para implantação em 09/11/2015.

O SIGA será de grande relevância para as atividades das Auditorias Internas vinculadas ao MI, tais como elaboração do planejamento (PAINT), Ordem de Serviços, Solicitações de Auditoria, Constatações, Relatórios de Auditoria, RAIN, monitoramento das recomendações/determinações do Tribunal de Contas da União e recomendações da CGU e da Auditoria Interna, dentre outras funcionalidades, proporcionando maior segurança e celeridade em seus processos.

Nesse sentido, a Auditoria Interna da SUDENE desenvolveu uma Matriz de Risco, a qual foi apresentada para todas as unidades de Auditorias Internas vinculadas ao MI, por ocasião da Reunião do CTA, realizada no período de 14 a 18/10/2013, ficando estabelecido que as demais Auditorias Internas a utilizariam como referência para seus trabalhos.

A partir da Matriz de Risco, a Auditoria aplicou inicialmente os critérios de relevância e materialidade para elaboração do PAINT/2014, contudo, no decorrer do exercício de 2014 foram desenvolvidos os aspectos da criticidade e temporalidade. Para o PAINT/2015, os quatro critérios foram considerados como forma de estabelecer o norte das ações, levando em consideração o grau de risco apurado.

A utilização da metodologia aplicada para o levantamento da matriz de risco, por ser inovação na SUDAM, está em fase de maturação, podendo ocorrer melhorias nos anos subsequentes.

A metodologia de trabalho e os procedimentos adotados pela Auditoria da SUDAM, em suas atividades técnicas, guardadas as suas proporções, está em consonância com as diretrizes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC nº 01, de 06.04.2001).

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

A Auditoria, considerando sua capacidade operacional, realizou seus trabalhos baseados nos seguintes programas governamentais:

Quadro A.2.2.1 – Relação dos Programas Auditados

PROGRAMAS AUDITADOS	VALOR
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$ 1.399.348,28
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	R\$ 2.660.000,00
2040 - Gestão de Riscos e Respostas a Desastres	R\$ 50.000,00
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do MI	R\$ 1.807.267,10
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	R\$ 2.122.281.146,99
0353 - Financiamento de projetos do setor produtivo no âmbito do FDA	
TOTAL	R\$ 2.128.197.762,37

Fonte: Auditoria

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada

Preliminarmente, registra-se que o reduzido quadro de pessoal da Auditoria-Geral da SUDAM no decorrer do exercício de 2014 se constituiu no principal inibidor na execução das ações previstas no PAINT/2014.

As ações realizadas pela Auditoria-Geral da SUDAM estão demonstradas no quadro abaixo:

Quadro A.2.2.2 – Ações Realizadas pela Auditoria-Geral

Nº da Nota Técnica/Parecer/Relatório	Áreas, Unidades e Setores Auditados	Escopos Examinados	Item da Ação do PAINT
Relatório 2014001	DA/COGAF/CLC /CGP/COFI	I - Análise dos processos 59004/0051/2013-77, 59004/00080/2013-39, 59004/00081/2013-83, 59004/00084/2013-17, 59004/00118/2013-73, 59004/00127/2013-64, 59004/00141/2013-68, 59004/00207/2013-10, 59004/00383/2013-51 e 59004/00385/2013-41 para avaliar os processos licitatórios e das contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação, relativo à contratação de serviços de aperfeiçoamento/treinamento para capacitação de servidores da SUDAM, referente ao exercício de 2013; II - Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pelas unidades.	12
Relatório 2014002	DGFAI/ CGFDF/CGAF	I - Análise no processo CUP 59004/000482/2013-33, para avaliar à consulta prévia da empresa Fiagril Ltda, referente ao exercício de 2013 II - Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos	4

		utilizados pela unidade	
Parecer 01/2014/ AUD	Diretoria de Administração/C GTI	Análise acerca dos procedimentos administrativos adotados na execução do Contrato nº 96/2012	12
Relatório 2014003	DGFAI/ CGFDF/ CGAF	I - Análise no processo CUP 59004/000465/2013-04, para avaliar à consulta prévia da empresa Belém Bioenergia Brasil S/A, referente ao exercício de 2013 II - Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pela unidade	4
Relatório 2014004	DIPLAN/ CODESUS	I - Análise nos processos CUP 59004/000382/2013-15 (Convênio nº791171/2013), 59004/000363/2013-81 (Convênio nº798221/2013), 59004/000340/2013-76 (Termo de Cooperação nº03/2013) e 59004/000169/2013-03 (Termo de Cooperação nº 002/2013) II - Verificar o cumprimento da legislação e normativos vigentes acerca da formalização dos respectivos processos	2 e 3
Relatório 2014005	DGFAI/ CGFDF/CGAF	I – Análise no processo CUP 59004/000082/2014-17, para avaliar à consulta prévia da empresa Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A, referente ao exercício de 2014 II – Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pela unidade	4
Relatório 2014006	DGFAI/ CGFDF/CGAF	I – Análise no processo CUP 59004/000151/2014-84, para avaliar à consulta prévia da empresa Concessionária Rota do Oeste S/A, referente ao exercício de 2014 II – Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pela unidade	4
Parecer	Controle da Gestão SUDAM/FDA	Verificar se os aspectos formais quanto à organização e apresentação do processo CUP 59004/000302/2014-02 de prestação de contas estão de acordo com a legislação pertinente	1
Relatório 2014007	DGFAI/ CGFDF/CGAF	I – Análise no processo CUP 59004/000299/2014-19, para avaliar à consulta prévia da empresa Rota do Oeste S/A, referente ao exercício de 2014 II – Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pela unidade	4
Relatório 2014008*	DA CGTI-DSI/DIT	I – Análise no processo CUP 59004/000260/2013-13 (Contratos nºs 79/2013 e 80/2013) para analisar os procedimentos relacionados ao planejamento, ao processo de licitação, à execução e acompanhamento contratual referente à aquisição do bem e avaliar a adequabilidade dos controles internos administrativos utilizados pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI.	
Relatório 2014009	DGFAI/ CGFIN/CGAFI	I - Análise no processo CUP 59004/000418/2014-33, para avaliar à consulta prévia da empresa WPR São Luis Gestão de Portos e	4

		Terminais Ltda, referente ao exercício de 2014. II - Comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos utilizados pela unidade	
--	--	--	--

Fonte: Auditoria

*A auditoria na área de Tecnologia da Informação só foi possível em decorrência da lotação de um servidor com cargo de Analista Técnico Administrativo com formação em Ciência da Computação, por essa razão não estava prevista no PAINT/2014.

Cabe registrar que os processos referentes aos projetos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA estavam condicionados ao trabalho de forma compartilhada entre a Auditoria e a CGU/PA, conforme consta nos itens 5 e 6 do PAINT/2014.

Contudo, no decorrer do exercício de 2014, não foi possível realizar nenhum trabalho integrado em projetos do FDA com a CGU/PA, em virtude de outras demandas de trabalho tanto por parte daquele Órgão de Controle Interno como da Auditoria, assim como, não foi possível realizar também a auditoria compartilhada por ocasião da Auditoria Anual de Contas - AAC, prevista no item 8 do PAINT/2014.

Em meados de novembro foram iniciados os trabalhos de auditoria na área de incentivos e benefícios fiscais (Processos CUP 59004/000285/2012-33, 59004/000286/2012-88 e 59004/000423/2011-01), relativos às empresas OCRIM S/A - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E IND. E COM. ESPUMA E COLCHÕES BELÉM LTDA ORTOBOM, tendo como escopo comprovar se os atos estão sendo realizados de acordo com as normas legais e avaliar a adequabilidade dos controles internos aplicados à gestão dos incentivos concedidos, conforme previsto no item 7 do Anexo I do PAINT/2014.

Registra-se, ainda, que os trabalhos de auditoria na área de incentivos e benefícios fiscais foram realizados de forma compartilhada com a Auditoria Interna da SUDENE, em função da deliberação do Comitê Técnico de Auditoria (CTA-MI).

No decorrer dos trabalhos realizados pela Auditoria, foram emitidas recomendações objetivando corrigir e/ou aprimorar procedimentos, as quais foram dadas conhecimento ao gestor máximo e às diretorias e coordenações correlatas a área auditada para as devidas implementações.

No Relatório de Auditoria nº 2014005, referente à análise do Processo CUP Nº 59004/00082/2014-17, relativo à consulta prévia do FDA da empresa Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A, foram exaradas as seguintes recomendações, *in verbis*:

CONSTATAÇÃO

Não apresentação do licenciamento ambiental da beneficiária, exigência do item 3, do Modelo de Apresentação de Consulta Prévia, aprovado pela Resolução SUDAM nº 027, 02/09/2013, tendo sido justificado pela empresa, referida ausência, que sua atividade principal é a participação em outras sociedades, tendo juntando aos autos o Alvará de funcionamento da Matriz Agropecuária Sta. Bárbara Xinguara S/A, nº 2083/2013 expedido em 28/06/2013 com validade por 03 (três) anos, demonstrando sua atividade: “Escritório representativos ou administrativos de Indústrias e Comércio – Categoria Serviços Administrativos, Financeiros e Empresariais”. Apresentou, ainda, requerimento da licença de Atividade Rural da Fazenda Lagoa do Triunfo e da Fazenda São Roberto, local onde as inversões fixas serão executadas.

Recomendação 01: Solicitar da empresa Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A que apresente uma declaração de isenção emitida pelo órgão ambiental competente e seja anexada no respectivo processo

Análise da Auditoria: O Banco da Amazônia S/A por meio da Carta GERGC nº 2014/05, de 24.07.2014, informou para esta Autarquia que não teve interesse em atuar como agente operador do projeto da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A, por essa razão referida recomendação foi cancelada por perda de objeto.

Recomendação 02: Que sejam normatizados os procedimentos a serem adotados por ocasião das análises das consultas prévias, em decorrência da situação apresentada neste processo

Medidas a serem adotadas: A unidade responsável submeteu por meio do DESPACHO CGFIN Nº 06/2014, alteração no Modelo de Apresentação de Consulta Prévia, o qual foi aprovado pela Diretoria Colegiada da SUDAM no dia 27.11.2014.

Análise da Auditoria: Verificará na próxima auditoria

No Relatório de Auditoria nº 2014007, referentes aos trabalhos realizados no processo nº 59004/000299/2014-19 relativo à consulta prévia da empresa Concessionária Rota do Oeste S/A, foram feitas as seguintes recomendações:

3.1 CONSTATAÇÃO 001

Ausência de comprovação da regularidade cadastral da beneficiária perante instituição financeira oficial federal e a SUDAM, nos termos do § 7º do art. 18 do Regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto nº 7.839, de 09/11/2002. Consta às fls. 115 e 116 dos autos a solicitação da Concessionária Rota do Oeste, entretanto não foi anexada a resposta ao solicitado.

Recomendação 001: Que a CGFDF/CGAF, abstenha-se de analisar consulta prévia de projeto que não atenda às exigências de comprovação da regularidade cadastral de beneficiárias perante instituição financeira oficial federal e a SUDAM, em atendimento ao art. 18, § 7º do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, aprovado pelo Decreto nº 7.839.

Medidas a serem adotadas: a unidade responsável informou que está solicitando a comprovação da regularidade cadastral de beneficiárias perante instituição financeira oficial federal e encaminhou as cópias das regularidades cadastrais apresentadas pelos bancos das consultas prévias aprovadas após a recomendação supramencionada

Análise da auditoria: Atendida

No Relatório de Auditoria nº 2014008, referente aos trabalhos de auditoria no Processo CUP Nº 59004/000260/2013-13 (Contratos nºs 79/2013 e 80/2013), relativo à aquisição de equipamentos de tecnologia da informação destinados a ampliar recursos do datacenter e promover o atendimento de necessidades do parque tecnológico desta Autarquia, pelo prazo de 12 (doze) meses, foram emitidas as seguintes recomendações:

4.1.1.1 CONSTATAÇÃO 001

As Ordens de Serviços utilizadas, juntadas às folhas 525, 526 e 527 dos autos não seguem o padrão sugerido pela Instrução Normativa Nº 04/2010 da SLTI, Seção III, art. 25, inciso II, considerando que não contêm as especificações dos bens a serem adquiridos, com as respectivas quantidades, bem como o cronograma de entrega dos bens com seus respectivos prazos.

Recomendação 001: Recomendamos a CGTI que observe as orientações da SLTI/MPOG, exaradas através de Instruções Normativas vigentes.

Medidas a serem adotadas: A unidade técnica responsável por meio do Memo.CGTI/062/2014 informou que adotará o modelo apresentado pela norma

Análise da Auditoria: Verificará na próxima auditoria

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO 002

Ausência dos Planos de Inserções das contratadas, que devem ser elaborados na fase inicial do Gerenciamento do Contrato, conforme Art. 25, I,a da IN 04/2010.

Recomendação 001: Recomendamos a CGTI que observe as orientações da SLTI/MPOG, exaradas através de Instruções Normativas vigentes.

Medidas a serem adotadas: A unidade técnica responsável por meio do Memo.CGTI/062/2014 informou que adotará o modelo apresentado pela norma

Análise da Auditoria: Verificará na próxima auditoria

4.1.1.3- CONSTATAÇÃO 003

Ausência dos itens 18, 19 e 20 dos documentos Análise de Viabilidade (folha 09 dos autos) e na estratégia de contratação (folha 21 dos autos) que aparecem presentes no termo de referência final (folhas 251 à 277 dos autos).

Recomendação 001: Recomendamos a CGTI, que atualize os documentos que fazem parte do processo, de forma que retrate a cronologia dos fatos adequadamente.

Medidas a serem adotadas: A unidade técnica responsável por meio do Memo.CGTI/062/2014 informou que quando acontecer situação similar em outros processos licitatórios, a equipe de planejamento da contratação deverá ter atenção na atualização dos referidos artefatos.

Análise da Auditoria: Verificará na próxima auditoria.

d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A sucessão jurídica entre os Órgãos, ocorrida por meio dos Decretos nº 6.199 e 6.218, emitidos em 28/08/2007 e 04/10/2007, respectivamente, ocasionou grande impacto desde a Auditoria Interna da extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e na Auditoria-Geral da SUDAM em função da supressão das duas coordenações.

Com o advento do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a estrutura organizacional da Auditoria-Geral passou a ser vinculada à Diretoria Colegiada da SUDAM e está apresentada da seguinte forma:

- 01 (um) Auditor Chefe (DAS 101.4);
- 01 (um) Assistente Técnico (DAS 102.1);
- 02 (dois) Chefes de Divisões (DAS 101.2); e
- 02 (duas) Funções Gratificadas (FG -1 e FG-2)

e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada

A Auditoria-Geral da SUDAM não desenvolveu nenhuma ação, devido sua estrutura administrativa inadequada e a escassez de pessoal, até outubro de 2014, em função de ser composta pela Auditora Chefe e uma Auditora (servidoras efetivas do quadro) e um assistente técnico (cargo

comissionado) para desempenhar todos os trabalhos de auditoria, além de gerenciamento, portanto, quantitativo extremamente reduzido de servidores.

Cabe mencionar, que no final do exercício de 2014, foram lotados 04 (quatro) servidores na Auditoria-Geral, sendo 01 (um) Analista Técnico Administrativo, 01 (um) Economista e 02 (dois) Contadores e por meio da Portaria nº 42, de 24.02.2015, foram lotados 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Economista em razão da remoção ocorrida no dia 28/01/2015 do Economista lotado anteriormente em 06/11/2014.

2.3. Sistema de correição

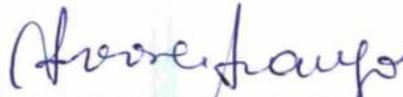
Na condição de usuária cadastradora, nomeada pela Portaria nº33 de 9 de maio de 2011 da Sudam, informo que os procedimentos de processos administrativos disciplinares, ocorridos durante o exercício de 2014, no âmbito da Sudam, foram devidamente cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, tendo sido registrada a instauração de um único processo disciplinar, que se encontra em fase de tramitação nesta Autarquia.

Quadro A.2.3 – Relatório de Procedimentos Instaurados

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
59004000215201366	01/10/2014	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)

Fonte: CGU-PAD

Belém(PA), 13 de março de 2015



IVONE COELHO DE ARAUJO
Agente Administrativo
SIAPE 010779450

2.4. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em				x	

todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica:					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

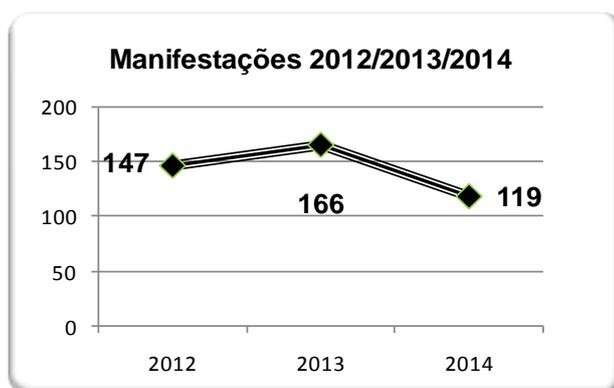
3.1. Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso do cidadão para registro de manifestações, disponibilizados pela Ouvidoria da Sudam contemplam os seguintes:

- Webmail: ouvidoria@sudam.gov.br
- Telefone Institucional: (91) 4008-5689
- Fale Conosco: www.sudam.gov.br
- DDG (Discagem Direta Gratuita): 0800-610021
- Atendimento pessoal, Urnas e Correio - Tv. Antônio Baena, 1113 - Bairro: Marco - Belém-PA - CEP: 66093-082 – Térreo / Bloco C

Em relação ao volume de manifestações registradas no exercício de 2014, segue abaixo o gráfico representativo, inclusive com o quantitativo dos anos anteriores:

Quadro A.3.1.1 – Quantidade de Manifestações



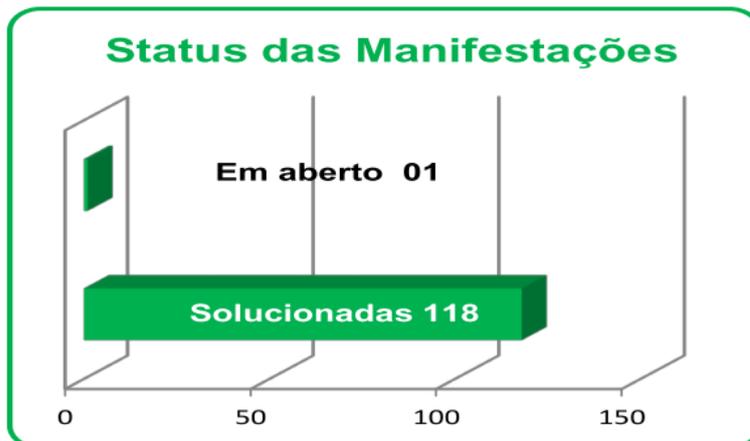
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.2 – Tipos de Manifestações



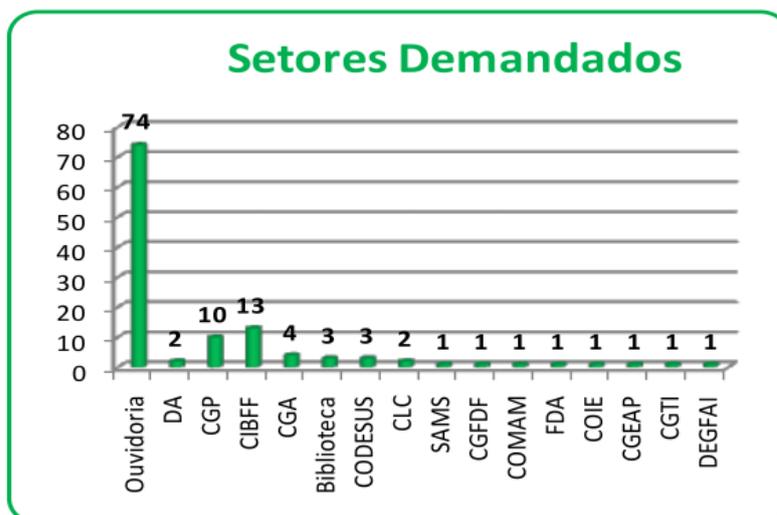
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.3 – Status das Manifestações



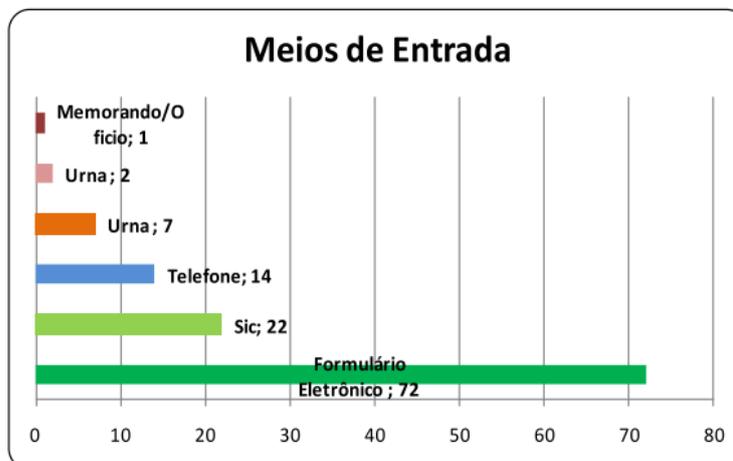
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.4 – Setores Demandados



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.5 – Meios de Entrada



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.6 – Assuntos Demandados

Cód.	Assuntos mais Demandados Março 2014	Quant.
109.04	Informação referente à Concurso Público	25
104	Informações referentes a Incentivos Fiscais	17
124	Informações referentes a atribuições de outros Órgãos	13
509.03	Reclamação referente ao Concurso da SUDAM	06

Fonte: Mfouv – Sistema de Ouvidoria

Quadro A.3.1.7 – Percentual de Manifestações

ANO Recebimentos	Status	Tempo de Resposta das Manifestações	Total	%
2014	Normal	De 1 a 5 dias	55	61,22%
	Alta	De 6 a 10 dias	21	2,04%
	Urgente	De 11 a 15 dias	10	6,80%
	Em Aberto	Acima de 15 dias	33	9,52%
Total de Manifestações			119	100%

Fonte: Mfouv – Sistema de Ouvidoria

3.2. Carta de Serviço ao Cidadão

A unidade de Ouvidoria elaborou todos os seus materiais de divulgação contemplando os detalhamentos para elaboração da Carta de Serviço ao Cidadão, contidos no Decreto 6.932/09.

Quadro A.3.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão Parte I



Fonte: Ouvidoria Sudam

Quadro A.3.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão Parte II



Fonte: Ouvidoria Sudam

A ouvidoria da SUDAM disponibiliza na internet, através no site institucional (www.sudam.gov.br), o canal FALE CONOSCO Trata-se de um formulário eletrônico para registro de manifestações. Tudo é gerenciado através desse sistema informatizado

Ainda, na página principal do site institucional, especificamente no link da ouvidoria, existem informações referentes à prestação do serviço direto ao cidadão.

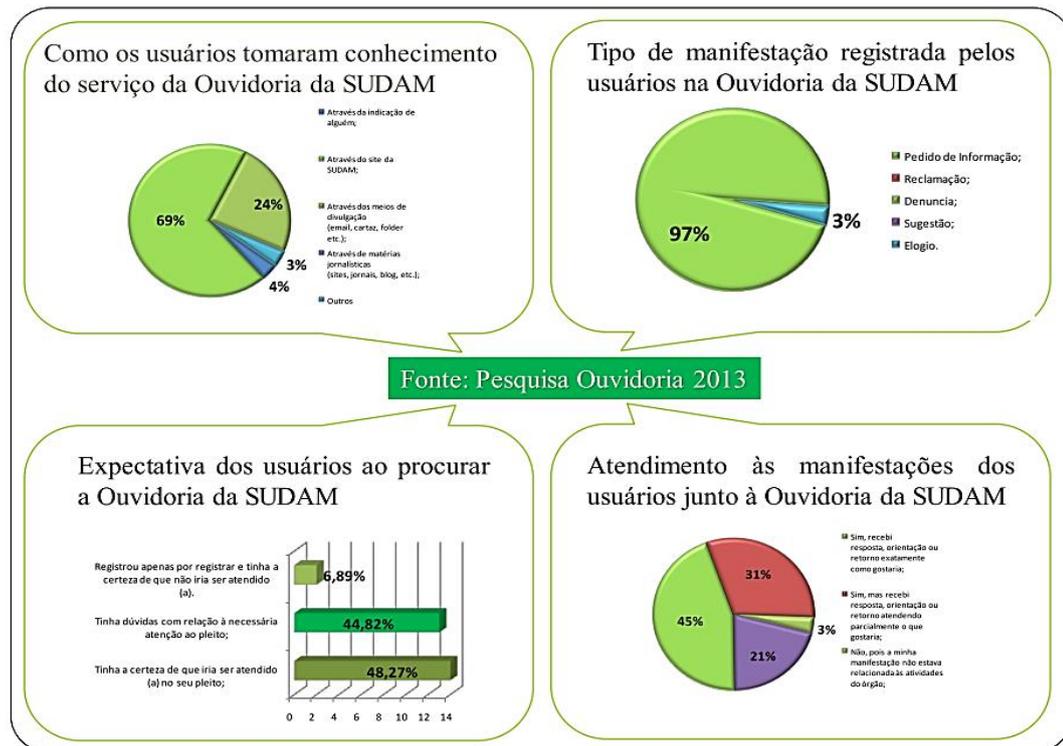
3.3. Mecanismo para medir a satisfação dos produtos e serviços

São realizados três procedimentos para medir a satisfação do usuário, a saber:

- Monitoramento das manifestações junto ao usuário, durante o trâmite interno, como forma de priorizar o bom relacionamento;
- Contato pós-solucionada, quando a comunicação com o manifestante é feita para avaliar o atendimento. Todas as considerações são colocadas como notas técnicas dentro do sistema;
- Pesquisa de opinião do público da ouvidoria. Trata-se de uma pesquisa descritiva realizada na forma de levantamento com amostragem sistêmica, através de formulário aplicado de forma eletrônica.

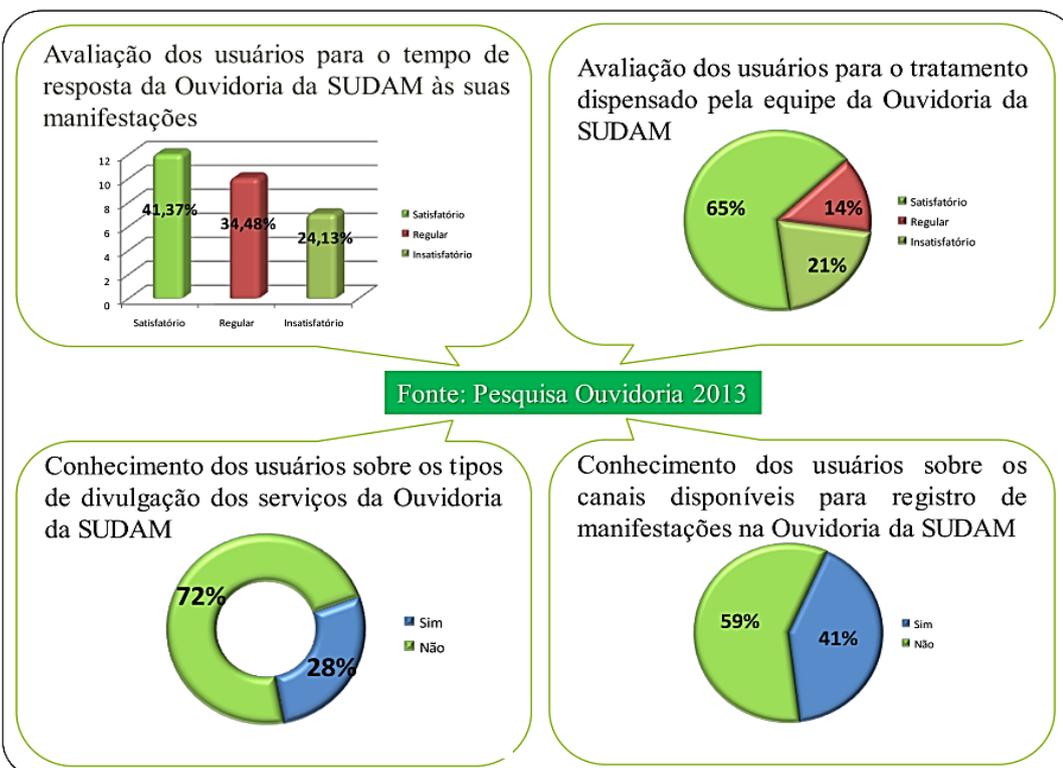
A última pesquisa de opinião foi realizada em 2013, com os 38 usuários que utilizaram o serviço durante o primeiro trimestre. Nesse caso, foi escolhido o formulário como instrumento de pesquisa, aplicado de forma eletrônica. Os resultados estão relacionados a seguir:

Quadro A.3.3.1 – Pesquisa parte I



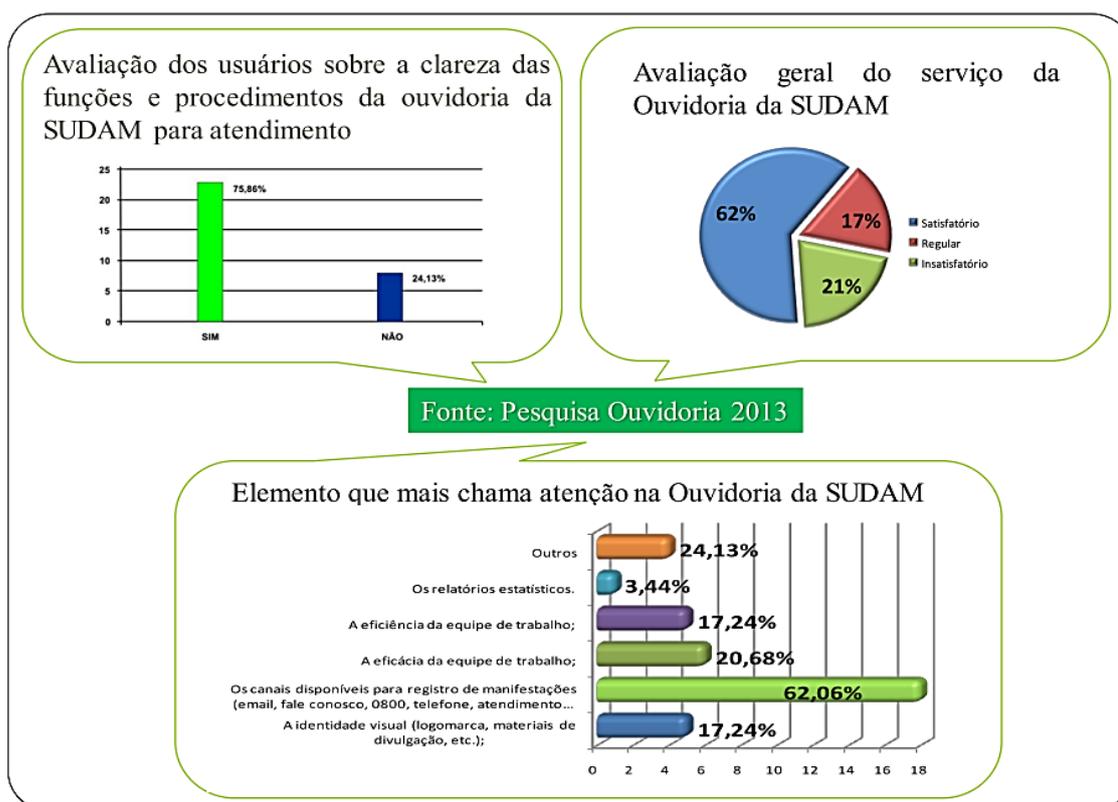
Fonte: Ouvidoria Sudam

Quadro A.3.3.2 – Pesquisa parte II



Fonte: Ouvidoria Sudam

Quadro A.3.3.3 – Pesquisa parte III



Fonte: Ouvidoria Sudam

3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada

As informações relativas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Incentivos Financeiros e outros instrumentos estão localizadas no site institucional da Sudam, cujo endereço eletrônico é: www.sudam.gov.br.

As diretrizes e prioridades, legislação, normas, pareceres, relatórios e demais documentos de caráter informativo/consultivo também estão disponíveis no Portal, na parte esquerda, especificamente nos links abaixo:

- Incentivos à Atração de Investimentos – Incentivos Fiscais;
- Incentivos à Atração de Investimentos – Incentivos Financeiros (FDA);
- Incentivos à Atração de Investimentos – Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Já as informações sobre a atuação da ouvidoria podem ser encontradas no link da ouvidoria, localizado na parte esquerda dentro do endereço eletrônico da Sudam (www.sudam.gov.br/ouvidoria).

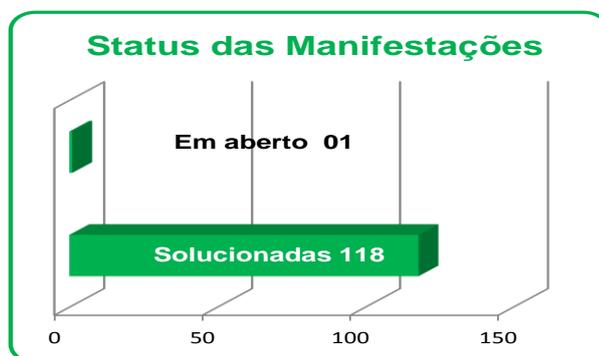
3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A unidade de Ouvidoria utiliza dois procedimentos para medir seu desempenho:

- Status mensal e anual das manifestações: identifica quantas manifestações encontram-se solucionadas e quantas pendentes, através dos dados contidos nos relatórios estatísticos. O parâmetro de excelência é de 75% de manifestações solucionadas e a ouvidoria da

SUDAM sempre manteve seu percentual acima da média. Abaixo segue o gráfico do status do ano de 2014:

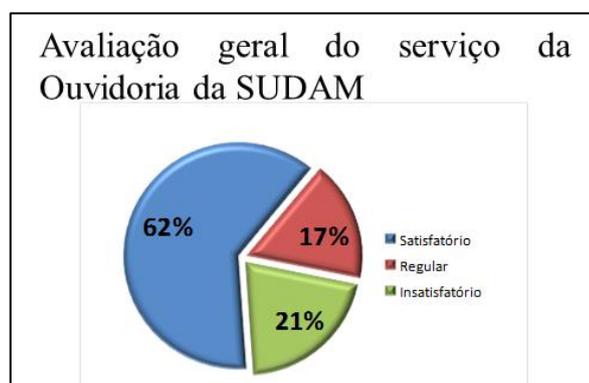
Quadro A.3.5.1 – Status das Manifestações (ano)



Fonte: Ouvidoria Sudam

- Pesquisa de Opinião do Público da Ouvidoria: segue abaixo os resultados detalhados e considerações da última pesquisa realizada em 2013. Entretanto, ressalta-se que a principal medida tomada como providência diante do resultado, foi maior sensibilização interna quanto à importância da celeridade nas demandas e intensificação de treinamento dos interlocutores de ouvidoria dentro de cada unidade, quanto à utilização do sistema informatizado da ouvidoria. Abaixo segue o gráfico da avaliação geral:

Quadro A.3.5.2 – Avaliação Geral da Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria Sudam

3.6. Medidas relativas à acessibilidade

A unidade de ouvidoria está localizada no térreo do bloco C do prédio da SUDAM, logo ao lado do acesso aos elevadores, em respeito às normas relativas à acessibilidade.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1. Informações Sobre do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada.

a) Caracterização e comportamento do mercado de atuação:

O mercado de atuação da Sudam é a Amazônia Legal conforme definido na Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953 e alterações posteriores. Como missão, a Sudam busca promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais, o que implica em vencer desafios, principalmente, de ordem socioeconômica e ambiental, a exemplo de infraestrutura, geração de emprego e renda, regularização fundiária, produção sustentável com inovação tecnológica, assistência técnica e outros desafios.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares aos da Unidade Jurisdicionada.

A Sudam, por meio da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN) promove com a parceria de algumas instituições a elaboração de Planos, Programas e Projetos que visem a promoção do desenvolvimento da região. Realiza ainda o desenvolvimento regional através da celebração de convênios e descentralização de créditos (termos de cooperação). Já a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de atração de Investimentos (DGFAI) oferta incentivos e benefícios fiscais e empréstimos com taxas menores que o mercado financeiro, no entanto a redução e isenção de Imposto de renda, bem como reinvestimento de Imposto de Renda, Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e, ainda, Depreciação Acelerada Incentivada e Desconto, em 12 meses, dos Créditos PIS/PASEP e COFINS, constituem incentivos específicos concedidos somente pelo Governo Federal e administrados pela SUDAM.

Dessa forma, na Região Amazônica atuam outras instituições que também, ofertam produtos e serviços similares ofertados por esta Superintendência, destacando-se o Banco da Amazônia S/A, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Organizações Não-Governamentais, Órgãos/entidades federais.

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela Unidade Jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação.

Como órgão de planejamento, a Sudam, nos últimos anos, desenvolveu e vem implementando vários trabalhos que, somados a outras ações da instituição, trouxeram e trarão várias contribuições para uma nova forma de pensar na Amazônia. Destacando:

- O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, um marco estratégico das políticas públicas para a Amazônia.
- O Programa de Integração Intrarregional, voltado para intensificar as transações econômicas e comerciais entre os estados da Região, tendo como um dos instrumentos o Portal de Negócios da Amazônia, permitindo conhecer o que cada estado produz e o que pode ser negociado entre eles.
- A PDIAL-Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal, resultante de um trabalho articulado entre técnicos da SUDAM e representantes de vários setores da economia regional e instituições públicas da Região, que nos aponta medidas necessárias para mudar o perfil da indústria da Amazônia, agregando valor à matéria-prima regional, com a verticalização da produção.

- Projeto Norte Competitivo de iniciativa da Confederação Nacional da Indústria, em parceria com a SUDAM, que aponta a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e logística de cargas como estratégias para promover a competitividade da produção regional. Destaca-se neste caso, os estudos dos micro eixos realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá, com previsão de ampliação desses estudos para os demais estados, a partir de 2015.

A DIPLAN participa, ainda, da implementação do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia e do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, ambos capitaneados pelo Ministério da Integração Nacional.

A Sudam, por meio da DGFAI, também disponibiliza incentivos e benefícios fiscais, além de acesso a recursos financeiros (FDA) às empresas sediadas na Amazônia Legal, representados na forma de Isenção e redução de Imposto de Renda, reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e, ainda, Depreciação Acelerada Incentivada e Desconto, em 12 meses, dos Créditos PIS/PASEP e COFINS. A concessão dos incentivos é voltada às empresas que se enquadram nos requisitos definidos pela política de desenvolvimento regional estabelecida pelo Governo Federal, o mesmo se aplica ao FDA.

d) Ameaças e oportunidades no seu ambiente de negócio.

Uma das principais ameaças para a execução das ações de planejamento da Sudam se caracteriza pelo orçamento que se reduz a cada ano impedindo a ampliação da oferta de insumos, a exemplo de estudos, pesquisas, banco de dados que venham a indicar novas oportunidades de produção de bens e serviços que beneficiem a sociedade regional, uma vez que nela residem mais de 25 milhões de pessoas que precisam de emprego, renda e direitos iguais aos que são concedidos a todos os brasileiros.

Entre as oportunidades podemos citar as possibilidades que existem de realizar parcerias com Instituições públicas e privadas e executar o seu planejamento integrado com os atores de sua jurisdição e com isso superar os desafios, principalmente, com outros Ministérios Setoriais que têm ações que podem vir a ser descentralizadas à SUDAM para serem implementadas, visando ao melhor aproveitamento sustentável dos recursos naturais disponíveis na Região, promovendo educação, saúde, saneamento básico, emprego, renda e qualidade de vida.

Além disso, a partir do segundo semestre do ano de 2014 houve um aceno do Ministério da Integração Nacional no sentido de fortalecer a SUDAM no seu papel de articuladora regional para captação de projetos na Amazônia a exemplo do Programa Rotas de Integração Nacional voltada para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Em relação aos incentivos e benefícios fiscais e financeiros, as eventuais ameaças e/ou oportunidades detectadas na operacionalização podem estar interligadas ao maior ou menor nível de informações que tem as empresas potencialmente beneficiárias, sobre a disponibilidade dos benefícios concedidos pelo Governo Federal.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da Unidade Jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.

A DIPLAN relaciona-se com seus clientes por meio de Reuniões Técnicas, Seminários e outros eventos para discussão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Região. Além disso, recebe propostas, analisa e, se for o caso, apoia a execução de projetos de interesse para a Região em suas várias áreas de atuação finalísticas.

A DGFAI recebe pleitos de concessão de incentivos e benefícios fiscais, e de recursos financeiros protocolados por empresas sediadas na Amazônia Legal, procedendo às suas análises quanto ao atendimento dos requisitos normativos e legais exigidos e, sendo comprovada a regularidade no cumprimento das exigências, a Sudam emite documentos comprobatórios do atendimento aos respectivos pleitos, representados pela expedição de laudos constitutivos e/ou resoluções e declarações.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los.

Como órgão de Planejamento, a estratégia para mitigação passa pela consecução de um programa permanente de capacitação dos seus servidores voltado para gerar conhecimentos e ações inovadoras que venham superar os desafios para o atendimento dos produtos e serviços que são exigidos pela sociedade.

Outra estratégia que vem sendo adotada pela Sudam, é o monitoramento de suas ações com o estabelecimento de metas e o alinhamento de iniciativas estratégicas, permitindo melhorar o feedback entre as áreas da instituição, possibilitando o contínuo realinhamento dessas ações, trazendo ao órgão um ganho de eficiência na gestão.

Quanto aos incentivos e benefícios fiscais e financeiros, não há propriamente risco de mercado nas ações de concessão destes por parte da Sudam, em virtude do risco de inadimplência do FDA ser assumido pelo banco operador. A única circunstância negativa que pode acarretar riscos de resultados aquém dos esperados deve-se à falta de conhecimento da existência e da disponibilidade dos benefícios fiscais e da disponibilidade dos recursos financeiros cuja Sudam possibilita a liberação junto ao banco operador (FDA) e na emissão do laudo constitutivo de isenções e benefícios fiscais. Para tentar atenuar ao máximo essa possibilidade, a Sudam tem promovido palestras elucidativas e promocionais nas unidades que compõem a Amazônia Legal, além de propor a ampliação do elenco das atividades atualmente passíveis de receber incentivos, pleito que se encontra em tramitação no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

g) Principais mudanças de cenários nos últimos exercícios.

Para o planejamento regional, as mudanças de cenários iniciaram-se no exercício de 2012/2013, com as Conferências Estaduais de Desenvolvimento Regionais, culminando com a Conferência Nacional de Desenvolvimento regional, Organizadas e coordenadas Pelo Ministério da Integração Nacional, criando um momento privilegiado para a construção participativa de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, elaborada a partir de um amplo debate sobre o futuro para o País e por meios alcança-lo.

Ainda, encontra-se em processo de avaliação e revisão, em alinhamento com a PNDR e com o Plano Plurianual de Aplicação-PPA da União, de forma participativa com os atores regionais, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA, para correção de rumos e definição das intervenções que devem ser implementadas para o melhor alcance dos objetivos e das metas de desenvolvimento econômico e social da Amazônia, com a identificação das respectivas fontes de financiamentos. Entende-se, ainda, que a aprovação, pelo Decreto nº 8.275/2014, da nova Estrutura Regimental da Sudam e o concurso público realizado pela Sudam, permitindo a nomeação de profissionais de diversas áreas do conhecimento para o complemento de seu quadro funcional, são medidas importantes adotadas para o fortalecimento institucional e o aprimoramento do pensar a Região e executar o seu planejamento integrado com os atores de sua jurisdição e com isso superar os desafios para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Em relação às ações desenvolvidas pela Sudam, na área de concessão de incentivos e benefícios fiscais e na liberação do recurso financeiros (FDA), vem proporcionando melhoria na

redução das desigualdades regionais, panorama retratado principalmente através da maior geração de empregos, diminuição da carga tributária das empresas e, conseqüentemente, oferecendo a elas melhores condições de competitividade, o que movimentava e otimiza o setor econômico regional como um todo.

h) As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

Não há unidades de execução descentralizadas, sendo todo o trabalho da Sudam desenvolvido pelo seu corpo funcional instalado em sua sede, em Belém-PA.

5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

No exercício de 2014, a Sudam, através da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN) atuou na execução de suas ações alinhadas aos eixos e objetivos do Mapa Estratégico institucional, em conformidade com o novo planejamento estratégico do Ministério da Integração Nacional – MI, cujo modelo de gestão tem por base sistematizar e ordenar os esforços, buscando atingir metas prioritárias compatíveis com os princípios e valores estabelecidos pelo Governo Federal e presentes no seu Plano Plurianual de Aplicação-PPA, como soberania, democracia, justiça social, sustentabilidade, participação social e excelência na gestão.

Assim, as ações da Sudam alinham-se aos eixos temáticos: **Superar a Desigualdade Regional e a Pobreza Extrema na Amazônia; Promover a Transformação Produtiva na Amazônia com Inovação Tecnológica Sustentável; Promover a Integração e a Expansão Econômica na Amazônia; Assegurar a Proteção Civil na Amazônia; e Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva Voltada para Resultados.** A lógica de concepção e manutenção do modelo de gestão por resultados está baseada em metodologias simples e consagradas, como: O ciclo PDCA (Plan – planejar; Do – fazer; Check – checar e Action – agir corretivamente) e o BSC (Balanced Score Card).

Com essa perspectiva, a Sudam, para assegurar a participação, transparência e melhoria contínua do processo de gestão, vem adotando, desde 2013, a atividade de monitoramento da execução de suas ações estratégicas, em ciclos, com reuniões sistemáticas com os gestores e responsáveis pelos projetos. Essa estratégia de acompanhamento sistemático vem permitindo maior agilidade no trâmite e execução dessas ações; no fortalecimento do espírito de responsabilidades dos técnicos; e na negociação de limites orçamentários junto ao Ministério da Integração Nacional.

A continuidade desse processo de monitoramento, certamente consolidará uma cultura de fundamental importância na busca dos resultados almejados, traduzidos na eficácia, eficiência e efetividades na gestão pública.

5.1. Planejamento da Unidade

A Sudam, através das subunidades da DIPLAN, atuou no planejamento, cujos resultados alcançados estão elencados abaixo, conforme cada subunidade de planejamento:

A) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CPOR

- Elaboração, em conjunto com as Coordenações, da proposta orçamentária de 2015;
- Discussão dos ajustes (cortes) da proposta orçamentária junto ao MI;
- Lançamento da proposta orçamentária no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP;
- Cadastro dos Programas/Ações no Portal dos Convênios – SICONV, de acordo com o limite orçamentário disponível, foram cadastrados 01 Programa e 09 Ações, incluindo Emendas Parlamentares;
- Acompanhamento da execução orçamentária dos programas finalísticos e das Emendas Parlamentares;
- Análise orçamentária das demandas apresentadas, via SICONV e de Ofício, foram emitidos 52 pareceres de análise orçamentária;

- Elaboração do documento da “Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR”, referente às principais ações desenvolvidas pela SUDAM em 2014 e encaminhado ao MI, para compor o relatório final do Ministério;

B) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO – CGEAP

- Documento final do Programa de Integração Intrarregional, voltado para intensificar as transações econômicas e comerciais entre os estados da Região. Tem como um dos principais instrumentos, o Portal de Negócios da Amazônia que permite conhecer o que cada estado produz e o que pode ser negociado entre eles.
- Estudos de identificação dos Micro eixos de Transporte de Cargas realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá, já concluído e em fase de divulgação, com previsão de ampliação desses estudos para os demais estados a partir de 2015, em complementação aos estudos dos macro eixos realizados pelo Projeto Norte Competitivo e alinhado com os preceitos das fases I e II da PNDR.
- Elaboração e aprovação das “Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FNO 2014”, em conjunto com o Banco da Amazônia S/A e o Ministério da Integração Nacional – MI. Análise e aprovação do “Plano para Aplicação dos recursos do FNO 2014” e análise e aprovação do “Relatório de Aplicação dos Recursos do FNO exercício 2012”, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional.
- Participação no Projeto Rede Paraense de Pesquisa da Pesca e Aquicultura – REPAQ , em conjunto com o Governo do Estado do Pará, através da FAPESP e a Universidade Federal do Pará/FADESP, exercendo a coordenação do subprojeto Ecobiologia de Caranguejo-Uçá – *Icides cordatus* e monitoramento de manguezais”, encontrando-se em fase de levantamento de informações sobre a dinâmica dos manguezais x a situação econômica da população extrativista desse crustáceo.
- Participação no Comitê Plano Marajó, integrando INCRA, SPU E MDA, sob a Coordenação Executiva da SUDAM/MI.
- Concluiu o Documento “Etanol da Amazônia-Estudo do Mercado”, estudo referente ao mercado do etanol combustível na Amazônia Legal, propondo medidas concretas e exequíveis que fortaleçam a tomada de decisões sobre o desenvolvimento do setor na Região.
- Termo de Execução Descentralizada Nº 682292 – SUDAM/UFPA, para realização dos estudos de Identificação dos Micro eixos de Transportes de Cargas dos Estados de Roraima e Tocantins, no valor de R\$600.000,00.

No que concerne ao **monitoramento das ações estratégicas da SUDAM**, as principais realizações empreendidas em 2014, centraram-se nas reuniões de planejamento efetuadas com as unidades administrativas da Sudam, para o estabelecimento de metas e o alinhamento dos Projetos Operativos com o Mapa Estratégico da Autarquia.

A partir dessas definições, a então Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas-CGCAP, responsável pela atividade de monitoramento, foi extinta com a criação da nova estrutura regimental da Sudam, pelo Decreto nº 8.275, de 27/06/2014. A CGEAP, por meio da sua Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento - CEMP, assumiu essa competência ocupando-se em acompanhar, sistematicamente, a implementação pelas demais unidades, dos Planos Operativos, aprovados pela Diretoria Colegiada da SUDAM, no exercício de 2013, conforme anexo II.

Nesse sentido, durante o exercício, foram realizadas nove reuniões de monitoramento, distribuídas em três ciclos. Essas reuniões permitiram um acompanhamento sistemático das ações estratégicas de 2014, resultando em ganhos de eficiência refletido no cumprimento de prazos inicialmente pactuados. A adoção dessa estratégia vem permitindo maior agilidade, não somente no trâmite e execução dessas ações na SUDAM, mas, também, na negociação de limites orçamentários junto ao Ministério da Integração Nacional.

Além do acompanhamento das ações estratégicas já em andamento, em 2014, a então CGCAP e, posteriormente, a CGEAP, por meio da CEMP, centrou-se no esforço de ampliar o portfólio de projetos estratégicos monitorados, refletidos em Planos Operativos incluídos na sistemática de monitoramento, de forma a contemplar todos os objetivos estratégicos definidos em seu Mapa de Estratégia.

Para isso, foram realizadas uma série de reuniões de trabalho com as unidades administrativas da SUDAM com vistas a subsidiar a elaboração de novos projetos estratégicos que contemplassem ações em andamento ou a iniciar e que pudessem ser inseridos na sistemática de monitoramento.

Como resultado desse esforço, foram elaborados 32 planos operativos. Esses projetos foram inseridos no sistema de monitoramento e aguardam a aprovação de mérito por parte da Diretoria Colegiada da SUDAM. A ideia é que, tão logo sejam aprovados, seja dado início a fase de pactuação de prazos e metas com os respectivos responsáveis.

Ainda em 2014, a então CGCAP coordenou a elaboração de uma proposta de Cesta de Indicadores que evidenciam os produtos e efeitos projetados para o Fundo Constitucional do Norte – FNO, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, e para os Incentivos Fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, em conformidade com as diretrizes, tipologia e prioridades da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR, conforme portaria nº 43/2014. Esse trabalho foi apresentado, por vídeo conferência, com a equipe técnica do Tribunal de Contas da União – TCU no dia 15/10/2014.

Assim, a SUDAM na busca constante de aprimoramento da sua gestão, do seu alinhamento estratégico e no cumprimento da sua missão institucional, trabalha intensificando as práticas de monitoramento em todos os níveis da instituição.

Por fim, vale ressaltar que a DIPLAN por ser uma Unidade fim, há a necessidade de ser fortalecida por meio de maior aporte de recursos financeiros do Orçamento Geral da União-OGU, com vistas à transferência voluntária e descentralizada, objetivando a realização de estudos e diagnósticos para subsidiar os Programas e Planos que atendam a universalidade da área de atuação da SUDAM, alinhados com a PNDR, PRDA, PPA entre outros. Com a disponibilização de recursos financeiros, a DIPLAN/CGEAP poderá contratar consultorias, por meio de edital, para a realização de diversos estudos e pesquisas que servirão de insumos para o planejamento do desenvolvimento regional.

Destaca-se, ainda, a importância de ser fortalecido o processo de articulação e negociação com os atores responsáveis pelo desenvolvimento da Região, em nível regional e nacional, a fim de potencializar as parcerias para somar esforços e recursos no sentido da consecução das intervenções exequíveis apontadas pelo Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

C) COORDENAÇÃO GERAL DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS - COGPE

- Assumiu os trabalhos de finalização do documento produzido pelo Grupo de Trabalho responsável pela definição de uma **Política de Desenvolvimento Industrial para a Amazônia Legal – PDIAL** que aponta os setores prioritários e as medidas necessárias

para mudar o perfil da indústria da Amazônia agregando valor à matéria-prima regional com a verticalização da produção.

D) COORDENAÇÃO - GERAL DE CONVÊNIOS E MONITORAMENTO - CGCOM

No ano de 2014 foram recepcionadas e analisadas 43 propostas objetivando a celebração de Convênios ou Termos de Cooperação, que resultaram em 14 ajustes celebrados. Dentre os ajustes celebrados em anos anteriores e vigentes em 2014, 61 foram acompanhados pela equipe técnica da CGCOM. Além disso, a equipe técnica atendeu a um total de 42 demandas recepcionadas na CGCOM, que dizem respeito direta ou indiretamente às ações de interesse do Desenvolvimento Regional.

A equipe teve participação em 12 atividades, entre Eventos, Grupos de Trabalho ou Comissões internas e externas, que promovam a integração e a expansão econômica da Amazônia.

O Quadro a seguir apresenta um resumo das principais atividades desenvolvidas no âmbito da CGCOM.

Quadro A.5.1.1 - Resumo das realizações da CGCOM em 2014

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	TOTAL
Propostas de Termos de Convênio analisadas	33
Propostas de Termos de Cooperação analisadas	10
Total propostas analisadas	43
Termos de Convênios celebrados	11
Termos de Cooperação celebrados	03
Total ajustes celebrados	14
Termos de Convênios acompanhados	51
Termos de Cooperação acompanhados	10
Total ajustes acompanhados	61
Participação em eventos diversos	05
Participação em Comissões e Grupos de Trabalho	03
Participação em Treinamentos/capacitações	04
Total eventos	12

Fonte: DIPLAN

Considerando-se um total de 61 ajustes acompanhados em 2014, teremos uma média de 6,1 ajustes/técnico responsável pelo acompanhamento. No entanto, essa média refere-se apenas aos ajustes vigentes, isto é, aqueles que já passaram pela análise técnica e foram celebrados. No entanto, o envolvimento do corpo técnico é ainda maior se considerarmos todo o procedimento de análise das propostas que demandam um grande esforço de trabalho, embora não resultem em ajustes celebrados por diversas razões. No exercício de 2014, por exemplo, foram analisadas 43 propostas, embora só tenham resultado em 14 ajustes celebrados.

Dentre as causas da baixa quantidade de ajustes celebrados em relação às propostas analisadas estão, principalmente os problemas de inadimplências causando restrições dos Proponentes junto ao CAUC, o não atendimento, de forma tempestiva, às solicitações de ajustes nas propostas e o contingenciamento orçamentário que resultou no impedimento da celebração de ajustes em algumas das ações finalísticas.

Assim, além das propostas em análise, com vista à celebração, há os ajustes já celebrados e que precisam de gerenciamento e acompanhamento em diversas fases de sua execução. Ou seja, o corpo técnico disponível precisa se revezar entre análise e instrução processual das propostas

visando a celebração de convênios; acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios vigentes e análise das prestações de contas dos convênios cujas vigências já encerraram.

Destaca-se, ainda, que o novo contingente de servidores até dezembro de 2014 estava incompleto, vez que dos 71 cargos ofertados no concurso, aproximadamente 50 foram empossados e estavam em processo de conhecimento e adaptação.

Não diferente dos exercícios anteriores, os recursos orçamentários disponibilizados através da LOA não são suficientes para atender as demandas de convênios apresentadas, levando a um grande esforço de trabalho que, ao final do exercício de 2014, os ajustes assinados correspondem a 1/3 do volume de propostas analisadas. Além do mais, há a demora no tempo de atendimento das diligências por parte dos proponentes em relação às solicitações por ocasião das análises, ocasionando o atraso na finalização dos processos e a execução física e financeira dos projetos somente no exercício seguinte.

E) COORDENAÇÃO GERAL DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - COGID

- Enquadramento e análise da proposta de convênio nº 053608/2014, processo Nº 59004/000520/2014-39, do Instituto Municipal de Turismo de Macapá, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), e que não foi aprovada devido a problemas em documentação da convenente;
- Análise da solicitação de Patrocínio da Primeira Feira de Turismo do Meio Mundo, em Macapá – AP, processo Nº 59004000147/2014-16, do Instituto Municipal de Turismo de Macapá, no valor de R\$ 500.000,00, e que não foi aprovado em virtude de problemas em documentação da convenente.

5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A princípio cabe registrar que não consta deste Relatório o item referente à “Execução Orçamentária e Financeira de Programas”, visto que a SUDAM não é responsável pela gestão de Programas de Governo inscritos no PPA. Segundo a Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, esse demonstrativo somente deverá ser preenchido pelas UJs que tiveram a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), que no nosso caso é de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI.

A Sudam atua nos programas do Governo Federal, por meio de ações voltadas para a redução das desigualdades regionais e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável. Atualmente, é o principal agente executor das diretrizes e políticas do Ministério da Integração Nacional na Amazônia, possuindo o menor orçamento de investimento entre as entidades vinculadas, correspondendo a 1,04% dos recursos previstos na Lei nº 12.952 de 20 de janeiro de 2014 - LOA 2013, conforme Quadro A.5.2.1.

Quadro A.5.2.1 – LOA 2014 – Execução Orçamentária do Órgão Ministério da Integração Nacional

R\$ 1,00

UO (Cód/Desc.)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	RP Pago
53101 - Ministério da Integração Nacional	6.441.186.159	8.283.553.805	5.775.147.701	3.263.459.278	2.966.635.913	2.518.663.371
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	1.359.494.376	1.402.495.255	1.214.262.579	674.283.374	557.316.003	349.525.293
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	1.158.302.991	1.175.982.955	1.075.390.051	877.159.931	827.064.886	182.300.679
53207 - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco	144.979.161	147.918.909	53.361.435	21.955.473	21.735.945	15.648.442
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	117.609.761	118.397.061	50.865.043	40.326.254	40.164.934	4.097.889
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	96.847.105	97.135.631	44.725.338	34.087.317	33.784.683	14.654.562
TOTAL	9.318.419.553	11.225.483.616	8.213.752.148	4.911.271.627	4.446.702.365	3.084.890.236

Fonte: DIPLAN

A SUDAM através da Unidade Orçamentária 53202 teve dotação inicial de R\$96.847.105 e uma suplementação de R\$288.526, ficando uma dotação final de R\$97.135.631, sendo distribuído da seguinte forma: R\$39.875.801 para os Programas de Gestão e Previdência de Inativos, que corresponde a 41%; R\$8.921.043 para os Programas Temáticos Finalísticos da SUDAM (Plano de Ação), correspondendo a 9% do total autorizado e os Programas Temáticos Finalísticos da SUDAM (Emendas Parlamentares), no valor de R\$48.338.787, que corresponde a 50% do total previsto conforme Quadro A.5.2.2.

Quadro A.5.2.2 – LOA 2014 - Execução Orçamentária da Unidade Orçamentária: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

R\$ 1,00

Programa (Cód/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	RP Pago
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	839.930	943.456	861.173	861.173	861.173	0
2021 - ciência, Tecnologia e Inovação	3.000.000	2.816.000	1.382.050	0	0	2.484.157
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	53.059.830	53.243.830	9.876.844	2.912.933	2.912.933	9.857.338
2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	300.000	300.000	300.000	12.250	0	0
2052 - Pesca e Aquicultura	900.000	900.000	200.000	0	0	0
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	38.747.345	38.932.345	31.605.272	30.300.962	30.010.578	2.313.067
TOTAL	96.847.105	97.135.631	44.225.339	34.087.317	33.784.683	14.654.562

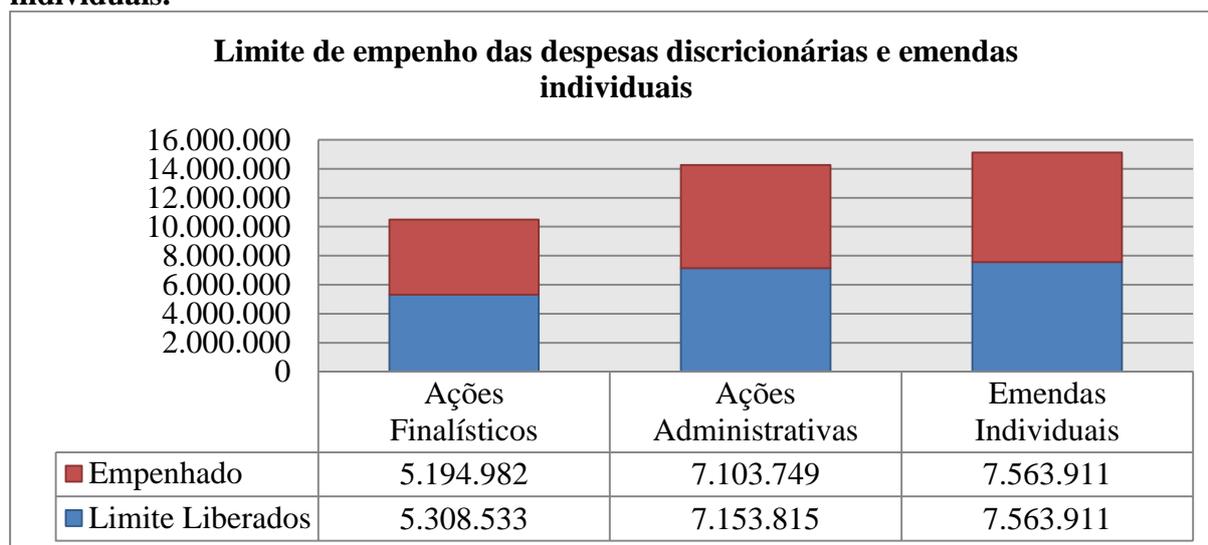
Fonte: DIPLAN

Os dados a acima apresentam o resultado orçamentário das ações executadas pela SUDAM, por Programa de Governo. Verifica-se através do quadro A.5.2.2, que apenas 62% das despesas foram executadas, considerando o total atualizado. No entanto a baixa execução foi ocasionada por fortes restrições orçamentárias impostas à SUDAM, estabelecidas pelo Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, que se agravam a cada ano e que os recursos previstos na LOA, por si só, já se configuram insuficientes à execução de políticas públicas eficientes em toda a Amazônia Legal.

Diante disso, adequou-se a programação orçamentária aos novos parâmetros impostos, destinando-se para apoio de ações finalísticas, o que levou a redução no volume de projetos aprovados do montante em análise na SUDAM.

Em razão do corte, o limite para empenho liberado pelo Ministério da Integração para despesas discricionárias, custeio, investimentos e emenda parlamentar do orçamento impositivo totalizou R\$20.026.258, desse total foram empenhados R\$19.862.642,00, mais de 99% dos limites liberados, sendo R\$7.103.749 no Programa de Gestão, R\$5.194.982 nos Programas Finalísticos – Plano de Ação da SUDAM e R\$7.563.911 das Emendas Parlamentares Individuais (Orçamento Impositivo).

Quadro A.5.2.3.1 – Limite de empenho das despesas discricionárias e emendas individuais.



Fonte: DIPLAN

5.2.3. Ações

Quadro A.5.2.3.1.1 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Iniciativa	Garantir o Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis - Nacional					
Objetivo	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
839.930,00	43.456,00	861.172,95	861.172,95	861.172,95	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	11	14	14	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

No exercício de 2014 foi realizado pagamento para 14 (quatorze) servidores relacionados ao Regime de Previdência de Inativos e Pensionistas da SUDAM, destes, 10 (dez) são servidores Aposentados e 04 (quatro) Pensionistas Civil.

Os recursos aprovados pela LOA/2014 foram no valor inicial de R\$839.930,00. Posteriormente foi solicitada suplementação de recursos orçamentários no valor de R\$103.526,00, totalizando o montante de R\$943.456,00. Entretanto, os valores das despesas executadas no exercício de 2014, totalizaram R\$861.172,95, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

A diferença da dotação inicial para final se deu em função da política adotada pelo Governo Federal, que disponibiliza dois prazos anuais para ajustes orçamentários, através de crédito suplementar.

Quadro A.5.2.3.1.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.					
Iniciativa	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.					
Objetivo	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18/06/2004.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.411.079,00	3.411.079,00	3.229.529,30	3.229.529,30	3.229.529,30	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	185	210	210	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

Foi atendido no exercício de 2014 o pagamento com recolhimento de Previdência Social para 210 (duzentos e dez) servidores do Quadro da SUDAM, distribuídos da seguinte forma: 185 (cento e oitenta e cinco) ativos permanente, 03 (três) requisitados, 17 (dezessete) nomeados cargo em comissão, 01 (um) cedido, 02 (dois) excedente de lotação e 02 (dois) servidores em exercício descentralizado de carreira/requisitados da Advocacia Geral da União – AGU.

Os recursos aprovados pela LOA/2014 foram no valor de R\$3.411.079,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram R\$3.229.529,30, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

Quadro A.5.2.3.1.3 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Operações Especiais			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para a saúde física e mental.					
Objetivo	Concessão do benefício assistencial médico-hospitalar e odontológicos aos servidores, empregados, ativos, inativos, dependentes e pensionistas.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
756.876,00	916.876,00	816.553,55	700.481,91	700.481,91	0	116.071,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		Unidade	480	645	645	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

No ano de 2014 o Programa de Assistência a Saúde – PROAS, além do atendimento direto aos servidores e seus dependentes, realizou perícias singulares e atuou em juntas médicas do SIASS, além de perícias odontológicas nos servidores da SUDAM, do MI e do MPO, através da Gerência Regional de Administração de Pessoal em Belém-Pará, visando integração das ações de assistência, possibilitando o controle gerencial, compartilhando responsabilidades e garantindo eficácia aos direitos dos servidores. Neste exercício foram realizados 2.583 atendimentos médicos, além de 644 atendimentos odontológicos e 353 atendimentos de enfermagem.

As despesas realizadas no exercício de 2014 foram no valor de R\$816.553,55, com a participação do servidor no valor de R\$196.415. Ressalva-se que a quantidade de servidores e dependentes cadastrados no SAMS é de 645.

Justifica-se o aumento na dotação inicial em razão do ingresso de cinquenta novos servidores e ainda em razão do envelhecimento do quadro da SUDAM, que possui um elevado número de servidores com idade acima de 50 anos, onde é mais frequente a incidência de doenças crônicas degenerativas (hipertensão, dislipidemias e diabete, ler, Dort, infarto agudo do miocárdio, etc.), ocasionando internações por tempo mais prolongado. Tal afirmação pode ser constatada nos

resultados dos exames médicos periódicos, que apontou um percentual significativo de servidores acima do peso, hipertenso e diabéticos.

Quadro A.5.2.3.1.4 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Operações Especiais			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Oferecer aos servidores durante a jornada de trabalho, condições adequadas aos seus dependentes, conforme Art. 3º, Decreto 977, de 10/11/93.					
Objetivo	Concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos, em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.000,00	16.000,00	5.656,20	5.656,20	5.656,20	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas Assistidas		Unidade	16	10	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

A demanda atendida foi correspondente ao montante reprogramado de 10 (dez) beneficiários de servidores com filhos menores de 06 anos.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2014 foram no valor de R\$6.000,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram R\$5.656,20, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

Quadro A.5.2.3.1.5 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: : Operações Especiais			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Efetivar o pagamento de auxílio transporte aos servidores e empregados públicos nos deslocamentos de sua residência para o local de trabalho, e vice-versa, de acordo com a Lei 7.418/85 e alterações e Medida Provisória nº 2.165-36 de 23/08/2001.					
Objetivo	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para o local de trabalho e vice-versa.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.352,00	29.352,00	23.066,79	23.066,79	23.066,79	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas beneficiadas		Unidade	09	70	70	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

Foram atendidos no exercício de 2014, 70 beneficiários de Auxílio Transporte aos servidores ativos permanente de nível intermediário e nível superior. O acréscimo se deu por conta do ingresso de novos servidores através de redistribuição e de concurso.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2014 foram no valor de R\$14.352,00, com dotação final de R\$29.352,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizaram em R\$23.066,79, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

Quadro A.5.2.3.1.6 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: : Operações Especiais			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Conceder auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado.					
Objetivo	Pagamento em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9.527/97.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
717.972,00	717.972,00	683.209,38	683.209,38	683.209,38	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas beneficiadas			Unidade	161	206	206
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

Foi previsto para o exercício de 2014 o pagamento para 161 servidores beneficiários do Auxílio Alimentação, no entanto, foram atendidos 206 servidores considerando: 185 servidores efetivos, 01 requisitado, 01 cedido, 17 nomeados Cargo em Comissão e 02 excedente de lotação.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2014 foi no valor de R\$717.972,00, entretanto, os valores das despesas executadas totalizou em R\$683.209,38, conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

Quadro A.5.2.3.1.7 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	Garantir mensalmente o pagamento dos proventos aos servidores públicos federais da União, que trabalham e contribuem nas atividades executadas pelo órgão.					
Objetivo	Pagamento de proventos aos servidores ativos da União.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.963.206,00	21.963.206,00	19.981.586,11	19.981.586,11	19.697.410,85	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas beneficiadas		Unidade	210	210	210	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DA

Análise Crítica

Foi previsto, no exercício, o pagamento para 210 (duzentos e dez) servidores, assim distribuídos: 185 ativos permanente, 03 requisitados, 17 nomeados cargo em comissão, 01 cedido, 02 excedente de lotação e 02 servidores em exercício descentralizado de carreira/requisitados da Advocacia Geral da União – AGU.

O recurso orçamentário anual inicial aprovado pela LOA foi de R\$21.963.206,00, sendo pagas as despesas com pessoal até o final do exercício de 2014 o valor total de R\$19.697.410,85.

Quadro A.5.2.3.1.8 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Operações Especiais			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Atender as demandas de serviços e compras durante o exercício para o bom andamento das atividades da instituição, conforme PACOS – Planejamento de Compras, Obras e Serviços.					
Objetivo	Pagamento das despesas de custeio e investimento com recursos liberados para o órgão durante o exercício.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MI Código: 2111 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.857.860,00	11.857.860,00	7.323.440,35	6.135.202,04	6.128.993,58	6.208,46	1.188.238,31
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
				11.857.860,00	0	6.135.202,04
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
948.897,87	557.178,01	46.200,19				

Fonte: DA

Análise Crítica

A dotação inicial para a ação Administração da Unidade foi de R\$11.857.860,00, dessa dotação autorizada foi estabelecido para a SUDAM o limite orçamentário no valor de R\$6.637.790,80 para esta ação. Após várias gestões junto ao Ministério da Integração Nacional foi autorizada a suplementação de limite orçamentário no valor de R\$685.649,55 totalizando R\$7.323.440,35 distribuídos da seguinte forma: R\$6.842.068,41 para despesas de custeio com a manutenção da máquina administrativa e R\$481.371,94 para despesas de capital com aquisição de equipamentos de informática, com um resultado de 61,76% na execução dessa ação em referência a dotação final.

Nesta ação foram previstos R\$300.000,00 para Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da qual foram empenhados R\$133.678,00 e liquidado R\$ 116.274,36.

Foram previstos também R\$1.902.800,00 para Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional, sendo R\$1.142.800,00 para custeio e R\$760.000,00 para Investimento. Desse valor só foram empenhados o valor de R\$335.011,30 sendo R\$217.024,48 de Investimento e R\$117.986,82 de custeio, tendo em vista que só detectamos no final do exercício que nesta ação tinha o Plano Orçamentário separado para TI.

Quanto às despesas com Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, em janeiro de 2014, foi inscrito o valor de R\$948.897,87, do qual R\$53.603,16 foi com despesas de custeio e R\$895.294,71 com despesas de capital. Desse valor reinscrito, foi liquidado e pago o valor de R\$557.178,01 e cancelado R\$46.200,19, restando em RP não Processado a Pagar o valor de R\$345.519,57.

Quadro A.5.2.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	4542						Tipo: Atividade	
Descrição	Realização de estudos e desenvolvimento de processos, produtos e serviços, relacionados à inserção tecnológica e aos entraves tecnológicos do sistema de produção.							
Iniciativa	Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da região Amazônica							
Objetivo	Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da região Amazônica para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país Código: 0401							
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
6000-Na Amazônia Legal	3.000.000	2.816.000	1.382.050	0	0	0	1.382.050	
Execução Física								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Previsto	Reprogramado	Realizado			
6000-Na Amazônia Legal	Projeto apoiado	Unidade	5	1	1			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
6000-Na Amazônia Legal	2.484.157,00	2.484.157,00	0,00	Projeto apoiado	2	2		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Com os limites para empenho disponibilizados pelo Ministério da Integração, a SUDAM apoiou 02 projetos, conforme a seguir:

- Projeto de Desenvolvimento Sustentável com Fomento a Avicultura Familiar nos Municípios de Terra Alta e Barcarena, no valor de R\$441.075,00;
- Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Área Degradadas através da Mecanização Agrícola no Estado do Pará, no valor de R\$940.975,00.

Foram Liquidados de Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores os seguintes projetos:

1) Implantação de uma mini usina para produção de etanol - através de Termo de Cooperação Técnica com Universidade Federal do Tocantins – UFTO, no Valor de R\$1.100.000,00

2) Identificar extratos e substâncias obtidas de organismos da biodiversidade terrestre e aquática na área do médio rio Negro-AM com potencial uso para o aproveitamento econômico através de Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Instituto de Pesquisas da Amazônia – INPA, no Valor de R\$1.384.157.

Quadro A.5.2.3.2.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20WQ		Tipo:			Atividade	
Descrição	Viabilização da gestão das ações do Ministério, relativas ao desenvolvimento regional por meio de treinamentos e capacitações, elaboração de planos e estudos, monitoramento, avaliação de instrumentos e mecanismos de desenvolvimento regional e manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.						
Iniciativa	Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional						
Objetivo	Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.					Código:	0789
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		Código:	2029	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	1.621.043	1.405.043	954.818	954.818	354.818	0	600.000
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
6000 - Na Amazônia Legal	Curso apoiado	Unidade	1	1	1		
6000 - Na Amazônia Legal	Estudo apoiado	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5999 - Na Amazônia Legal	100.000	100.000	0	Curso Apoiado	Unidade	1	
6000 - Na Amazônia Legal	400.000	400.000	0	Estudo Apoiado	Unidade	1	

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Ação orçamentária 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - é executada na SUDAM por meio dos seguintes Planos Orçamentários:

- Plano Orçamentário 0001 - Fortalecimento das Administrações Locais - Neste plano orçamentário foram apoiados os seguintes projetos:

1) **Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Área Degradadas através da Mecanização Agrícola no Estado do Pará** com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Nesta ação o apoio se referiu à realização de treinamento, no valor de R\$216.818,50;

2) **Seminário Internacional Construindo os Saberes na Pan-amazônia** (2º Encontro Pan-amazônico de Reitores) tendo como objetivo promover o diálogo entre as universidades da Amazônia continental, aquelas que têm forte atuação em áreas de fronteira, de modo a incentivar a cooperação com vista à construção de saberes com base regional e voltados a superação dos desafios compartilhados por todos os estados e países amazônicos, no valor R\$10.000,00;

3) Apoio à publicação do livro “**Círio – Patrimônio Cultural da Humanidade**” no valor de R\$30.000,00;

4) **Seminário de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Legal** - Valor Econômico - no valor de R\$ 98.000,00.

- Plano Orçamentário 0004 - Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial - Neste plano orçamentário foi apoiado o **Estudo da Identificação de Microeixos de Transporte e Cargas dos Estados de Roraima e Tocantins**, no valor de R\$600.000,00. O estudo objetiva elaborar e implementar uma política de desenvolvimento industrial para a Amazônia Legal que seja capaz de estimular o desenvolvimento do setor produtivo privado, a diversificação da base produtiva, a verticalização da produção, a agregação de valor à produção regional, a geração de emprego e renda e a internalização da riqueza e a renda gerada, observando os pré-requisitos de sustentabilidade. O recurso para este estudo encontra-se no momento empenhado e liquidado em parte.

Nesta ação foram liberados restos a pagar – RPNP de 2013 - no valor de R\$ 500.000,00 referentes à realização de 01 **Curso de Formação em Gestão Pública** no estado do Acre com o objetivo de capacitar 300 gestores públicos, sendo 270 destes no município de Rio Branco e 30 no município de Brasília, com valor total de R\$400.000,00. Ainda nesta ação foi apoiada a elaboração de um estudo sobre a **Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal – PDIAL-** no valor de R\$100.000,00.

Quadro A.5.2.3.2.3 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20N7			Tipo:	Atividade	
Descrição	Estruturação e o fortalecimento de processos produtivos, por meio da implantação de infraestrutura e aquisição de equipamentos e materiais para empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando ao acesso às oportunidades de mercado.					
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.					
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva				Código: 0840	
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Código: 2029	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6000 - Na Amazônia Legal	760.467	760.467	0	Arranjo produtivo local apoiado	Unidade	1

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Ação Orçamentária 20N7 - Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais – APLs – Plano Brasil sem Miséria. Nesta ação foram liberados restos a pagar – RPNP de 2013, no valor de R\$760.466,66 referente à parcela do convênio para Reforma e Ampliação do Mercado Municipal de Porto Nacional.

Quadro A.5.2.3.2.4 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20N8			Tipo: Atividade			
Descrição	Capacitação e intercâmbio de produtores, promoção de eventos técnicos, promoção e/ou apoio na participação em eventos de comercialização e contratação de consultorias, visando o acesso às oportunidades de mercado.						
Iniciativa	Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território.						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva			Código: 0840			
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Código: 2029		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0006-Na Amazônia Legal	2.000.000	2.400.000	1.583.159	1.583.159	1.583.159	0	0
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0006-Na Amazônia Legal	Tecnologia Aplicada	Unidade	5	1	1		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Ação Orçamentária 20N8 – Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica – Plano Brasil sem Miséria. Nesta ação a SUDAM transferiu recursos para a execução do projeto “Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Áreas Degradadas através da Mecanização Agrícola no Estado do Pará”. Neste projeto está prevista a aquisição de trator agrícola, de equipamentos para produção de farinha e de caminhão para transporte da produção. Este apoio foi realizado através de Termo de Cooperação firmado com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, no valor de R\$ 1.583.159,00.

Quadro A.5.2.3.2.5 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20N9			Tipo: Atividade			
Descrição	A ação se volta para cooperativas e associações de produtores localizados em arranjos produtivos identificados pelo Ministério da Integração Nacional. Os recursos da ação tem como foco o desenvolvimento de atividades como a promoção de seminários e oficinas de planejamento; o apoio à instalação de redes de informação e de instrumentos de comunicação; a capacitação de recursos humanos; a estruturação de serviços de apoio aos sistemas produtivos locais; dentre outras atividade voltadas para a promoção da organização e da cooperação dos produtores com vistas à ampliação das oportunidades de acesso ao mercado e ao desenvolvimento do arranjo produtivo local em que as cooperativas locais e associações estão envolvidas.						
Iniciativa	Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APL's						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão na cadeia produtiva			Código: 0840			
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Código: 2029	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	53202-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000- NaAmazônia Legal	500.000	500.000	474.955	474.955	474.955	0	0
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000-NaAmazônia Legal	Organização apoiada	Unidade	6	1	1		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Nesta ação a SUDAM apoiou a realização de cursos de qualificação profissional na área da construção civil para 160 mulheres, através de Termo de Cooperação firmado com o Instituto Federal do Amazonas – IFAM, no valor de R\$ 474.955,00.

Quadro A.5.2.3.2.6 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20NE		Tipo:		Atividade		
Descrição	Implementação de atividades de pesquisa em busca de alternativas de exploração pesqueira e aquícola; Fomento à geração, à difusão e à transferência de tecnologia pesqueira; e fomento a cursos e treinamentos na área de Ciência e Tecnologia. Assim, pretende-se atuar de forma conjunta com as instituições de pesquisa e ensino no desenvolvimento de atividades indutoras de inovação e desenvolvimento tecnológico e na melhoria da mão-de-obra do setor pesqueiro regional.						
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva				Código:	0840	
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária		Código:	2029		Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	500.000	500.000					
0016 - No Estado do Amapá	400.000	400.000	200.000				2000.000
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000 - Na Amazônia Legal	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	1				
0016 - No Estado do Amapá	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	2	1	1		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

6000 - Na Amazônia Legal – Para este localizador não houve liberação de limite orçamentário.
0016 - No Estado do Amapá – O empenho para este localizador foi cancelado em 2015 por inadimplência da proponente.

Quadro A.5.2.3.2.7 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20NK		Tipo:		Atividade		
Descrição	Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com a implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado. Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.						
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.				Código:	0840	
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.		Código:	2029		Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000 - Na Amazônia Legal	1.000.000	1.000.000	500.000	500.000	500.000		
0016 - No Estado do Amapá	5.200.000	5.200.000	2.800.000				2.800.000
0402 - No município de Macapá-AP	1.200.000	1.200.000	0				
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000 - Na Amazônia Legal	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	2	1	1		
0016 - No Estado do Amapá	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	17				
0402 - No município de Macapá-AP	Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	1	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0016 - No Estado do Amapá	300.000	300.000		Arranjo Produtivo Local Apoiado	Unidade	1	

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Nesta ação a SUDAM apoiou o projeto Desenvolvimento Sustentável com fomento e fortalecimento da cadeia produtiva e APLs nas atividades de fruticultura e piscicultura no município de Terra Alta, através de Termo de Cooperação firmado com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, no valor de R\$500.000,00.

Esta ação recebeu limite de dotação orçamentária para a Emenda Parlamentar nº 24110010 no valor de R\$4.200.000. Deste valor foi realizado o empenho de R\$2.800.000, sendo firmados os seguintes convênios:

- Reforma e Ampliação da Feira Municipal, no valor de R\$ 250.000,00 com a Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho/AP.
- Revitalização de infraestrutura viária voltada ao aprimoramento de sistemas de comercialização, no valor de R\$1.750.000,00 com a Prefeitura Municipal de Santana/AP.
- Aquisição de uma patrulha mecanizada e pavimentação para facilitar o escoamento e comercialização da produção agrícola, no valor de R\$800.000,00 com a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP.

Nesta ação foram liberados restos a pagar – RPNP de 2013, no valor de R\$300.000,00 referente à Emenda Parlamentar nº 24100001 de 2013, cujo objetivo é o apoio à Feira do Empreendedor, realizada pelo SEBRAE no estado do Amapá.

Quadro A.5.2.3.2.8 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	8902			Tipo: Atividade			
Descrição	Integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de governo voltada para a ampliação e recuperação da infraestrutura, de modo a assegurar a sinergia entre projetos visando romper barreiras e superar limites ao desenvolvimento.						
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para a inclusão da cadeia produtiva			Código: 0840			
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária			Código: 2029		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0051 - No estado do Mato Grosso	2.340.000	2.340.000	813.911				813.911
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0051 - No estado do Mato Grosso	Iniciativa apoiada		Unidade	6	2	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0051 - No estado do Mato Grosso	9.538.370,40	7.796.871,30	-1.793.976,68	Iniciativa apoiada	Unidade	22	
6000-Na Amazônia Legal	500.000,00	500.000,00	0,00	Iniciativa apoiada	Unidade	1	

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Nesta ação a SUDAM, através da Emenda Parlamentar nº 25470007, apoiou os seguintes projetos:

- Implantação do Parque do Lago das Garças no município de Juína/MT, no valor de repasse R\$439.911,00
- Pavimentação asfáltica e drenagem superficial e execução de calçadas em vias urbanas no município de Alto Paraguai/MT, no valor do repasse de R\$374.000,00.

Foram ainda liberados restos a pagar - RPNP - de 2013, no valor de R\$500.000,00, referente à Construção da Feira Coberta do produtor Rural do Município de Augusto Corrêa/PA, no valor de R\$500.000,00, convênio 798221/2013 e R\$7.796.871,30, referente à emenda parlamentar nº 25470005.

Quadro A.5.2.3.2.9 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	7K66			Tipo: Atividade			
Descrição	Realização de ações voltadas ao fortalecimento da capacidade produtiva local, inclusive com a aquisição de máquinas e equipamentos, construção de equipamentos urbanos, implantação de infraestrutura social de apoio à produção, construção de obras civis, implantação de sistemas de geração de energia, canalização, tratamento e abastecimento de água e transporte.						
Iniciativa	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais.						
Objetivo	Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.			Código: 0840			
Programa	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária.			Código: 2029		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0014 - No estado de Roraima	750.000	750.000	750.000,00		-	-	750.000
0017 - No estado de Tocantins	2.000.000	2.000.000	2.000.000,00				2.000.000
0245 - No município de Normandia - RR	12.648.787	12.648.787	0,00				
0245 - No município de Rorainópolis - RR	13.000.000	13.000.000	0,00				
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0014 - No estado de Roraima	Projeto apoiado	Unidade	10	2	2		
0017 - No estado de Tocantins	Projeto apoiado	Unidade	10	4	2		
0245 - No município de Normandia - RR	Projeto apoiado	Unidade	15	-	-		
0245 - No município de Rorainópolis - RR	Projeto apoiado -	Unidade	1	-	-		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Esta ação recebeu dotação orçamentária da emenda parlamentar nº 29180002, no valor de R\$2.000.000,00. O valor total da emenda foi empenhado e distribuído em 4 projetos, os quais foram firmados convênios com Prefeituras do estado do Tocantins, nas áreas de infraestrutura física (logística), como a Estruturação da Feira Livre de Augustinópolis, Construção do Parque Ecológico no Município de Taguatinga, Construção da Feira Municipal de Lavandeira, e Capacitação para Trabalhadores da Zona Rural do Município de Santa Rosa do Tocantins.

Foi também recebida, nesta ação, dotação orçamentária da emenda parlamentar nº 23700002, no valor de R\$750.000,00. Foi empenhado o valor total da emenda, o qual foi distribuído em 2 projetos de convênios no estado de Roraima, nas áreas de infraestrutura física (logística) como a Melhoria da Produção Familiar Agrícola, com enfoque no desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas do Município; e a Implementação de Infraestrutura Logística voltada para inclusão na Cadeia Produtiva através da aquisição de matrizes e reprodutores de bovinocultura a melhoria do rebanho da região.

Quadro A.5.2.3.2.10 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	8172			Tipo: Atividade			
Descrição	Realização de reuniões de coordenação, abrangendo os integrantes do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC e órgãos estaduais e do Distrito Federal; Fóruns técnicos; Treinamento e apoio para elaboração e o aperfeiçoamento do planejamento estadual e municipal de Defesa Civil.						
Iniciativa	Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de Defesa Civil.						
Objetivo	Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de Defesa Civil, em Código: 0172 âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres						
Programa	Gestão de riscos e respostas à desastres		Código:	2040	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6000-Na Amazônia Legal	300.000	300.000	300.000	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
6000-Na Amazônia Legal	Entidade apoiada	Unidade	1	1	1		

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

Considerando o limite orçamentário, a SUDAM priorizou R\$300.000,00 para apoiar o projeto Integração e Interdisciplinaridade para Preparação em Ações Preventiva na Gestão de Riscos e Respostas a desastres na Amazônia – Integra-Amazônia, através de Termo de Cooperação com Universidade Federal do Pará – UFPA. Este projeto tem como objetivos:

- Fortalecer e integrar a capacidade técnica de resposta instalada na Região para atuação nas coordenações estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil;

- Realizar uma oficina por estado (Maranhão, Tocantins e Roraima) para treinamento de competências locais para ampliar a capacidade de percepção de riscos e respostas a desastres naturais;
- Consolidar competências técnico-científicas e estimular a interdisciplinaridade em gestão de riscos e respostas em desastres naturais;
- Elaborar e publicar material didático para utilização nas oficinas.

6. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Resultados da avaliação do impacto socioeconômico das operações de fundos

a) Relação dos principais projetos e operações no exercício, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo fundo.

Quadro A.6.1 – Relação dos principais projetos e operações no exercício

Nr	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				Investimento Total	FDA	Liberado até 2014	
01	Belém Bioenergia Brasil S/A	PA	IND	1.359.810.996,00	576.067.000,00	89.125.905,42	Produção de óleo vegetal, sendo óleo de palma, óleo de palmiste e torta de palmiste.
02	Morro da Mesa Concessionária S/A	MT	INF	207.500.480,00	124.500.000,00	80.742.240,98	Obras de recuperação de 122 Km de rodovia
02	Companhia Energética Manauara	AM	IND	174.552.324,19	98.597.494,65	98.597.494,65	Implantação de uma Usina Termoelétrica de 85.380 kw.
TOTAL				1.741.863.800,19	799.164.494,65	268.465.641,05	

Fonte: CGFIN.

b) Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação

Quadro A.6.2 – Número de operações e valores aplicados

Nº	UF	INDÚSTRIA		INFRAESTRUTURA		TOTAL
		Nº.OP.	FDA-R\$	Nº.OP.	FDA-R\$	
01	PA	1	89.125.905,42	-	-	89.125.905,42
02	AM	1	1.760.073,45	-	-	1.760.073,45
03	MT	-	-	1	37.007.295,63	37.007.295,63
TOTAL		2	90.885.978,87	1	37.007.295,63	127.893.274,50

Fonte: CGFIN

Obs.1: Nos valores de liberação não estão incluídos os 5,5%, que se refere aos 2% do Banco Operador, 2% da SUDAM e 1,5% da Ciência e Tecnologia, conforme prevê Lei Complementar 124.

Obs.2: Os valores referentes à “FDA” incluem projetos aprovados em exercícios anteriores.

c) Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação

**Quadro A.6.3 – Número de operações
SETOR ECONOMICO**

Nº	Setor	Nº operações	Investimento total	%	FDA	%	Liberado em 2014	%
01	Indústria	2	1.534.363.320,19	88,09	674.664.494,65	84,42	90.885.978,87	71,06
02	Infraestrutura	1	207.500.480,00	11,91	124.500.000,00	15,58	37.007.295,63	28,94
TOTAL			1.741.863.800,19	100	799.164.494,65	100	127.893.274,50	100

UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Nº	UF	Nº operações	Investimento total	%	FDA	%	Liberado em 2014	%
01	PA	1	1.359.810.996,00	78,06	576.067.000,00	72,08	89.125.905,42	69,68
02	MT	1	207.500.480,00	11,91	124.500.000,00	15,58	37.007.295,63	28,94
03	AM	1	174.552.324,19	10,03	98.597.494,65	12,34	1.760.073,45	1,38
TOTAL			1.741.863.800,19	100	799.164.494,65	100	127.893.274,50	100

Fonte: CGFIN

Obs.1: Nos valores de liberação não estão incluídos os 5,5%, que se refere aos 2% do Banco Operador, 2% da SUDAM e 1,5% da Ciência e Tecnologia, conforme prevê Lei Complementar 124.

Obs.2: os valores referentes a “Investimento Total” “FDA” e “Liberados em 2014” incluem projetos aprovados em exercícios anteriores.

d) Legislação pertinente, destacando as alterações ocorridas no exercício a que se referir o relatório de gestão

- Medida Provisória nº 2.157 de 24/08/2001, que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA e extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (DOU 27/08/01).
- Decreto nº 4.254 de 31/05/2002, que institui o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.
- Decreto nº 5.593 de 27/06/2005 estabelecem alterações no Decreto nº. 4.254 de 31/05/2002.
- Resolução nº 12/ADA, de 27/06/2005 aprova o roteiro para apresentação e análise de Carta-Consulta.
- Resolução nº 18/ADA de 09/11/2005 altera o fluxograma de apresentação da Carta-Consulta.
- Resolução nº 16/ADA de 09/11/2005 dispensa temporariamente a apresentação das Certidões de Tributos Federais enquanto perdura a paralisação dos servidores da Receita Federal do Brasil.
- Resolução nº 15/ADA, de 15/11/2005, aprova o roteiro para apresentação dos projetos de investimentos a serem analisados pelo agente operador, no âmbito do FDA.
- Resolução nº 29/ADA de 23/05/2006 dispensa temporariamente a apresentação das Certidões de Tributos Federais enquanto perdura a paralisação dos servidores da Receita Federal do Brasil.
- Resolução nº 30/ADA de 30/05/2006 aprova a norma para operacionalização do FDA.
- Resolução nº 41/ADA de 31/07/2006 aprova alterações na norma para operacionalização do FDA.
- Resolução nº 44/ADA de 03/08/2006 define as alterações que podem constar no projeto em relação à carta-consulta.

- Resolução nº 56/ADA de 12/12/2006 estabelece a taxa anual efetiva a ser aplicada aos projetos beneficiários do FDA.
- Portaria nº 1.177/MI, de 15/12/2006, regulamenta a conversão de debêntures em ações pelo FDA e FDNE.
- Portaria nº 1.246/MI, de 29/12/2006, define o modelo de Destaque que deve ser utilizado, quando se tratar de FDA e FDNE.
- Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007 instituem a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (DOU 04/01/07).
- Portaria nº 566/MI, de 15/03/2007 regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Nacional – PNDR.
- Decreto nº 6.199 de 28/08/2007 aprovam a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e extingue a ADA.
- Portaria nº 1.353/MI, de 5/09/2007, estabelece as informações a ser solicitadas pelo agente operador aos órgãos fazendários, Federais, Estaduais e Municipais (circularização de Notas Fiscais).
- Decreto nº 6.218 de 04/10/2007 revogam o Decreto nº 6.199 de 28/08/2007 e aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.
- Portaria nº 1.633/MI, de 25/10/2007, estabelece Diretrizes Gerais para o exercício de 2008 relativas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.
- Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 30 de 28/12/2007 e alterado pela Portaria nº 03 de 16/01/2008.
- Portaria nº 30/SUDAM, de 30/12/2007, aprova o Regimento Interno da SUDAM.
- Resolução nº 06/SUDAM, de 04/11/2008, aprova novo Roteiro para apresentação e análise de Carta-Consulta.
- Resolução nº 14/SUDAM, de 02/08/2011, Assegurar recursos para realização de investimentos na construção de hotéis, situadas nas sedes da Copa do Mundo de 2014.
- Portaria nº 769-B de 27/10/2011 (MI);
- Portaria nº 864 de 15/12/2011(MI);
- Medida Provisória nº 564 de 03/04/2012 (Convertida em Lei 12.712);
- Portaria nº 353A de 26/06/2012 (MI);
- Lei nº 12.712 de 30/08/2012;
- Resolução nº 22 de 27/11/2012 (SUDAM);
- Decreto nº 7.839 de 09/11/2012 (NOVO REGULAMENTO FDA);
- Portaria nº 678 de 07/12/2012 (MI);
- Resolução nº 4.171 DE 20/12/2012 (BACEN);
- Portaria Interministerial nº 56 de 26/02/13 (Limite Subvenção do FDA/FDNE)
- Resolução nº 4.303, de 20/01/2014 (BACEN)
- Resolução nº 4.397, de 30/12/2014 (BACEN)

- Portaria Nº 305, de 18/08/2014.(MI)
- Portaria Nº 299, de 14/08/2014(MI)
- Resolução nº 42/2014 (CONDEL/SUDAM)
- Novo modelo de Consulta prévia aprovado por deliberação da Diretoria Colegiada em 27/11/2014.

e) Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal);

A remuneração do agente operador foi de R\$35.201,47, referente a um projeto, cuja aprovação e liberação ocorreu na vigência do Decreto nº. 4.254/2002.

Na ocasião, a remuneração do agente operador era regida pelo Decreto nº. 4.254/2002 art. 3, inciso II, conforme elencado abaixo:

- a) Dois por cento do valor de cada liberação de recurso; e (incluído pelo Decreto nº. 5.593/2005).
- b) Um inteiro e cinco décimos por cento ao ano, deduzidos dos pagamentos de parcelas de juros e amortizações feitos pelas empresas titulares dos projetos, sobre os saldos devedores das operações com valores aprovados de financiamento pelo Fundo inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (Incluído pelo Decreto nº 5.593, de 2005).

A partir do novo regulamento do FDA aprovado pelo Decreto 7.839 de 09/11/2012, a remuneração do agente operador passou a ter fundamentação legal de acordo com a Resolução nº 4.171 de 20/12/2012 do Banco Central:

- a) A remuneração dos agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento corresponderá a 2,5% e será composta pela taxa de equalização a ser paga pelo Tesouro Nacional, se houver, e pelo diferencial entre a taxa paga pelo mutuário, conforme inciso VIII do art. 1º e o caput do art. 5º, e a taxa de remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, conforme inciso II do art. 3º e o parágrafo único do art. 5º, sem prejuízo do encargo estabelecido no art. 2º. (art. 4º)
- b) No caso de operações cuja consulta prévia tenha sido aprovada pela Sudam ou pela Sudene e a carta consulta aprovada pelo agente operador até 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva de juros será de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) se as operações de financiamento forem contratadas até 31 de março de 2013. (art. 5º)
- c) Para as operações contratadas na forma do caput, a remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, será de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor de cada operação, a ser paga semestralmente pelos agentes operadores após o período de carência. (art. 5º, parágrafo único.)

Dessa forma não tendo ocorrido qualquer pagamento, até então, por parte de mutuários enquadrados no atual decreto, não houve remuneração de agentes operadores senão a que se refere ao projeto enquadrado no decreto antecessor ao vigente.

f) Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício

Quadro A.6.4 – Relação dos projetos liberados no exercício

Nr	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (valores em 1,00 real)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2014	Liberado até 2014	
01	Belém Bioenergia Brasil S/A	PA	IND	576.067.000,00	89.125.905,42	89.125.905,42	Produção de óleo vegetal, sendo óleo de palma, óleo de palmiste e torta de palmiste.
02	Companhia Energética Manauara	AM	IND	98.597.494,65	1.760.073,45	98.597.494,65	Implantação de uma Usina Termoeletrica de 85.380 kw.
03	Morro da Mesa Concessionária S/A	MT	INF	124.500.000,00	37.007.295,63	80.742.240,98	Obras de recuperação de 122 Km de rodovia
TOTAL				799.164.494,65	127.893.274,50	268.465.641,05	

Fonte: CGFIN

Obs.: Nos valores liberados não estão incluídos os 5,5%, que se refere aos 2% do Banco Operador, 2% da SUDAM e 1,5% da Ciência e Tecnologia, conforme prevê a Lei Complementar 124.

g) Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas)

Conforme Anexo V e VI – Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas.

h) Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados)

Em 2014, foi aprovado 1 projeto, cuja participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) será de R\$ 576.067.000,00. Desse montante, foi liberado R\$ 89.125.905,42 nesse exercício, o que corresponde 15,5%. Esse projeto pertence ao setor da indústria, com investimento total será de R\$ 1.359.810.996,00, incluídos os R\$ 783.743.996,00 de recursos próprios/terceiros, valores que serão injetados na Região Amazônica, especificamente no estado do Pará, localização do empreendimento.

O total de recursos do fundo que foram liberados nesse ano foi de R\$127.893.274,50 (incluindo os orçamentos relativos a projetos anteriormente aprovados) referentes a 3 projetos, sendo 2 do setor da indústria, que representa cerca de 70% do total liberado e 1 direcionado ao setor de infraestrutura, o que corresponde à aproximadamente 30%. Os projetos abrangem 3 estados, sendo eles: Pará – R\$ 89.125.905,42 (69,7%); Mato Grosso – R\$ 37.007.295,63 (28,9%); e Amazonas – R\$ 1.760.073,45 (1,4%).

Estima-se que o total do investimento (com recursos próprios, de terceiros e FDA) com os 3 projetos introduza na região R\$ 1.741.863.800,19, sendo que a participação do fundo corresponde a R\$ 799.164.494,65 (45,9%). Desse valor, foram liberados até 2014 (incluindo o montante do exercício) R\$ 268.465.641,05, representando proximamente um terço da participação do fundo nos projetos.

Ainda, estima-se que os 2 projetos industriais receberão até o final do investimento a soma de R\$1.534.363.320,19 (recursos próprios, de terceiros e FDA) o que corresponde a 88,1% do valor dos 3 projetos que receberão aporte do FDA nesse período. Esse fundo contribuirá até o final dos investimentos com R\$ 674.664.494,65, correspondente a 44% do valor total dos projetos, sendo que R\$ 90.885.978,87 foram liberados nesse exercício, o que equivale a 13,5% do valor que o FDA irá dispende no total desses projetos.

Já o projeto de infraestrutura alocará para a região o total de R\$ 207.500.480,00 (Recursos próprios, de terceiros e FDA) o que corresponde a 11,9% do investimento total dos projetos que receberão recursos do fundo, sendo que esse contribuirá com R\$ 124.500.000,00 (60% do projeto). O montante liberado pelo fundo no exercício foi de R\$ 37.007.295,63, equivalente a 28,9% do valor que o fundo irá dispende nesse projeto.

O estado do Pará, quando após a implantação do projeto, terá recebido recursos da ordem de R\$1.359.810.996,00, representando 78,1% dos investimentos para a região. Esse projeto é composto por 42,4% de recursos do FDA, o que corresponde a R\$ 576.067.000,00, sendo que R\$ 89.125.905,42 (15,47%) foram liberados em 2014. O estado do Mato Grosso será contemplado com um investimento total de R\$ 207.500.480,00, o que corresponde a 11,9% dos projetos que contarão com participação do FDA. Desse, R\$ 124.500.000,00 (60% do total) dos recursos são oriundos do fundo e já foram liberados 29,7%, o que equivale a R\$ 37.007.295,63 nesse período. O estado do Amazonas irá receber um aporte total de R\$ 174.552.324,19, o que corresponde a 10% dos investimentos para a região. Esse projeto terá participação do fundo no volume de R\$ 98.597.494,65 (56,5% do total), sendo que desse recurso já foi liberado R\$ 1.176.073,45 (1,8%) nesse ano.

Já em relação às consultas prévias, foram aprovadas 9, representando o montante de R\$ 2.285.602.000,60 de recursos do FDA em projetos, cuja aprovação beneficiará os setores de indústria, infraestrutura, mineração e agropecuária. As unidades da federação contempladas com o recurso financeiro, conforme as consultas prévias aprovadas, serão: Pará (1 projeto), Mato Grosso (5 projetos), Maranhão (1 projeto), Amapá (1 projeto) e Tocantins (1 projeto).

7. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.1. Programação e Execução das despesas

7.1.1. Programação das despesas

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária, apresentada em um quadro da Programação de Despesas abaixo.

Quadro A.7.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: SUDAM		Código UO: 53202		UGO: 533013		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		26.214.215	0	15.259.103		
CRÉDITOS	Suplementares	103.526	0	785.000		
	Especiais	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Créditos Cancelados		0	0	0	
Outras Operações		0	0	0		
Dotação final 2014 (A)		26.317.741	0	15.644.103		
Dotação final 2013(B)		21.601.658	0	20.056.955		
Variação (A/B-1)*100		21,83	0	-22,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		55.373.787	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-200.000	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	
Dotação final 2014 (A)		55.173.787	0	0	0	
Dotação final 2013(B)		35.820.000	0	0	0	
Variação (A/B-1)*100		54,03	0	0	0	

Fonte: DIPLAN

Análise Crítica

O quadro acima demonstra a programação da SUDAM nos exercícios de 2013 e 2014, por grupo de despesa e categoria econômica.

No que tange ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, a SUDAM, obedecendo aos limites impostos pelo Ministério da Integração Nacional, já na fase do processo orçamentário, projetou na LOA 2014 um gasto no montante de R\$15.259.103,00, valor este bem inferior à dotação final para o exercício 2013, que foi de R\$20.056.955, uma redução de 22%. Esta dotação inicial subdimensionada foi, no final de 2014, complementada com a abertura de créditos suplementares no valor de R\$785.000, o que deixou o total de créditos no exercício em patamar bem inferior a de 2013.

No exercício de 2014, o Investimento aprovado foi no montante de R\$55.373.787, e para 2013, foi inicialmente aprovado na LOA o montante superior de R\$35.820.000, um acréscimo de 54,03% em relação a 2013.

7.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

O Quadro A.7.1.2.1 abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos pela UG.

Este quadro contempla seis (6) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Quadro A.7.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	530001	533013	04122211120000001			219.690,86
	530001	533013	04122211120000001			70.000,00
	530023	533013	22691202920N80001			510.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	530023	533013	15244202920N70001	490.000,00		

Fonte: DIPLAN

Quadro A.7.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Concedidos	533013	158142	15244202920N96000	0	0	474.955,00
	533013	153034	04127202920WQ6000	0	0	216.818,50
	533013	153034	22333202920NK6000	0	0	125.000,00
	533013	153063	19572202145426000	0	0	600.000,00
	533013	153063	06182204081726000	0	0	300.000,00
	533013	153034	19572202145426000	0	0	56.775,00
	533013	153034	19572202145426000	0	0	56.775,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4- Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Concedidos	533013	153034	22691202920N86000	1.583.159,00		
	533013	153034	22333202920NK6000	375.000,00		
	533013	153034	19572202145426000	884.200,00		
	533013	153034	19572202145426000	384.300,00		

Fonte: DIPLAN

7.1.3. Realização da Despesa

Quadro A.7.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b)	4.490.492,21	3.860.455,84	4.484.283,75	3.860.185,846
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	129.361,42	0	129.361,42	0
d) Pregão	4.361.130,79	3.860.455,84	4.354.922,33	3.860.185,849
2. Contratações Diretas (h+i)	1.690.227,65	2.625.868,78	1.690.227,65	2.625.868,789
h) Dispensa	574.708,61	1.446.030,16	574.708,61	1.446.030,166
i) Inexigibilidade	1.115.519,04	1.179.838,62	1.115.519,04	1.179.838,629
3. Regime de Execução Especial	3.768,34	1.713,67	3768,34	1.713,67
j) Suprimento de Fundos	3.768,34	1.713,67	3.768,34	1.713,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	24.122.025,02	20.942.372,09	23.837.849,76	20.918.517,011
k) Pagamento em Folha	23.834.209,20	20.694.854,90	23.550.033,94	20.670.999,822
l) Diárias	287.815,82	247.517,19	287.815,82	247.517,19
5. Outros	0	0	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)	30.306.513,22	27.430.410,38	30.016.129,50	27.406.285,30

Fonte: DA

Análise Crítica

Na modalidade de contratação, em comparação ao exercício financeiro de 2013, as licitações que tiveram maior relevância foram as das seguintes modalidades: a) **Pregão** que são na maioria contratos de serviços terceirizados como de limpeza, vigilância, manutenção predial, apoio administrativo, fornecimento de passagens aéreas, telefonia, aquisição de software entre outros, com 12,97% de acréscimo, comparado a 2013, correspondendo ao montante de R\$500.701,12; b) **Dispensa**, em 2014, houve uma redução de 60,26%, equivalendo a R\$871.377,77, em virtude do contrato para o concurso público da SUDAM ter sido em 2013 nessa modalidade; c) **Inexigibilidade** são contratos de serviços médicos, odontológicos e de capacitação, com redução de 5,76%, que equivale a R\$64.253,90; d) **Suprimento de Fundos** houve um acréscimo considerável de 119,89%, representando R\$2.054,52, devido ao aumento na demanda de viagem de fiscalização de convênios e também de aquisições de materiais e serviços.

Quadro A.7.1.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: SUDAM			Código UO: 53202			UGO: 533013		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas Pessoal	23.834.209	20.694.856	23.834.209	20.694.856	0	0	23.550.034	20.671.001
01 - Aposentadorias e Reformas	788.995	720.014	788.995	720.014	0	0	788.995	720.014
11 - Vencimento e Vantagens Fixas	19.261.691	17.111.667	19.261.691	17.111.667	0	0	18.977.515	17.105.461
13 - Obrigações Patronais	3.229.529	2.685.307	3.229.529	2.685.307	0	0	3.229.529	2.667.658
Demais elemento do grupo	553.994	177.868	553.994	177.868	0	0	553.995	177.868
3. Outras Despesas Correntes	8.988.863	9.491.445	7.465.925	7.193.494	1.522.938	2.297.951	7.459.717	7.193.224
14 - Diárias Civil	287.816	259.548	287.816	247.517	0	12.031	8.871	247.517
33 - Passagens e Desp. Locomoção	631.590	636.659	576.807	565.993	54.783	70.666	576.807	565.723
37 - Locação de Mão de Obra	2.793.099	2.715.156	2.747.276	2.519.350	45.823	195.806	2.747.276	2.519.350
39 - Outros Serviços de terceiros PJ	3.229.578	3.558.119	2.677.070	2.445.750	552.508	1.112.369	2.670.862	2.445.750
Demais elemento do grupo	2.046.780	2.321.963	1.176.956	1.414.884	869.824	907.079	1.455.901	1.414.884
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	6.845.283	11.873.743	0	0	6.845.283	11.873.743	0	0
39 - Outros Serviços de terceiros PJ	0	0	0	0	0	0	0	0
42 - Auxílios	6.363.911	11.038.370	0	0	6.363.911	11.038.370	0	0
51 - Obras e Instalações	0	137.036	0	0	0	137.036	0	0
52 - Equipamento e Material Permanente	481.372	698.337	0	0	481.372	698.337	0	0

Análise Crítica

Na execução orçamentária com Despesas Correntes no exercício financeiro 2013 para 2014, houve um acréscimo de 15,17% nas despesas com pessoal totalizando em R\$3.139.353,00. Nas Outras Despesas Correntes houve redução de 5,29%, totalizando R\$502.582,00.

As despesas de maior relevância são as referentes as: **a) diárias** com um acréscimo de 10,89%, correspondendo a R\$28.268,00; **b) passagens e despesas com locomoção**, uma redução de 0,80%, equivalente a R\$5.069,00; **c) locação de mão de obra** com acréscimo de 2,87%, correspondendo a R\$77.943,00; **d) outros serviços de terceiros PJ** com redução de 9,23%, representando R\$328.541,00; **e) demais elementos do grupo** houve redução de 11,85%, que equivale a R\$275.183,00.

Nas Despesas de Capital houve uma redução considerável de 42,34%, equivalente a R\$5.028.460,00. Dessas destacam-se as despesas com: **a) auxílios**, trata-se de valores repassados em forma de transferências voluntárias, que em 2014, houve uma redução de 42,34% equivalendo a R\$4.674.459,00; **b) equipamento e material permanente**, constitui-se em aparelhos e equipamentos de informática, mobiliários para a melhoria das instalações e desenvolvimento das atividades da SUDAM, houve uma redução de 31,07%, correspondendo a R\$216.965,00; **c) nas despesas com Obras e Instalações** não houve execução em 2014.

7.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.7.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	0	0
Legal	2111/2000	R\$ 167.000,00	R\$ 122.963,13
Mercadológica	-	0	0
Utilidade pública	-	0	0

Fonte: DA

Análise Crítica

Nesta ação, a SUDAM possui contrato com duas empresas prestadoras de serviços com publicidade. Uma é o Fundo de Imprensa Nacional – FUNIN, para cobrir despesas com publicações no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do órgão e a outra é a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, para cobrir despesas com prestação de serviços de distribuição de publicidade impressa ou eletrônica.

Durante o exercício de 2014, foi empenhado ao FUNIN o valor de R\$147.000,00 e pago R\$107.692,02 e empenhado para a EBC o valor de R\$20.000,00 e pago R\$15.271,11.

7.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.7.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: SUDAM		Código UO: 53202		UGO: 533013
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2006	779.687,42	0	0	779.687,42
2012	148,12	0	0	148,12
2013	24.125,08	23.855,08	0	270,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.504.274,55	557.178,01	1.601.576,87	345.519,57
2013	14.171.695,14	11.461.364,24	677.755,49	2.032.575,41

Fonte: DA

Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados vigentes por mais de um exercício financeiro no valor de R\$779.687,42 refere-se a saldo de convênio de 2006. Os valores de R\$148,12 e R\$270,00 são saldos de empenhos de despesas com custeio administrativo, referentes aos exercícios de 2012 e 2013 os quais serão cancelados, em virtude de serem saldos de empenhos não utilizados.

Os Restos a Pagar Não Processados, inscritos nos exercícios de 2012 e 2013, se referem a convênios firmados com Governo de Estados e Prefeituras Municipais e também saldos de empenhos de custeio administrativos que não foram liquidados no exercício.

7.4. Transferências de Recursos

7.4.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

O Quadro A.7.4.1 (anexo III) representa o tipo e a identificação da transferência, do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerando todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI.

7.4.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.7.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente						
Nome:	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia					
CNPJ:	09.203.665/0001-77					
UG/GESTÃO:	53202					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	11	32	5	9.457.337,96	1.449.178,26	5.388.434,24
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	5	4	4	5.259.089,50	5.433.505,28	3.379.778,50
Termo de Compromisso						
Totais	16	36	9	14.716.427,46	6.882.683,54	8.768.212,74

Fonte: CGCOM

7.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.7.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				
CNPJ: 09.203.665/0001-77		UG/GESTÃO: 53202		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	228.919,94	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado	0	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	4	
		Montante Repassado	5.992.977,18	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	2.944.949,94	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	18	
		Montante Repassado	12.705.026,51	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	
		Montante Repassado	1.870.140,68	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	34	
		Montante Repassado	20.793.139,56	

Fonte: COFI/SIAFI/SICONV

7.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.7.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
CNPJ: 09.203.665/0001-77		UG/GESTÃO: 53202				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Quantidade de Contas Prestadas			3		
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2		
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)	228.919,94		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
				Quantidade Reprovada		
	Quantidade de TCE					
	Montante Repassado (R\$)					
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1			
Montante Repassado (R\$)		1.803.407,76				
2013	Quantidade de contas prestadas			8		
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6			
		Quantidade Reprovada	1			
		Quantidade de TCE				
		Montante repassado	6.762.977,18			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1			
Montante repassado (R\$)		100.000,00				
2012	Quantidade de Contas Prestadas			16		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	11			
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante Repassado	14.734.868,67			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	5			
Montante Repassado		1.619.959,84				
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	16			
		Montante Repassado	8.067.715,52			

Fonte: COFI/SIAFI/SICONV

Análise Crítica

Relativamente às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, informa-se que os procedimentos adotados são: notificar os convenientes e, em alguns casos, ex-gestores para apresentar a devida prestação de contas, concedendo-se prazo para atendimento; e caso contrário, encaminhar para providências quanto aos registros no SIAFI e instauração de tomadas de contas especiais.

A razão para oscilações na quantidade de ajustes firmados nos três últimos exercícios decorre da inclusão de recursos orçamentários oriundos de emendas parlamentares, em virtude da eficiência no processo de execução do orçamento da SUDAM, bem como do fortalecimento da articulação institucional junto à Bancada da Amazônia.

Relativamente à oscilação significativa no volume de recursos transferidos no exercício de 2014, justifica-se pela celebração de convênios ocorrida, em maioria, no final de 2013, com cláusula suspensiva a ser cumprida pelos convenientes, impossibilitando a liberação no mesmo exercício, o que ocorreu apenas em 2014. A mesma situação foi observada em 2013, cujos montantes transferidos se referem, em grande parte, a convênios inscritos em restos a pagar relativo a 2012.

Quanto à análise do comportamento das prestações de contas, frente aos prazos regulamentares, observou-se nos períodos em referência, evolução positiva nas apresentações das prestações de contas. Isso decorre de ações da Sudam no sentido de orientar os convenientes quanto à execução dos convênios e utilização dos recursos, em especial, através do programa de orientação para convenientes, que visa capacitar os técnicos dos municípios/estados na operacionalização do Sistema de Convênios (SICONV), em funcionamento desde 2013.

Em relação à evolução das análises das prestações de contas, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais, ressalta-se que a SUDAM vem ao longo dos anos adotando medidas visando à redução do estoque de prestação de contas na conta “A aprovar”, motivo pelo qual a autarquia possuía um estoque, em Dezembro/2014, apenas 23 prestações de contas pendentes de conclusão conforme Quadro A.6.5.4.

Notadamente quanto às estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, em que pese o reduzido quadro de servidores da SUDAM e as restrições orçamentárias enfrentadas, foi possível o acompanhamento dos planos de trabalhos conveniados, principalmente porque esses ajustes, por força normativa, devem ter todos os atos praticados ou registrados no sistema de convênios, o que torna possível a detecção de eventuais falhas e as correções de forma tempestiva.

Sobre a análise da efetividade das transferências, foi criada a Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID), a partir do decreto 8.275/2014, que aprovou a nova estrutura regimental da SUDAM, que tem a competência de desenvolver instrumentos e estudos para avaliação da efetividade dos convênios.

7.5. Suprimento de Fundos

7.5.1. Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.7.5.1 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	533013	SUDAM			04	3.768,34	5.000,00
2013	533013	SUDAM			02	1.713,67	3.000,00
2012	533013	SUDAM			09	11.214,82	5.000,00

Fonte: SIAFI

7.5.2. Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.7.5.2 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	533013	SUDAM			04	0	3.768,34	3.768,34
2013	533013	SUDAM			02	0	1.713,67	1.713,67
2012	533013	SUDAM			09	0	11.214,82	11.214,82

Fonte: SIAFI

7.5.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro A.7.5.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
533013	SUDAM	339030	24-Mat. p/man. bens imóveis	649,90
			26-Mat. Elétrico e eletrônico	1.528,16
		339033	03-Locação de meios de transporte	1.590,28

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No exercício de 2014, tivemos um acréscimo na escala de uso do GPGF em relação ao ano anterior. Foram concretizadas 04 solicitações de Suprimento de Fundos com Cartão de Pagamento do Governo Federal, totalizando o valor de R\$3.768,34. Em comparação com o exercício de 2013 que foram 02 processos de solicitação de suprimento de fundos, houve um acréscimo tanto para viagem de fiscalização de convênios como também para aquisições de serviços e materiais para suprir as necessidades urgentes desta instituição no exercício de 2014.

A SUDAM somente recorreu ao instituto do suprimento de fundos em situações de caráter excepcional, comprovada a necessidade nos termos da lei, a fim de que não houvesse prejuízo ao bom andamento das atividades da instituição, sejam na área administrativa, predial e viagens a serviço de fiscalizações e vistorias técnicas de convênios.

7.6. Renúncias sob a Gestão da UJ

Os subitens relativos às Renúncias sob a Gestão da UJ (item 6.7 da Portaria TCU nº 90/2014) que não se aplicam a Sudam são: 6.7.1; 6.7.2.4.1; 6.7.2.5; 6.7.2.6; 6.7.2.7; 6.7.2.10; 6.7.2.11.

Em relação aos subitens 6.7.2.2 6.7.2.3, a apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados pela Sudam é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB. Para identificar os montantes dos recursos financeiros aplicados na forma da contrapartida exigida para fruição da renúncia tributária, é necessária a apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme

mencionado acima, o que requer cálculos específicos a serem realizados pela Receita Federal do Brasil – RFB. Os dados necessários ao preenchimento deste quadro não estão disponíveis na Sudam.

Relativamente ao subitem 6.7.2.8, não houve ocorrência no exercício em referência.

E sobre o item 6.7.2.9, a Sudam não possui os indicadores de gestão da renúncia de receitas tributárias, bem como a participação do valor renunciado em relação ao PIB nacional e a geração de empregos diretos e indiretos proporcionada pela renúncia de receitas.

7.6.1. Renúncias Tributárias

7.6.1.1. Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

Quadro A.7.6.1.1 – Renúncias tributárias sob gestão da UJ incentivos fiscais administrados pela SUDAM – Aspectos Gerais

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, §1º)	Objetivos Sócio-Econômicos	CONTRAPARTIDA EXIGIDA	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1) Decreto-Lei nº 756/1969; (2) Lei nº 9.532/1997; (3) Decreto nº 94.075/1987 (4) Medida Provisória nº 2.199-14/2001; (5) Decreto nº 4.212/2002 e alterações posteriores; (6) Lei nº 11.196/2005 (7) Portaria MI nº 28/2013 – que aprovou o Regulamento de Incentivos fiscais; Ato Sudam 61/2013; (8) Decreto nº 6.047/2007. (9) Lei 12.715/2013	(1) Redução do Imposto de Renda e Adicionais Não- Restituíveis sobre o Lucro da Exploração; (2) Reinvestimento do IRPJ. (3) Depreciação Acelerada Incentivada (4) Isenção do IRPJ.	Contribuir para o desenvolvimento regional, objetivando a geração de renda, com a manutenção e geração de empregos e os recolhimentos efetivos de impostos. A complementação e modernização de máquinas e equipamentos do parque industrial.	Enquadramento entre os setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento da região, conforme o Decreto 4.212/2002 e alterações posteriores; situação de regularidade da pessoa jurídica com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, além do licenciamento ambiental para a atividade; a produção superior a 20% da capacidade real instalada do empreendimento; além da devida instrução processual, conforme a Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional, que consolidou o Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam.	Redução do IRPJ tem prazo de vigência de 10 anos, com encerramento previsto em 2018. Benefício do Reinvestimento do IRPJ não tem prazo de vigência.	Não existem.
AFRMM – Adicional do Frete Para Renovação da Marinha Mercante	(1) Lei nº 9.808/1999 e alterações posteriores (MP 517/2010 e Lei 12.431/2011); (2) Portaria MI nº 283/2013 – que aprovou o Regulamento de Incentivos Fiscais da SUDAM; Ato Sudam 61/2013; (3) Decreto nº 4.212/2002 e alterações posteriores.	(1) Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM	Implantação, diversificação, ampliação e modernização de empreendimentos considerados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.	Enquadramento entre os setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento da região, conforme Decreto 4.212/2002 e alterações posteriores; situação de regularidade da pessoa jurídica com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e à Seguridade Social, além do licenciamento ambiental para a atividade; mais a completa instrução processual, conforme pela Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional, que consolidou o Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam.	O benefício será concedido pela Sudam até 31/12/2015, conforme Lei 12.431/2011, que alterou o art. 4º da Lei 9.808/1999.	Não existem

Fonte: DGFAI

7.6.1.2. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Quadro A.7.6.1.2.1 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas

Redução de 75% do IRPJ

UF	Pessoas Jurídicas					
	2014		2013		2012	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC	0		3		0	
AM	53		64		43	
AP	2		2		1	
MA	3		0		1	
MT	33		24		21	
PA	14		10		12	
RO	5		6		7	
RR	0		1		0	
TO	4		5		4	
Total	114		115		89	

Fonte: DGFAI

Quadro A.7.6.1.2.2 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas

Reinvestimento de 30% do IRPJ

UF	Pessoas Jurídicas					
	2014		2013		2012	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC						
AM	9	R\$ 27.112.000,00	10	R\$ 33.910.825,08	7	R\$ 11.835.119,57
AP						
MA						
MT	2	R\$ 7.772.000,00	3	R\$ 11.749.954,37	5	R\$ 2.876.959,91
PA	3	R\$ 262.283.000,00			1	R\$ 595.593,43
RO					1	R\$ 29.491,92
RR						
TO			1	R\$ 145.385,63		
Total	14	R\$ 297.167.000,00	14	R\$ 45.806.165,08	14	R\$ 15.337.164,83

Fonte: DGFAI

Quadro A.7.6.1.2.3 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas

Isenção do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM

UF	Pessoas Jurídicas					
	2014		2013		2012	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC						
AM			1			
AP						
MA						
MT	8		3		6	
PA	1		6		2	
RO						
RR						
TO						
Total	9		10		8	

Fonte: DGFAI

Quadro A.7.6.1.2.4 – Contribuintes beneficiados pela renúncia - Pessoas Jurídicas

Depreciação Acelerada Incentivada para efeito do Cálculo do Imposto Sobre a Renda

UF	Pessoas Jurídicas					
	2014		2013		2012	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC						
AM						
AP			1			
MA						
MT						
PA			2			
RO	1					
RR						
TO						
Total	1		3			

Fonte: DGFAI

Análise Crítica

Os Incentivos e Benefícios Fiscais são instrumentos à atração de investimentos para a Região Amazônica, concedidos às pessoas jurídicas que possuem empreendimentos em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Os benefícios são concedidos através da aprovação de projetos nas modalidades de Redução de 75% e Isenção do IRPJ, Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, Reinvestimento de 30% do IRPJ e Depreciação Acelerada Incentivada.

Conforme a Lei Complementar nº101 de 4 de maio de 2000, entende-se por renúncia fiscal a concessão ou a ampliação de incentivos e benefícios que implique redução discriminada de tributos ou contribuições que correspondam a tratamento diferenciado.

Esses estímulos têm sido fundamentais para o cumprimento da política de diminuição das desigualdades regionais, através da expansão das atividades industriais que trazem investimentos e geram empregos.

7.6.1.3. Resultados Identificados

O Quadro abaixo resume os resultados apurados para o ano de 2014:

Quadro A.7.6.1.3 – Resultados Identificados

ESTADOS	redução de 75% do IRPJ	isenção do IRPJ	isenção do AFRMM	reinvestimento de 30% do IRPJ	depreciação acelerada incentivada	TOTAL DE PLEITOS APROVADOS	TOTAL DE EMPREGOS GERADOS E/OU MANTIDOS	ATRAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS NA REGIÃO (R\$)
Acre	0	0	0	0	0	0	-	0,00
Amazonas	97	4	0	9	0	110	30.899	2.971.706.869,58
Amapá	2	0	0	0	0	2	153	16.600.146,00
Maranhão	3	0	0	0	0	3	91	708.830.639,34
Mato Grosso	71	0	8	2	0	81	5.620	2.142.155.987,21
Pará	16	0	1	3	0	20	6.085	44.651.485.712,81
Rondônia	14	0	0	0	1	15	574	3.828.678.761,79
Roraima	0	0	0	0	0	0	-	0,00
Tocantins	7	0	0	0	0	7	2.430	898.648.498,00
Totais	210	4	9	14	1	238	45.852	55.218.106.614,73

Fonte: DGFAI

No período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, foram aprovados 238 pleitos de incentivos fiscais, dos quais 210 são de Redução de 75% do Imposto de Renda, 4 de Isenção do IRPJ, 9 de Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, 14 de Reinvestimento de 30% do IRPJ e 1 de Depreciação Acelerada Incentivada. O Estado do Amazonas concentra a maior quantidade de pleitos devido ao grande dinamismo existente no Polo Industrial de Manaus.

As empresas beneficiadas com esses incentivos declararam terem investido cerca de R\$55,2 bilhões em capital fixo para se instalarem, modernizarem, diversificarem e ampliarem suas produções. O Estado do Pará se destaca em volume investido principalmente por causa das mineradoras, que apresentam elevados investimentos fixos na região.

O total de empregos gerados e/ou mantidos na região em 2014 é de 45.852, concentrados principalmente nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Esse número se refere aos empregos diretos, sem contabilizar os indiretos gerados a partir das externalidades criadas por tais empreendimentos. Além disso, chegou-se nesse número a partir das empresas que tiveram pleitos aprovados no ano de 2014, não sendo contabilizados os empregos mantidos por benefícios vigentes concedidos em anos anteriores.

Para o exercício de 2014, o valor estimado pela Receita Federal do Brasil em renúncia tributária foi R\$2,2 bilhões, referentes às concessões de benefícios a empreendimentos instalados nos nove Estados da Amazônia Legal. Esse montante atraiu e/ou manteve investimentos fixos em torno de 55,2 bilhões de reais por parte das empresas instaladas na região, além da geração e/ou manutenção de 45,8 mil empregos diretos.

Nesse contexto, os resultados identificados evidenciam que os instrumentos de atração de investimentos para Região Amazônica são efetivos, na medida em que contribuem para a formação bruta de capital fixo na Amazônia, gerando empregos e renda aos amazônidas, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais, que é o foco da missão institucional da Sudam.

8. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

8.1. Estrutura de pessoal da unidade

8.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	193	193	54	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	193	193	54	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	188	188	53	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	3	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	17	17	9	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	210	210	63	8

Fonte: SIAPE

Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	109	81
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	0	0
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	120	90

Fonte: SIAPE

Quadro A.8.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	71	63	10	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	71	63	10	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	47	39	0	0
1.2.2. Servidores Descentralizados	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	3	3	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	17	17	9	6
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	31	22	15	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	31	22	15	5

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	5	5		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	102	85	25	12

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

Como se observa nos quadros acima, o corpo funcional da Sudam foi reforçado com o concurso público realizado no exercício de 2013. Das 71 vagas autorizadas, 50 foram assumidas em Outubro/2014 e as demais estão em processo de nomeação.

O concurso teve como foco os cargos de nível superior, tendo maior destaque para os cargos de Economista e Engenheiro (nas diversas especialidades). Esses servidores empossados fazem parte da demanda antiga, em especial para a área finalística da instituição.

Apesar das novas nomeações, a força de trabalho da Sudam ainda é reduzida e será impactada nos próximos 5 anos com a quantidade significativa de servidores que irão se aposentar, conforme discorremos no subitem 7.1.5 – Riscos identificados na Gestão de Pessoas. Ademais, pode-se observar uma movimentação significativa (ingressos e egressos) nos cargos em comissão e função gratificada, justificada pela aprovação da nova estrutura regimental e do quadro de cargos e funções gratificadas por meio do Decreto 8.275/2014.

Destaca-se ainda, que ao final do exercício de 2014 a força de trabalho contava com 210 servidores sendo 17 sem vínculo.

8.1.2. Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Neste aspecto a Sudam disponibilizou 730 oportunidades de capacitação em 72 eventos, dos quais foram capacitados 186 servidores. Os eventos realizados no último trimestre do exercício contaram com a participação dos servidores recém-empossados, inclusive, em evento denominado Acolhimento Técnico que contemplou palestras de temas voltados às áreas finalísticas.

8.1.3. Custos de Pessoal

Conforme anexo III

8.1.4. Irregularidades na área de pessoal

8.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A SUDAM com o intuito de evitar a eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, solicita dos servidores por ocasião da nomeação declaração de não acumulação.

8.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não se aplica.

8.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Neste aspecto, destacam-se alguns riscos na gestão de pessoas, conforme abaixo:

- a) Ausência de Plano de Cargos, Carreiras e Salários Específico da Autarquia

Atualmente, os servidores da Sudam estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, coexistindo dois tipos de gratificação de desempenho, conforme o cargo, sendo: a) Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Executivo – GDPGPE e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE, devida aos servidores dos cargos de estatísticos, engenheiros, economistas da Sudam.

No ano de 2008, foi cadastrado no âmbito do MPOG, o processo de nº 59000.000365/2008-42 referente à proposta de instituição do Plano de Cargos e Carreira da Sudam. Em 2013, o processo foi arquivado no Arquivo da Coordenação Administrativa e Informação. O Plano de Cargos e Salários tem importância estratégica para o fortalecimento da Autarquia e valorização do seu quadro de servidores, e sua ausência pode resultar em grande rotatividade da sua força de trabalho.

Destaca-se também que, em 2013, a Sudam realizou concurso público para provimento de servidores em diversos cargos, são eles: Agente Administrativo; Analista Técnico-Administrativo; Analista Técnico-Administrativo – Área Ciência da Computação; Economista; Engenheiro Civil; Engenheiro de Produção; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro de Pesca; Engenheiro Mecânico; Engenheiro Eletricista; Estatístico; Químico; Biólogo; Contador; Zootecnista; e Geógrafo, totalizando 71 vagas, com o intuito de oxigenar e recompor o quadro, tendo em vista o último concurso ter sido realizado há 20 anos.

b) Aposentadorias

Do quadro efetivo da SUDAM, 38%, ou seja, 70 servidores estão com abono permanência, destes 20 irão se aposentar compulsoriamente nos próximos 5 anos, conforme abaixo. Desses, 10 ocupam cargos de nível superior sendo que 9 atuam na área finalística.

O processo de transferência de conhecimento pode ser prejudicado na ocorrência de eventual saída dos servidores que atendem aos requisitos legais para aposentadoria. Isso decorre do concurso anterior a 2013 ter sido realizado há mais de 20 anos.

Essa situação pode comprometer a condução dos processos na Sudam, razão pela qual se faz necessária a realização de ações para a reposição do quadro, além da necessidade de medidas para retenção dos novos servidores, e preparação para a sucessão de cargos de gestão.

Servidores com Abono Permanência

Nível Superior	30
Nível Intermediário/Auxiliar	40
Total	70

Fonte: DA

Aposentadorias Compulsórias Por Idade

Exercício	Quant.
2015	2
2016	3
2017	3
2018	2
2019	7
2020	3
Total	20

Fonte: DA

c) Saúde do Servidor

A partir da análise dos resultados obtidos no último ciclo de exames periódicos de saúde, fornecidos pelo Serviço de Assistência Médica, Odontológica e Social – SAMS, do qual os novos servidores da Autarquia não participaram, constatou-se o seguinte cenário:

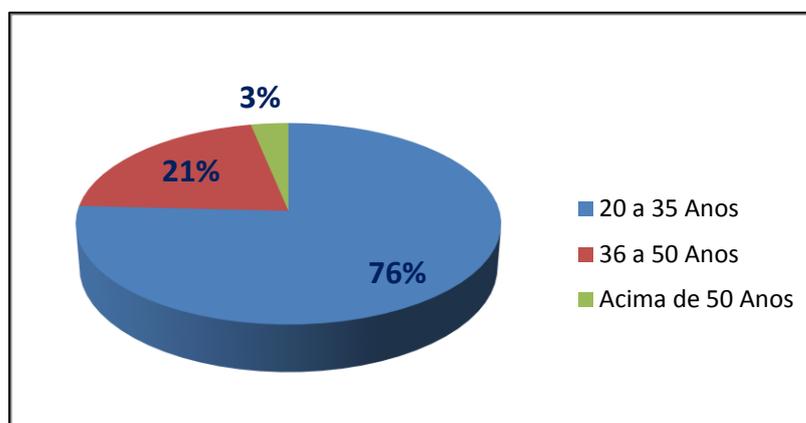
- 56% dos servidores que participaram do levantamento estão acima do peso, estando 17% desse grupo com algum grau de obesidade;
- 44% dos servidores apresentarem colesterol elevado;
- 15% dos servidores apresentarem triglicérides elevados;
- 15% dos servidores são hipertensos;
- 7% dos servidores são diabéticos.

Diante disso, verifica-se a necessidade de realizar ações que promovam melhor qualidade de vida aos servidores, buscando melhorar suas condições de saúde e bem-estar, diminuindo a sobrecarga de *stress* e o absenteísmo.

d) Rotatividade

Cerca de 75% dos servidores empossados a partir de outubro/2014 faz parte da “Geração Y” (vide gráfico abaixo), definida como a geração nascida entre os anos de 1980 e 2000, composta por profissionais com variados talentos, motivados, socialmente conscientes, exigentes e criativos, o que requer a adoção de uma política de reconhecimento e incentivos que eleve o nível de satisfação e conseqüentemente resulte na permanência do quadro de servidores mais jovens.

Quadro A.8.1.5 - Faixa Etária Servidores Concurso Público/2013



Fonte: DA

8.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Quadro A.8.1.6.1 – Capacitação de Servidores

Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	TST - Taxa de Servidores Treinados	31/12/14	210	210	84%	89%

Fórmula de Cálculo: $(\text{N}^\circ \text{ de Servidores Treinados no Exercício} / \text{N}^\circ \text{ Total de Servidores no Órgão}) * 100$

Fonte: SIAPE/SIAPENET/FOLHA/Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas

A meta física foi superada demonstrando a efetiva capacitação dos servidores da Sudam, mesmo diante do contingenciamento de recursos.

Quadro A.8.1.6.2 – Servidor Acompanhado no Serviço de Assistência Médica e Odontológica

Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	TSA-Taxa de Servidores Acompanhados	31/12/14	210	210	90%	100%

Fórmula de Cálculo: (Nº Servidores Acompanhados pelo SAMS/Nº de Servidores em Exercício)*100

Fonte: SIAPE/SIAPENET/FOLHA/Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas

O Indicador revela que os servidores utilizaram o Serviço de Assistência Médica e Odontológica com a finalidade de medidas preventivas na assistência de sua própria saúde tanto a nível ambulatorial como a nível hospitalar.

Quadro A.8.1.6.3 – Servidor Atendido em Abono Permanência

Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
1	TPE – Taxa de Pareceres Emitidos	31/12/14	6	6	100%	100%

Fórmula de Cálculo: (Nº de Pareceres Emitidos no Exercício referente ao Abono Permanência/nº de Demandas Recebidas) *100

Fonte: SIAPE/SIAPENET/FOLHA/Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas

O indicador demonstra que os pleitos de abono permanência solicitados no exercício de 2014 foram concluídos dentro do exercício.

8.2. Informações sobre a contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

8.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.8.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia													
UG/Gestão: 533013							CNPJ: 092036650001-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	105876180001-53	11/04/14	11/04/15	-	-	-	31	-	-	P
2010	V	O	115/2010	0920112050001-90	23/12/10	26/06/15	-	-	-	19	-	-	P
Observações:													
(1) O contrato 02/2011 celebrado com a empresa Amazônia Clean Limpeza e Conservação LTDA está no 4º Termo Aditivo.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CGA/COGAF/DA

8.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.8.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM													
UG/Gestão: 533013/53202							CNPJ: 09.203.665/0001-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2012	2	O	03/2012	02589131/0001-81	26/01/14	26/01/15	-	-	3	3	-	-	P
2013	6	O	53/2013	09172237/0001-24	03/12/14	03/12/15	1	1	1	1	-	-	P
2013	4	O	49/2013	23066228/0001-80	05/11/14	05/11/15	3	3	-	-	-	-	P
2013	5	O	49/2013	23066228/0001-80	05/11/14	05/11/15	-	-	4	4	-	-	P
2013	11	O	49/2013	23066228/0001-80	05/11/14	05/11/15	-	-	23	23	-	-	P
2014	9	O	061/2012-58	03534028/0001-05	17/10/14	17/04/15	2	1	2	2	-	-	P
Observações: O Contrato de manutenção predial (161/2012-58) foi prorrogado por mais 90 dias.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outros					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: DA/COGAF/CGA-Engenharia

Análise Crítica

Sobre a gestão dos diversos contratos vigentes, destaca-se, em especial, o de manutenção predial, haja vista a evolução das obrigações contidas no contrato e cobranças das obrigações por parte da contratada.

Ademais, todos os serviços prestados vem sendo desenvolvidos segundo as parametrizações definidas por meio de seus respectivos contratos, tendo possibilitado o atingimento das condições estabelecidas.

8.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro A.8.2.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	16	13	12	14	84.107,54
1.1 Área Fim	6	5	5	5	34.746,58
1.2 Área Meio	10	8	7	9	49.360,96
2. Nível Médio	8	7	8	7	24.360,07
2.1 Área Fim	2	2	2	2	7.248,00
2.2 Área Meio	6	5	6	5	17.112,07
3. Total (1+2)	24	20	20	21	108.467,61

Fonte: DA

Análise Crítica

A política de contratação de estagiários segue as diretrizes da Lei 11.788/2008, da Orientação Normativa SRH/MPOG nº 07/2008 e da Portaria/MP nº 313/2007, alterada pela Portaria /MP nº 467/2007, não sendo possível discorrer sobre os resultados observados para áreas em razão da Sudam não dispor de instrumentos de avaliação dessa natureza.

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

9.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios

O instrumento balizador da gestão da frota de veículos próprios é a Norma de Procedimento nº 004/2010, de 24.09.2010, a qual disciplina os procedimentos para solicitação, uso, guarda, conservação, manutenção, abastecimento e controle dos veículos automotores do patrimônio da Sudam, cujo gerenciamento administrativo e operacional está sob a responsabilidade da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA).

Atualmente, a Sudam conta com 06 (seis) veículos, dos quais 03 (três) são destinados para transporte institucional e 03 (três) médios, para transporte de carga leve, fazendo com que seja garantido o atendimento das demandas internas e externas da autarquia.

Com relação ao grau de atendimento (utilização) da frota, a média de quilômetros rodados em 2014, equivale a cerca de 3.903 Km, para uma frota cuja média de idade é de seis anos e meio. Importante ressaltar que os custos com manutenção preventiva e corretiva totalizaram R\$184.951,04, os quais representam um aumento de aproximadamente 48% em relação ao período anterior.

Atualmente, não existe um plano para substituição da frota, entretanto, está sendo realizado estudo analítico com objetivo de melhor subsidiar a gestão sobre a possibilidade de terceirizar todo o serviço de transporte da instituição, no que concerne a motoristas, frota de veículos, abastecimento e etc.

Sobre os instrumentos de controle como forma de assegurar a prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, a Unidade Administrativa responsável, faz uso de formulários de entrada e saída dos veículos, bem como documentos de autorização de abastecimento de veículos.

9.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

9.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.9.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA SUDAM	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARÁ	01	01
	BELÉM	01	01
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: CGA

9.2.2. Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro A.9.2.2 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SUDAM, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	VALOR DO IMÓVEL			DESPESA NO EXERCÍCIO	
				Valor Histórico R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado R\$	Com Reformas R\$	Com Manutenção R\$
SUDAM 5333013	Bloco A 042700229.500-5	10	4	1.479.566,02	Dez 2014	465.014,88	349.523,67 (Reforma do Bloco B)	243.049,65
	Bloco B 042700408.500-8	10	4	1.479.566,02	Dez 2014	465.014,88		
	Bloco C 042700409.500-3	10	4	6.786.315,90	Dez 2014	9.249.254,30	462.374,60 (Reforma do Arquivo Geral)	
	Bloco D 042700410.500-9	10	4	232.010,80	Dez 2014	907.320,70		
	Bloco E 042700411.500-4	10	4	1.988.664,00	Dez 2014	2.500.080,00		
	Bloco F 042700412.500-0	10	4	994.332,00	Dez 2014	1.250.040,00		
	Bloco H 042700413.500-5	10	4	489.708,51	Dez 2014	135.421,00		
	Bloco I 042700230.500-0	10	3	497.166,00	Dez 2014	625.020,00		
Total							811.898,27	243.049,65

Fonte: CUB/m² - SINDUSCOMPA – DEZEMBRO/2014 – R\$ 1.041,70

NOTA: O valor reavaliado do bem é o valor do CUB x metro quadrado de cada bloco.

Análise Crítica

Sobre os imóveis pertencentes à União que estão sob a responsabilidade da Sudam, é importante frisar que ainda não foi regularizada a cessão de uso, uma vez que a Secretaria de Patrimônio da União ainda não emitiu o Termo de Cessão, em que pese as diversas gestões realizadas pela administração.

Ademais, o complexo predial recebe manutenção preventiva e corretiva visando a segurança das instalações, dos sistemas e dos equipamentos e do patrimônio público, bem como a qualidade de vida no trabalho dos servidores. Sobre isso, pode ser exemplificado a realização em 2014 da reforma do Arquivo Geral que compreende o Bloco I do complexo predial.

Outro ponto a ser ressaltado, diz respeito à inexistência de pessoal responsável pela atualização de informações no SPUNET, em decorrência da falta de regularização da propriedade do imóvel por parte da Secretaria de Patrimônio da União.

10. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1. Gestão da tecnologia da informação (TI)

Os Sistemas de Informação em produção na Sudam são os seguintes:

- SISPRO - Sistema de Protocolo, para cadastro, andamento e acompanhamento de processos administrativos internos.
- SISBIB- Sistema de Controle de Biblioteca.
- Sistema de Acesso – Sistema de Controle de Acesso de visitantes.
- GESPRO – Sistema de Controle de Almoxarifado e Patrimônio.
- ASM – Sistema de Gestão de Serviços de TI (Service Desk).
- SICAS – Sistema de Controle de Assistência à Saúde, englobando o serviço médico ambulatorial e a gestão do Plano de Saúde da SUDAM (PROAS).
- RH – Sistema de Recursos Humanos
- SAPC – Sistema de Acompanhamento de Prestação de Contas (Financeiro)
- MONITORA – Sistema de Monitoramento das Iniciativas do Governo Federal na Amazônia.
- SIBF – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (em fase final de implantação)
- SFD – Sistema de Fundos de Desenvolvimento (em fase de homologação).

Todavia, há a necessidade do desenvolvimento de novos sistemas, tais como:

- Sistema de Gestão de Pessoas (modernização tecnológica)
- Sistema de Biblioteca (modernização tecnológica)
- Sistema de Acesso (modernização tecnológica)
- Sistema Eletrônico de Informações - SEI (sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos)
- Sistema de Gestão de Aquisições e Contratos
- Sistema de Gestão Administrativa
- Sistema de Monitoramento de Indicadores Regionais – avaliação da efetividade dos instrumentos de desenvolvimento regional (FNO, FDA e Incentivos Fiscais)
- Portal de Intranet Corporativa

Quadro A.10.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação vigentes em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsa dos 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
59/2013	Fornecimento de conexão IP dedicada, link de 20 Mbps, para fins de interligação do Datacenter da SUDAM.	26/12/2013 a 26/12/2015	33530486/0 001-29	EMBRATEL	201.188,64	100.594,32
47/2013	Fornecimento de solução integrada de Serviços Gerenciados de Segurança, em regime 24x7x365.	04/11/2013 a 04/11/2015	05622791/0 001-05	DISEC Serv. Seg. Informação S.A	799.986,54	399.993,32
119/2010	3º TA - serviços de manutenção corretiva e evolutiva no Sistema de Patrimônio e Almoxarifado da SUDAM-GESPRO	29/01/2014 a 29/01/2015	04.994.596/ 0001-43	Rede de Informática Ltda	92.539,67	50.897,00
136/2010	3º TA - Manutenção corretiva e evolutiva no sistema de Incentivos Fiscais da SUDAM	29/01/2014 a 29/01/2015	00660928/0 001-00	Life Tecn. e Consultoria Ltda	105.658,00	105.658,00
117/2010	Suporte e administração de Banco de Dados.	24/02/2014 a 24/02/2015	08057864/0 001-51	BG SERVICE	156.270,00	142.368,00
79/2013	Aquisição de microcomputadores do tipo desktop.	13/01/2014 a 13/01/2018	18899352/0 001/96	PIL PIL Informática Eireli - ME	273.149,26	273.149,26
56/2014	Fornecimento de equipamentos de informática.	24/11/2014 a 24/11/2018	18899352/0 001/96	PIL PIL Informática Eireli - ME	120.733,26	0,00
80/2013	Aquisição de subsistema de armazenamento de dados (storage).	13/01/2014 a 13/01/2017	71702716/0 007-75	Officer Distrib. de Prod. de Inform. S/A	425.187,84	425.187,84
73/2014	Aquisição de Opcionais para IBM Bladecenter.	23/12/2014 a 22/12/2015	07880897/0 001-34	Suporte Informática Soluções Ltda.	4.241,22	0,00
CE 76/2014	Manutenção corretiva dos equipamentos de TI.	31/12/2014 a 31/03/2015	09228819/0 001-85	G & A Com. e Serviços de Informática Ltda.	4.244,00	0,00
CUSTEIO						799.510,64
INVESTIMENTO						698.337,10
TOTAL						1.497.847,74

Fonte: CGTI

Análise Crítica

Em 2014, a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação elaborou e publicou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SUDAM – PDTI 2014-2015 visando orientar o direcionamento da Tecnologia da Informação, alinhado ao Mapa Estratégico e as estratégias de negócio da instituição. Essa integração é que habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais de

forma mais efetiva, permitindo que formule suas estratégias, organize seus processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos na área.

A falta de capital humano foi uma dificuldade encontrada para que a CGTI pudesse ter realizado um trabalho mais efetivo na SUDAM, havendo superposição de serviços, dificultando o acompanhamento dos processos de TI.

Espera-se uma atuação mais efetiva dessa área a partir da nomeação dos novos servidores, especialmente os ocupantes dos cargos especializados em TI.

11. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.11.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>A SUDAM nos termos da Instrução Normativa/SLTI/MP N° 10/2012 que estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável criou a comissão para a elaboração do Plano.</p> <p>O Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS foi elaborado pela comissão e está em fase de análise pela Administração.</p> <p>Ressalta-se que algumas práticas já foram adotadas como, por exemplo, a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental em processos licitatórios, campanhas educacionais, controles de gastos, separação de resíduos recicláveis, dos resíduos por tipo, etc.</p>			

Fonte: DA

12. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

12.1. Tratamento de deliberações exageradas em acórdão do TCU

Em relação às deliberações exaradas pelo Tribunal de Contas da União por meio de Acórdãos segue o Quadro abaixo, com a manifestação desta Autarquia relativas a recomendação/determinação emitidas, no decorrer do exercício de 2014. Em relação ao subitem 11.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (relativo ao item 11.1 da Portaria TCU nº 90/2014), não houve ocorrência.

12.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.12.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia					091138
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	037.079/2012-3	1.005/2014-Plenário	9.3	RE	Ofício 0179/2014-TCU/SEMAG, de 23/04/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia					091138
Descrição da Deliberação					
9.3. recomendar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) do Ministério da Integração Nacional que: 9.3.1. em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco do Brasil, estabeleçam cestas de indicadores que evidenciem os produtos e os efeitos projetados para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), em conformidade com a tipologia, as diretrizes e as prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com fundamento nos arts. 71 e 74 da Constituição, c/c os arts. 16 e 20 da Lei 7.827/1989 e os arts. 6º e 7º do Decreto 6.047/2007; informando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os resultados das providências adotadas; 9.3.2. em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, estabeleçam cestas de indicadores que evidenciem os produtos e os efeitos projetados para os Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), em conformidade com a tipologia, as diretrizes e as prioridades da PNDR, com fundamento nos arts. 71 e 74 da Constituição, c/c o art. 5º da Lei Complementar 124/2007, o art. 5º da Lei Complementar 125/2007 e os arts. 6º e 7º do Decreto 6.047/2007, informando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os resultados das providências adotadas; 9.3.3. em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, estabeleçam cestas de indicadores que evidenciem os produtos e os efeitos projetados para os incentivos fiscais destinados às regiões Norte e Nordeste, em conformidade com a tipologia, as diretrizes e as prioridades da PNDR, com fundamento nos arts. 71 e 74 da Constituição, c/c o art. 5º da Lei Complementar 124/2007, o art. 5º da Lei Complementar 125/2007 e os arts. 6º e 7º do Decreto 6.047/2007, informando ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os resultados das providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas e Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos					091138
Síntese da Providência Adotada					
A SUDAM através da Portaria nº 43, de 07/05/2014, instituiu um grupo de trabalho com objetivo de apresentar proposta de cestas de indicadores que evidenciem os produtos e os efeitos projetados para o FNO, FDA e para os Incentivos Fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, em conformidade com a tipologia, as diretrizes e as prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No dia 15/10/2014 o grupo realizou uma apresentação da cesta de indicadores ao Tribunal de Contas da União, por meio de videoconferência. Naquela oportunidade, a equipe técnica do TCU fez algumas sugestões pontuais, as quais já foram devidamente incorporadas					

ao trabalho, e que, após ajustes, a proposta foi encaminhada à Diretoria Colegiada desta Autarquia que a aprovou por meio da Resolução nº 07, de 10/03/2015, a qual foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16/03/2015.

Síntese dos Resultados Obtidos

A Cesta de Indicadores aprovada, a qual servirá de instrumento para avaliação dos impactos e efeitos da Política de Desenvolvimento da Amazônia (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA e Incentivo Fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica/IFIRPJ)

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Início ao processo de implantação dos respectivos indicadores, que contempla a regulamentação da exigência de informações a serem prestadas pelas empresas beneficiárias e a atualização da Matriz Insumo Produto da região norte. A SUDAM para adotar de maneira efetiva os indicadores relativos ao FDA e ao IFIRPJ depende que as informações referentes à Demonstração do Valor Agregado (DVA) sejam disponibilizadas pelos projetos financiados/incentivados dentro do prazo fixado por esta Autarquia que foi 60 dias a contar do recebimento dos Ofícios, os quais foram enviados no dia 03/06/2015.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	091138

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	033.934/2011-8	3.564/2014-Plenário	9.4	DE	Ofício 0581/2014-TCU/SEMAG, de 29/12/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	091138

Descrição da Deliberação

Determinar ao Ministério da Integração Nacional, em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco do Brasil, que procedam a avaliações sistemáticas dos fundos constitucionais de financiamento sob sua administração, com fundamento nos arts. 71 e 74 da Constituição Federal, c/c os arts. 16 e 20 da Lei 7.827/1989 e o art. 7º do Decreto 6.047/2007, informando os planos de trabalho ao TCU no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contemplando: a geração de resultados em termos de produtos e efeitos socioeconômicos em suas regiões de atuação; a adequação dos resultados ao diagnóstico e às diretrizes da PND; o alcance das metas estipuladas para os fundos, em termos de produtos e resultados deles decorrentes, com vistas ao fortalecimento e à ampliação da atividade produtiva em suas regiões de atuação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas e Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos	091138

Síntese da Providência Adotada

A SUDAM em atendimento ao Acórdão supramencionado instituiu através da Portaria 036/2015 um Grupo de Trabalho para apresentar uma proposta de plano de trabalho. Por meio da Nota Técnica 001/2015-MI/SUDAM/GT/PORTARIA Nº 036, de 07.04.2015, apresentou a proposta de Plano de Trabalho para aplicação da metodologia indicada. Em 11/05/2015 esta Autarquia através do OFÍCIO/GAB/Nº 76 encaminhou à SEMAG/TCU a Nota Técnica e a proposta de Plano de Trabalho no sentido de realizar a avaliação em questão.

Síntese dos Resultados Obtidos

Proposta de Plano de Trabalho elaborada e encaminhada dentro do prazo regulamentar estabelecido por essa Egrégia Corte de Contas

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Esta Autarquia baseada na proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho, constituído por meio da Portaria nº 036/2015, considerou o alinhamento estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional e a apresentação de indicadores com metodologia construída pelo IPEA, e considerou, ainda, a cesta de indicadores construída no âmbito desta Superintendência e aprovada pela Diretoria Colegiada em atendimento ao Acórdão nº 1.005/2014/TCU/Plenário. Estes fatores contribuíram para a elaboração do Plano de Trabalho em cumprimento à determinação do TCU estabelecida no item 9.4 do Acórdão ora aqui tratado.

Fonte: Auditoria

12.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Seguem as recomendações da Controladoria-Geral da União oriundas dos Relatórios de Auditoria nº 201203507, 201305707 e 201406677, relativos à gestão da SUDAM dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, respectivamente, contendo as providências adotadas por esta Autarquia. Em relação ao subitem 11.2.2 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao final do exercício, não houve ocorrência.

12.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.12.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203507	4.2.1.1	Ofício nº 19.497/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 01/07/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Descrição da Recomendação			
01) Adequar o controle interno administrativo com objetivo de evitar ou corrigir possíveis erros de lançamentos SIASG; 02) Providenciar as correções dos valores lançados de maneira incorreta no SIASG dos seguintes contratos: 051/2006; 001/2007;005/2007;156/2009; 115/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças			091138
Síntese da Providência Adotada			
Após a capacitação os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão dos contratos tem contribuído para evitar a falha apontada pela CGU/PA			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGU verificou através dos trabalhos de auditoria anual de contas referentes ao exercício de 2012, a não reincidência da falha ora apontada, o que indica que as medidas adotadas por esta Autarquia surtiram efeito no fortalecimento dos controles internos sob este aspecto e será realizado um acompanhamento contínuo das futuras contratações por ocasião dos trabalhos de auditoria vindouros. Por essa razão aquele órgão de controle interno procedeu ao cancelamento da recomendação através da Nota Técnica CGU/PA nº 44.723/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A capacitação dos servidores foi de fundamental importância para a adoção das providências, mesmo com toda sua complexidade na operacionalização no Sistema. A dificuldade de compreensão na operacionalização do sistema no passo a passo para a realização da tarefa, além de manuais desatualizados disponibilizados no sistema dificultou a conclusão das atividades.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201406677	3.1.1.1	Ofício nº 27.515/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 16/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Descrição da Recomendação			
Proceder efetivo acompanhamento da execução pelos servidores responsáveis da rotina implantada, devendo serem observados os prazos estabelecidos, inclusive para cadastramento dos atos no Sistema do SISAC			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças e Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas			091138
Síntese da Providência Adotada			
Em 28.02.2014 por meio da Ordem de Serviços 10/2014 foram designados os responsáveis pela execução das rotinas operacionais do SISAC e o responsável pelo acompanhamento. A implementação da recomendação foi atendida e poderá ser comprovada por meio do cumprimento dos prazos dos registros dos atos referentes ao exercício de 2014, inclusive, os registros da admissão de 51 servidores, empossados nos dias 30 e 31/10/2014, nesta Instituição. Ademais, reforçamos a equipe incluindo mais um servidor para executar as atividades conforme Ordem de Serviços 37/2014, emitida pela Diretoria de Administração e a Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas-CGP estar estudando os procedimentos para propor ajustes nas rotinas anteriormente aprovadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Cumprimento dos prazos dos registros dos atos no Sistema SISAC no exercício de 2014			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Após o cadastramento de mais uma servidora no sistema SISAC, houve o levantamento e o conseqüente registro no referido sistema de todos os processos de aposentadoria que se encontravam pendentes, certamente que a segregação dessa atividade contribuirá para as boas práticas administrativas minimizando os riscos quanto ao cumprimento de prazos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201406677	6.2.1.1	Ofício nº 27.515/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 16/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Descrição da Recomendação			
01) Tendo em vista que a SUDAM realizou concurso público em 2013 para preenchimento de 71 vagas, cujo provimento dos cargos foi autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Portaria nº 327/2014, DOU de 15.09.2014, recomenda-se à SUDAM dotar a Auditoria-Geral do quantitativo de pessoal suficiente ao pleno exercício de suas atribuições regimentais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendente			091138
Síntese da Providência Adotada			
Por intermédio da Portaria nº 178, de 24.09.2014, publicada no DOU nº 191, Seção 2, fls. 56, em 03.10.2014, os candidatos habilitados no concurso público da SUDAM foram nomeados em caráter efetivo e tomaram posse no dia 30.10.2014. Em meados dos meses de novembro/2014 e fevereiro/2015 foram lotados 04 (quatro) servidores na Auditoria-Geral desta Autarquia, sendo 01 (um) Contador, 01 (um) Analista Técnico Administrativo, 01 (um) Economista e 01 (um) Engenheiro Civil e no dia 15.12.2014, foi lotada uma Contadora por meio da Portaria nº 248.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A lotação de 05 (cinco) servidores com formação multidisciplinar para compor o quadro técnico da Auditoria-Geral			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Apesar das providências desta Autarquia existe a necessidade de dar continuidade ao processo de estruturação da Auditoria-Geral para compor um quadro técnico multidisciplinar suficiente para o pleno exercício de suas atribuições regimentais			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201406677	6.2.1.1	Ofício nº 27.515/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 16/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia			091138
Descrição da Recomendação			
02) Tendo em vista que o Sistema Integrado de Gestão de Auditoria-SIGA, ainda não se encontra em operacionalização, implantar na Auditoria-Geral rotinas com procedimentos e práticas operacionais para execução das tarefas de controle e acompanhamento do atendimento das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria Colegiada e Auditoria-Geral	091138
Síntese da Providência Adotada	
A Diretoria Colegiada deliberou pela aprovação de um fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas dos órgãos de controle interno, externo e da Auditoria-Geral	
Síntese dos Resultados Obtidos	
No âmbito da SUDAM, foi instituído o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas dos órgãos de controle interno, externo e da Auditoria-Geral por meio da Portaria Normativa nº 01, de 06/04/2015	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O normativo aprovado estabelece as atividades, procedimentos e os responsáveis, com suas respectivas atribuições e responsabilidades, em atender as demandas provenientes dos órgãos de controle interno, externo e da Auditoria-Geral desta Autarquia	

Fonte: Auditoria

12.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

12.3.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.12.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Sudam, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	66	16	85
	Entregaram a DBR	66	16	85
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DA

12.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A unidade responsável pela recepção e gerenciamento das DRB é a Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas-CGP, e não dispõe de sistema informatizado para esse gerenciamento.

O procedimento utilizado no exercício de 2014, em relação ao ano calendário 2013, encontra-se abaixo descrito:

- esgotado o prazo para entrega da declaração de imposto de renda à Receita Federal, a CGP emite memorando circular solicitando aos servidores a entrega da Declaração de Bens e Valores ou autorização de acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, no prazo de até 15 dias após a data limite fixada na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06/09/2007;

- se o agente público optar em entregar a Declaração de Bens e Valores, deverá ser entregue em envelope lacrado identificado com seus dados pessoais, a qual é guardada em envelope juntamente com as demais em ordem alfabética para fins de auditoria;

- se o agente optar por entregar a autorização de acesso, será guardada em envelope juntamente com as demais em ordem alfabética para fins de auditoria;

Quanto à análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, informamos não ser realizada por esta Instituição.

12.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.12.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento o Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
7	3			2			7	7

Fonte: DA

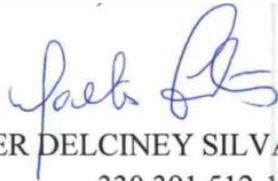
*Não enviadas > 180 dias do exercício instauração: 5 convênios da extinta SUDAM, cujas prestações de contas foram analisadas a partir de 2011, em razão da criação de força-tarefa em decorrência dos Relatórios 190211, 209848, 224576 e 243872, da Controladoria Geral da União-CGU que recomendou a conclusão das prestações de contas que se encontravam inscritas na conta contábil “A Aprovar”, no SIAFI, e 2 convênios da SUDAM, cujas prestações de contas não foram apresentadas, sendo que as medidas administrativas adotadas ultrapassaram os prazos para a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.5. Alimentação SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, WALTER DELCINEY SILVA DOS SANTOS, CPF nº 330.391.512-15, Coordenador exercido na Coordenação de Licitações e Contratos, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 24 de Junho de 2015.



WALTER DELCINEY SILVA DOS SANTOS
330.391.512-15
Coordenador de Licitações e Contratos/SUDAM

DECLARAÇÃO

Eu, ANDRÉ LUIZ LOPES DE SOUZA, CPF nº 081.540.582-00, Coordenador-Geral exercido na Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 24 de Junho de 2015.



ANDRÉ LUIZ LOPES DE SOUZA
081.540.582-00
Coordenador-Geral de Convênios e Monitoramento/SUDAM

13. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

13.1. Medidas Adotadas para Adoção dos Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Considerando o que dispõe a Portaria nº 148/08, a internacionalização das normas contábeis que levam os Países ao processo de Convergência e a criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil o CFC – Conselho Federal de Contabilidade resolve:

Art. 1º Aprovar a NBCT 16-9 Depreciação Amortização e Exaustão.

Desta forma, torna-se indispensável a depreciação e a reavaliação do Patrimônio Público de forma correta, proporcionando uma visão integrada da contabilidade pública e do imobilizado, através da apresentação, detalhamento e discussão das fases de aquisição de material permanente e a obrigatoriedade de sua depreciação.

A SUDAM está aplicando os dispositivos contidos nas Normas NBCT 16-9 e NBCT 16-10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação de Ativos e Passivos integrantes dos patrimônios de entidades do Setor Público. A mesma está utilizando as taxas de depreciação conforme legislação vigente.

Através de comissão – portaria nº de 22/09/11 a SUDAM realizou reavaliação/depreciação dos equipamentos de informação e veículos localizados na sede, ou seja, bens que entram em uso no ano de 2010 e bens que entraram em uso antes do exercício de 2010. A comissão seguiu a Orientação Contábil nº 50/2010 – MPU.

A SUDAM adotou a metodologia de redução ao valor recuperável de equipamentos de processamento de dados e veículos, ou seja, o ajuste de valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens dos ativos, quando esta for inferior ao valor líquido, tendo em vista a mudança no critério contábil e por esse procedimento nunca ter sido realizado.

Belém-PA, 24 de Abril de 2015.


MARIA JOSÉ BRABO ALVES COELHO
CRC/PA 6.905-PA

13.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Nada a informar com relação a sistemática de apuração dos custos e dos programas e das unidades administrativas. Neste caso no exercício de 2014, a SUDAM, ainda não implantou o referido sistema.

Belém-PA, 24 de Abril de 2015.


MARIA JOSÉ BRABO ALVES COELHO
CRC/PA 6.905-PA

13.3. Conformidade contábil

Durante o exercício de 2014, houve o registro da Conformidade Contábil da SUDAM dos atos e fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, que consiste na Certificação dos Demonstrativos Contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeiras do Governo Federal – SIAFI, com isso, a realização da Conformidade Contábeis da SUDAM, se dá na Unidade Gestora da SUDAM, onde são realizadas duas conformidades, a saber: a Conformidade Contábil da Unidade Gestora e a Conformidade do Órgão.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao Setor Público; a tabela de eventos, o plano de contas da União e a Conformidade dos Registros de Gestão. O registro da Conformidade Contábil com restrição não é um instrumento punitivo; é a demonstração que a informação Contábil apresentada não observa, na totalidade, a legislação vigente, com o objetivo de avaliar e desenvolver métodos preventivos e de correção da mesma.

Belém-PA, 24 de Abril de 2015.


MARIA JOSÉ BRABO ALVES COELHO
CRC/PA 6.905-PA

14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

14.1. Biblioteca

A Biblioteca da SUDAM tem por finalidade subsidiar as atividades desenvolvidas pelos técnicos da Instituição, na elaboração, análise e execução dos planos e programas considerados de interesse para o desenvolvimento regional.

É responsável pela coleta, seleção, processamento técnico, armazenamento e divulgação de todo o material bibliográfico e multimeios adquiridos por compra, doação e intercâmbio, com ênfase na Amazônia e em temas de interesse para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A Biblioteca reúne em seu Acervo Coleções, como: Acervo Geral, Coleção Amazônia, Literatura, Obras de Referência, Obras raras, Duplicatas, Multimeios, Publicação Institucional, Resoluções e Atas do Condell e Relatórios, disponíveis para consultas aos usuários internos e externos.

Participa ainda de Eventos com Stand em Feiras, Seminários, Workshop e outros, com objetivo de divulgar os serviços oferecidos pela Biblioteca e informações sobre a SUDAM através de material informativo que focalize sua atuação, missão, finalidade, instrumentos de ação e os programas e projetos desenvolvidos dentro de sua competência, promovendo intercâmbio de informações técnico-científicas com pessoas e Instituições presentes no Evento.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

COLETA E SELEÇÃO

- I) **Aquisição de material bibliográfico e multimeios, através de permuta/doação de interesse para o Acervo:** 837
- Doação: 530
 - Permuta: 307
 - Compra: -

DIVULGAÇÃO E INTERCÂMBIO

- I) **Cadastramento de Duplicatas**
- Títulos: 208
 - Exemplares: 245
- II) **Doação de publicações e Cd-rom (Instituições, Pessoa física e Eventos com Stand)**
- Publicações: 323
 - CD-ROM / DVD: 137
 - Outros materiais (folders): 120

III) **Elaboração do Boletim da Biblioteca:** 04

IV) **Publicações normalizadas :** 03

PROCESSAMENTO TÉCNICO

- I) **Tratamento técnico de livros, folhetos, periódicos (fonte/itens de informação):** 824

- Livros e folhetos (fontes e itens): 200
- Periódicos: 01
- Fascículos: 252

ATENDIMENTO AO CLIENTE (INTERNO E EXTERNO)

- I) **Atendimento ao cliente (empréstimo, devoluções, renovações, empréstimo entre bibliotecas, consultas na biblioteca e internet e e-mails recebidos e respondidos) : 415**
- Empréstimo: 57
 - Devoluções: 55
 - Renovações: 05
 - Empréstimo entre Bibliotecas: 01
 - Consultas na Biblioteca: 75
 - Consultas na Internet: 97
 - E-mails recebidos e respondidos: 125
- II) **Publicações emprestadas (empréstimo, devoluções, renovações, empréstimo entre bibliotecas, consultas na biblioteca) : 468**
- Empréstimos: 160
 - Devoluções: 149
 - Renovações: 06
 - Empréstimo entre Bibliotecas: 03
 - Consultas na biblioteca: 150

Quadro A.14.1 – Situação Atual do Acervo

Descrição	Títulos	Exemplares	Fascículos
Livros e Folhetos	15.008	18.187	
Periódicos	378		14.250
Literatura	646	714	
Obras Raras	22	22	
Cd-Rom/DVD	359	818	
Duplicatas	645	2.001	
Publicação Institucional	1.744	11.739	

Fonte: Biblioteca Sudam

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A SUDAM atuou no sentido de atingir a consecução dos seus objetivos estratégicos, visando a superação das desigualdades regionais e a erradicação da miséria, em alinhamento com os objetivos estratégicos do Ministério da Integração e do Governo Federal.

Para tanto, desenvolveu as ações pertinentes por meio das diversas Unidades Administrativas, no sentido de promover o atendimento às demandas referentes aos incentivos fiscais e fundos de desenvolvimento, elaboração de planos regionais, celebração de convênios.

Nesse sentido, destaca-se no exercício de 2014 a aprovação de 210 Laudos Constitutivos de Redução de 75% do IRPJ a 104 empresas, 3 projetos de Isenção de IRPJ, 14 projetos de Reinvestimento do IRPJ, 9 projetos de Isenção do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante, e 1 projeto de Depreciação Acelerada Incentivada, tendo realizado 119 vistorias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal

Soma-se ainda a intensificação das atividades de articulação junto aos parlamentares no sentido de incrementar o orçamento da SUDAM através de emenda, que resultou num acréscimo orçamentário de R\$60 milhões para desenvolvimento de ações em faixa de fronteira no exercício de 2015.

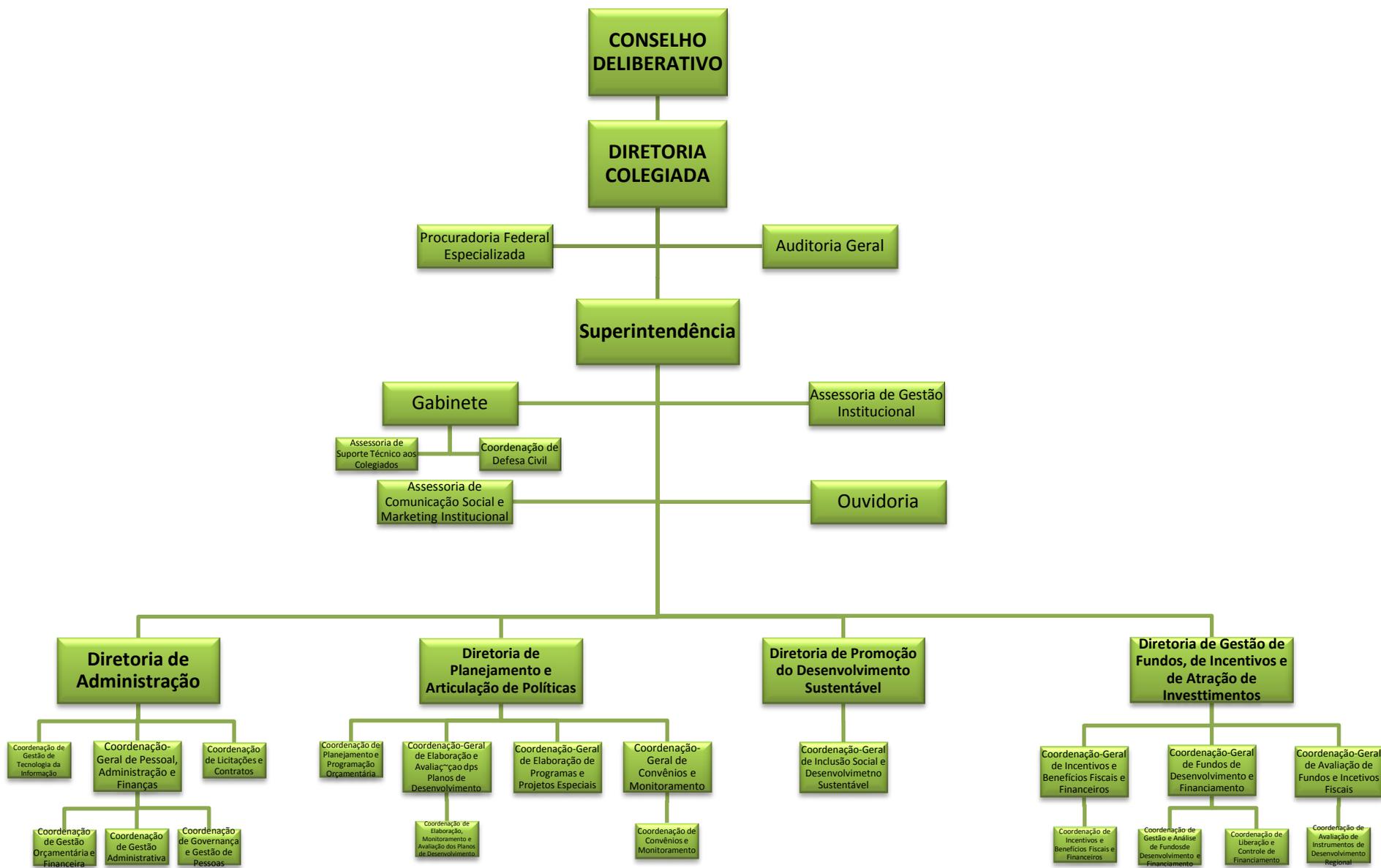
A Autarquia vem trabalhando também, no sentido de promover melhorias na gestão, através de adoção de ferramentas gerenciais adequadas que proporcionem a eficiência e eficácia dos processos internos.

Relativamente aos servidores, tem-se intensificado o processo de qualificação com a capacitação técnica e a transferência do capital intelectual entre os novos servidores, visando a continuidade do serviço.

A SUDAM tem logrado sucesso em sua atuação, mesmo considerando a anterior situação de carência de servidores no quadro funcional, quando mantém os mesmos níveis de atendimento aos usuários, contribuindo diretamente para a manutenção e/ou geração de empregos diretos e indiretos na Amazônia Legal e, conseqüentemente, com a redução das desigualdades intra e interregionais

ANEXOS

ANEXO I – ORGANOGRAMA



ANEXO II – PLANOS OPERATIVOS

AÇÃO ESTRATÉGICA	DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO POSIÇÃO: DEZ/2014
EIXO: SUPERAR A DESIGUALDADE REGIONAL E A POBREZA EXTREMA NA AMAZÔNIA		
Objetivo Estratégico 1: ELEVAR O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (PRDA) A CONDIÇÃO DE POLÍTICA DE ESTADO, DE FORMA COORDENADA E ARTICULADA COM A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL(PNDR) E A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS		
APROVAR E IMPLANTAR O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA(PRDA)	Providências no sentido de aprovação e implantação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)	O Ministério da Integração Nacional determinou à SUDAM que observe na Minuta de Projeto de Lei que será encaminhada ao Congresso Nacional, o Art. 13, & 1º, da Lei Complementar nº 124/2007, que criou esta Autarquia.
COORDENAR A EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	Providências no sentido de alinhar a ação pública dos diversos ministérios no âmbito do arquipélago.	Foi deliberado em reunião na Casa Civil com Ministérios Setoriais, as ações nas temáticas de energia, educação e direitos humanos, para serem implementadas no Arquipélago.
Objetivo Estratégico 2: ATRAIR INVESTIMENTOS E FORTALECER CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS(APL's)NA AMAZÔNIA COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA ARTICULANDO-OS A PROJETOS ESTRUTURADORES		
CAPACITAÇÃO DE MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL NOS PERFIS DE ENCANADOR HIDRÁULICO, AZULEJISTA E PINTOR DE OBRAS.	Apoiar a realização de 2 cursos para qualificar 200 pessoas, preferencialmente mulheres, nos perfis de encanador hidráulico, azulejista e pintor de obras.	Foi celebrado Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas, para qualificar 130 pessoas, encontrando-se em andamento.
IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURADORES FINANCIADOS-FDA	Trata-se dos projetos financiados no âmbito do FDA.	Foram aplicados, em 2014, R\$ 130,5 milhões, correspondente a liberação de 03(três) projetos, dos 13(treze), em carteira.
EIXO: PROMOVER A INTEGRAÇÃO E A EXPANSÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA		
Objetivo Estratégico: PROMOVER A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTRA E INTER-REGIONAL DA AMAZÔNIA		
IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTRARREGIONAL DA AMAZÔNIA	Contratação de empresa especializada, para desenvolver e implantar o portal de integração econômica intrarregional da Amazônia. O portal visa apresentar as potencialidades econômicas da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Ser um moderno e	O Sistema encontra-se implantado, em fase de ajustes e alimentação.

	atualizado banco de dados empresariais da Amazônia (utilizando o sistema de redes sociais). Fomentar negócios e oportunidades na Amazônia. Ser uma vitrine de negócios e informações na Amazônia Legal.	
ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DE MICRO EIXOS DE TRANSPORTES DE CARGAS EM ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL	Aprofundar os estudos dos macroeixos realizados pelo Projeto Norte Competitivo, promovendo estudos dos microeixos para atender aos interesses regionais, quanto a otimização do transporte de cargas e passageiros .	Concluído e em fase de divulgação dos estudos realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá.
EIXO: PROMOVER A INTEGRAÇÃO E A EXPANSÃO ECONÔMICA NA AMAZÔNIA		
OBJETIVO: PROMOVER A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA, URBANA E SOCIAL DA AMAZÔNIA.		
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (PDIAL)	Defender o Mercado Interno da Amazônia através de um conjunto de medidas para dar mais condições de competitividade à industrial regional.	Em fase de negociação com a Casa Civil e Congresso Nacional.
EIXO: ASSEGURAR A PROTEÇÃO CIVIL NA AMAZÔNIA		
OBJETIVO: REDUZIR A VULNERABILIDADE A DESASTRES NA AMAZÔNIA POR MEIO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO		
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO PREVISÃO E ALERTA PARA A GESTÃO DE RISCOS A DESASTRES NA AMAZÔNIA	Integração do sistema de monitoramento, previsão e alerta temporário de riscos e desastres naturais nos estados da Amazônia Legal, abrangendo na 1ª etapa: Amapá, Acre, Pará, Amazonas, e na 2ª etapa: Roraima, Rondônia e Tocantins. Tem por objetivo a redução da vulnerabilidade a riscos e desastres naturais, por meio da implementação de ações de prevenção e preparação e o fortalecimento da capacidade de resposta dos estados e municípios a desastres na Amazônia.	Em andamento com 50% executado.
EIXO: ASSEGURAR A PROTEÇÃO CIVIL NA AMAZÔNIA		
OBJETIVO 01: PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES		
OBJETIVO 2: ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E MELHORIA CONTÍNUA DOS MEIOS E PROCESSOS DE GESTÃO.		
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO-SFD PARA A SUDAM E SUDENE	Contratação de empresa especializada, para desenvolver e implantar sistema de gestão do fundo de desenvolvimento (SFD), para uso da SUDAM (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA) e da SUDENE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE).	O Módulo Consulta-Prévia do Sistema já foi implantado na SUDENE, encontrando-se na fase de ajuste para, posteriormente, ser implantado na SUDAM.

ANEXO III – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES (QUADRO A.7.4.1)

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exerc.	Início	Fim	
1	720053/2009	00.394.577/0001-25	145.986,00	45.986,00	0,00	100.000,00	20/1/2010	10/5/2014	1
3	TC 02/2011	UFPA	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	30/12/2011	15/2/2014	4
1	761756/2011	07.821.703/0001-20	623.000,00	63.000,00	0,00	560.000,00	5/3/2012	6/7/2015	1
1	761957/2011	05.616.088/0001-94	2.500.000,00	500.000,00	0,00	2.000.000,00	1/1/2012	16/11/2014	1
1	763105/2011	05.853.163/0001-30	1.125.228,62	125.228,62	0,00	500.000,00	20/1/2012	3/4/2015	1
1	763490/2011	63.606.479/0001-24	751.485,88	191.485,88	0,00	560.000,00	2/1/2012	12/11/2015	1
1	764481/2011	05.662.046/0001-90	350.000,00	35.000,00	0,00	315.000,00	1/1/2012	6/8/2014	1
3	TC 02/2012	05.200.001/0001-01	1.497.532,00	0,00	0,00	1.497.532,00	31/12/2012	31/7/2014	1
3	TC 03/2012	UFPA	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	31/12/2012	31/12/2015	1
3	TC 04/2012	10.792.928/0001-00	384.700,00	0,00	0,00	384.700,00	18/12/2012	30/6/2014	1
1	776718/2012	04.685.236/0001-60	135.705,20	6.785,26	0,00	128.919,94	20/12/2013	26/8/2014	1
1	777862/2012	15.023.930/0001-38	2.106.852,45	106.852,45	0,00	856.023,32	3/1/2013	3/1/2014	1
1	778079/2012	05.629.304/0001-36	362.352,63	18.117,63	0,00	344.235,00	20/12/2012	13/2/2014	1
1	779335/2012	05.016.202/0001-45	137.316,00	17.316,00	0,00	120.000,00	30/12/2012	2/8/2014	1
3	TC 003/2013	05.200.001/0001-01	1.449.348,28	0,00	0,00	1.449.348,28	31/10/2013	31/10/2015	1
3	TC 001/2013	05.149.726/0001-04	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00	26/12/2013	26/12/2014	1
3	TC 004/2013	01.263.896/0015-60	1.384.157,00	0,00	0,00	1.384.157,00	15/12/2013	31/10/2014	1
3	TC 002/2013	05.200.001/0001-01	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	792450/2013	00.394.577/0001-25	290.866,66	30.400,00	260.466,66	260.466,66	31/12/2013	31/12/2014	1
1	792466/2013	05.629.304/0001-36	421.375,50	21.375,50	400.000,00	400.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	783734/2013	00.299.198/0001-56	1.200.000,80	200.000,80	500.000,00	500.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	791171/2013	05.943.030/0001-55	688.500,00	38.500	0,00	0,00	31/12/2013	30/12/2014	6
1	798221/2013	04.873.600/0001-15	522.444,65	22444,65	500.000,00	500.000,00	6/1/2014	6/1/2015	1
1	783426/2013	15.023.906/0001-07	1.891.997,10	40.000,00	925.998,00	925.998,00	14/11/2013	8/12/2014	1
1	783427/2013	03.788.239/0001-66	1.018.740,30	41.667,00	977.073,30	977.073,30	20/12/2013	19/12/2014	1
1	785095/2013	03.347.101/0001-21	1.042.492,11	42.492,11	1.000.000,00	1.000.000,00	30/12/2013	30/12/2014	1
1	785097/2013	03.347.101/0001-21	634.331,71	34.331,71	600.000,00	600.000,00	30/12/2013	30/12/2014	1
1	785099/2013	37.465.598/0001-02	315.121,12	15.121,12	300.000,00	300.000,00	16/12/2013	16/6/2014	1
1	785104/2013	15.023.930/0001-38	300.000,00	6.200,00	293.800,00	293.800,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	785983/2013	01.614.538/0001-59	163.267,00	3.267,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	2/1/2015	1

1	785984/2013	03.507.522/0001-72	168.000,00	8.000,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	787506/2013	03.239.019/0001-83	309.000,00	9.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	785985/2013	04.204.945/0001-86	163.266,00	3.266,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	785986/2013	01.617.905/0001-78	180.000,00	20.000,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	785988/2013	03.238.987/0001-75	172.000,00	12.000,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	785990/2013	37.465.176/0001-29	166.400,00	6.400,00	160.000,00	160.000,00	6/12/2013	6/12/2014	1
1	785989/2013	03.507.514/0001-26	168.000,00	8.000,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/6/2014	1
1	785991/2013	03.788.239/0001-66	270.840,00	10.840,00	260.000,00	260.000,00	6/12/2013	6/12/2014	1
1	787517/2013	03.239.043/0001-12	163.500,00	3.500,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	2/1/2015	1
1	787533/2013	03.648.532/0001-28	306.123,00	6.123,00	300.000,00	300.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	787522/2013	15.359.201/0001-57	184.000,00	24.000,00	160.000,00	160.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	787527/2013	37.465.309/0001-67	163.267,00	3.267,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	2/1/2015	1
1	785992/2013	03.214.160/0001-21	163.270,00	3.270,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	2/1/2015	1
1	785993/2013	24.772.154/0001-60	313.480,09	13.480,09	300.000,00	300.000,00	23/12/2013	30/9/2014	1
1	785994/2013	01.614.517/0001-33	180.000,00	20.000,00	160.000,00	160.000,00	7/12/2013	7/12/2014	1
1	793719/2013	01.367.788/0001-31	180.000,00	35.583,00	160.000,00	160.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	793720/2013	01.614.519/0001-22	146.333,32	6.333,32	140.000,00	140.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	798347/2013	24.772.188/0001-54	163.900,00	3.900,00	160.000,00	160.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	798354/2013	04.204.945/0001-86	163.266,00	3.266,00	160.000,00	160.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	798357/2013	15.023.914/0001-45	150.000,00	4.500,00	145.500,00	145.500,00	24/1/2014	20/11/2015	1
1	802499/2014	00.237.206/0001-30	808.000,00	8.000,00	0,00	0,00	13/1/2015	13/1/2016	1
1	813805/2014	03.648.532/0001-28	510.205,00	136.205,00	0,00	0,00	14/1/2016	14/3/2016	1
1	807131/2014	15.359.201/0001-57	545.000,00	105.089,00	0,00	0,00	26/12/2014	1/8/2015	1
1	813790/2014	23.066.632/0001-53	260.000,00	10.000,00	0,00	0,00	1/1/2015	1/1/2016	1
1	802515/2014	02.306.900/0001-97	710.780,94	10.780,94	0,00	0,00	23/1/2015	3/9/2015	1
1	804397/2014	84.012.012/0001-26	740.004,40	90.004,40	0,00	0,00	13/1/2015	13/1/2016	1
1	802514/2014	01.618.402/0001-17	305.000,00	5.000,00	0,00	0,00	8/7/2014	29/4/2015	1
1	802498/2014	23.066.905/0001-60	817.000,00	17.000,00	0,00	0,00	2/2/2015	2/2/2016	1
1	813939/2014	24.851.503/0001-39	202.000,00	2.000,00	0,00	0,00	21/1/2015	21/1/2016	1
1	804398/2014	84.012.012/0001-26	112.000,00	12.000,00	0,00	0,00	26/12/2014	26/12/2015	1
1	802497/2014	23.066.640/0001-08	1.826.963,68	76.963,68	0,00	0,00	6/2/2015	6/2/2016	1
3	001/2014	10.792.928/0001-00	474.955,00	0,00	474.955,00	474.955,00	5/5/2014	31/1/2015	1
3	679678/2014	05.200.001/0001-01	2.740.952,50	0,00	1.799.977,50	1.799.977,50	15/9/2014	15/3/2016	1
3	681542/2014	05.200.001/0001-01	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	15/9/2014	30/9/2015	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: CGCOM

ANEXO IV – CUSTOS DO PESSOAL (QUADRO A.8.1.3)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	15.323.172,79	0,00	1.437.954,03	506.444,91	688.865,58	716.464,65	110.744,35	404.466,94	7.819,92	19.195.933,17
	2013	12.748.740,02	0,00	1.270.898,89	488.101,09	675.929,12	600.195,36	143.819,84	12.391,25	7.238,42	15.947.313,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	217.105,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.105,26
	2013	0,00	170.041,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.041,05
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	1.744.815,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.744.815,99
	2013	0,00	1.759.066,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.066,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	72.626,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.626,13
	2013	68.832,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.832,02
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE

ANEXO V – Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas – BANCO DA AMAZÔNIA.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO AGENTE OPERADOR DO FDA

E

DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE PROJETOS

BANCO DA AMAZONIA S/A

2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DO AGENTE OPERADOR DO FDA

SUMÁRIO

1. Identificação.....	03
2. Responsabilidades institucionais.....	03
2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	03
2.2 Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	05
2.3 Papel da unidade na operação do FDA (Art. 10).....	06
3. Desempenho operacional.....	08
3.1 Demonstrações financeiras.....	10
3.1.1 Demonstração dos Direitos e Obrigações do Fundo existentes no Banco Operador	10
3.1.2 Demonstração do resultado.....	11
3.1.3 Demonstração da evolução dos títulos e valores mobiliários.....	13
3.1.4 Demonstração da evolução da disponibilidade.....	13
3.1.5 Movimentação dos recursos disponíveis.....	14
3.2 Outras informações.....	15
3.2.1 Posição das carteiras de Ações.....	15
3.2.2 Provisão da carteira de ações.....	15
3.2.3 Controle dos valores das prestações inadimplentes.....	15
3.2.4 Projetos do sistema FDA.....	15
3.2.5 Créditos executados com origem no inadimplemento.....	24
3.2.6 Atestados de regularidade emitidos.....	24
3.2.7 Certificados de conclusão emitidos.....	24
3.3 Indicadores relevantes.....	24
4. Conteúdos específicos.....	24

1. Identificação

Dados identificadores do agente operador

Nome completo do agente operador	Banco da Amazônia S.A.	
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação ministerial	Ministério da Fazenda	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 5.122 de 28/09/1966 publicado no D.O.U. de 29/09/1966. As competências e atribuições definidas na referida lei art. 1º e 2º. O Banco da Amazônia S.A. será administrado por uma Diretoria constituída por seis membros, todos brasileiros e residentes no País, sendo um Presidente e cinco Diretores, dois dos quais, pelo menos, profissionais da atividade bancária.	
CNPJ	04.902.979/0001-44	
Endereço completo da sede	Av. Presidente Vargas, 800, Centro CEP 66.017-901- Belém –Pará	
Endereço da página institucional na internet	www.bancoamazonia.com.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Financeira	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
Não se aplica		

2. Responsabilidades institucionais

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Banco da Amazônia é a principal instituição financeira federal de fomento, com a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo da Região. Com sua atuação, o Banco se articula com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e Municipal, através de parcerias com diversas entidades, universidades, Sebrae, organizações não-governamentais ligadas ao fomento sustentável e aquelas representativas dos diversos segmentos do empresariado e dos pequenos produtores rurais. O Banco da Amazônia possui pontos de atendimento que cobrem toda a Amazônia Legal, cerca de 59% do território nacional, e nas cidades de São Paulo e Brasília.

O Banco da Amazônia privilegia o financiamento a atividades sustentáveis, que promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a conservação das áreas florestais e o crescimento da Região, especialmente projetos que ofereçam oportunidades de expansão a pequenos e médios produtores e empreendedores locais, contribuindo, assim, para estabelecer um novo padrão produtivo – o empreendedorismo consciente - impulsionando a mudança da economia regional para um modelo de desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia.

Além disso, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em políticas e programas específicos voltados à sustentabilidade em seus múltiplos aspectos, tais como o Plano Brasil sem Miséria; a Operação Cidadania Xingu, realizada nos municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; a Operação Arco Verde, realizada nos municípios da Amazônia Legal com os maiores índices de desmatamento; e o Programa Crescer, de microcrédito produtivo orientado. Assim, ao mesmo tempo em que fomenta o

desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia também evolui enquanto instituição de crédito, contribuindo, por exemplo, para a transformação de matérias-primas da Região em produtos de alta tecnologia, potenciais turísticos em produtos turísticos, vocações culturais regionais em negócios internacionais, resultando na geração de emprego e renda na Amazônia e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e ainda atende com outras fontes como: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo da Marinha Mercante, Orçamento Geral da União e recursos próprios.

Seus colaboradores também trabalham pautados com a consciência de que são agentes de desenvolvimento sustentável, respeitando princípios como: a ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, confiança, rentabilidade e respeito ao ser humano.

Acreditamos que desenvolvimento econômico e lucro não são incompatíveis com altos padrões de responsabilidade política, social cultural e ambiental. O fortalecimento do Banco, sua rentabilização, a criação de valor para o cliente, acionistas e sociedade são contribuições essenciais na busca da indução desse novo padrão de desenvolvimento. Dessa forma, o Banco da Amazônia busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de novos produtos e serviços, mas alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras.

2.2 Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas

O Banco da Amazônia procura consolidar um amplo e sólido sistema de alianças com os atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada visando a construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias que possibilitem a superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia e, dessa forma, transformar as suas imensas potencialidades e oportunidades em negócios sustentáveis.

Entre as ações voltadas para o fortalecimento das parcerias institucionais destaca-se o planejamento participativo adotado pelo Banco da Amazônia referente à aplicação dos recursos financeiros sob sua gestão, entre eles o FNO. Anualmente, o Banco da Amazônia realiza, em todos os estados da Amazônia, encontros com seus parceiros institucionais com a finalidade de discutir o planejamento da aplicação dos recursos financeiros para os exercícios subsequentes visando à eficiência alocativa do crédito.

No processo de construção da chamada economia verde, o papel do crédito bancário, especialmente dos bancos oficiais, tem sido fundamental na priorização de financiamentos de negócios sustentáveis, bem como na pactuação de instrumentos formais, a exemplo do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, como estratégia para influir positivamente na sustentabilidade do país.

Como um dos signatários do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, o Banco vem aperfeiçoando seus produtos e serviços bancários, revestindo-os de elementos que fomentam a sustentabilidade, além de realizar outras ações que, embora não relacionadas ao negócio bancário, contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, como o apoio à ciência e tecnologia e o patrocínio de projetos culturais, esportivos, sociais, entre outros.

Os critérios de categorização dos clientes seguem os conceitos orientadores da Política Socioambiental da Instituição baseados na indução, salvaguarda e exclusão. Esse modelo de financiamento adotado pelo Banco da Amazônia tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário

estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A indução norteia a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestimule práticas produtivas obsoletas e predatórias.

Os empreendimentos categorizados sob essa ótica recebem tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrador de incentivador para outros projetos.

As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

Mediante a exclusão na concessão de financiamentos, o Banco não apóia atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

2.3 Papel da unidade na operação do FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA foi instituído com o propósito de assegurar recursos para a realização de investimentos privados na Amazônia Legal, impulsionando o desenvolvimento dessa Região. Estes recursos são destinados a implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional.

Originalmente o FDA foi criado pela Medida Provisória n. 2.157-5, de 24/08/2001 e regulamentado pelo Decreto n.º 4.254, de 31/05/2002. Em 09/11/2012, através do Decreto 7.839 nova regulamentação foi aprovada pelo Governo.

Basicamente, nesta nova regulamentação, os projetos interessados em financiar através do FDA, cuja internalização deu-se a partir de 03/04/2012, beneficiar-se-ão pelos trâmites de processos mais enxutos e mais ágeis, tanto na aprovação, quanto na contratação do crédito.

Vale lembrar que as operações que foram aprovadas antes desta data serão regidas pelo Decreto anterior.

Como agente operador, o Banco fiscalizará e atestará a regularidade física, financeira, econômica e contábil das empresas e dos projetos, durante a implantação e execução destes, pautando sempre na regularidade do projeto nas questões ambientais, financeiras e de conformidade dos projetos financiados. As fiscalizações são realizadas tempestivamente, de modo a não prejudicar as liberações previstas no cronograma físico-financeiro dos projetos em implantação.

De acordo com o Decreto n.º 7.839 o papel do Banco da Amazônia S.A. como agente operador no âmbito do FDA é assegurar que os projetos aprovados estejam de acordo com o disposto no Art.10 do referido Decreto, quais sejam:

“Art. 10. O FDA terá como agentes operadores o Banco da Amazônia S.A. e outras instituições financeiras oficiais federais, a quem compete:

I - fiscalizar e atestar as informações apresentadas pelo proponente e, mediante proposta da SUDAM, aquelas constantes do parecer de análise do projeto;

II - decidir se há interesse em atuar como agente operador e assumir o risco de crédito em cada operação;

III - fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil das empresas e dos projetos durante sua implementação e execução; e

IV - solicitar a liberação de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDA, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos nos projetos aprovados, desde que estejam em situação de regularidade e haja solicitação do interessado.”

A regularidade do empreendimento é decisiva no papel do agente operador do FDA, pois assegura o correto desenvolvimento das ações no acompanhamento e fiscalização do crédito concedido. A situação de regularidade consiste em atestar que a aplicação dos recursos se encontra vinculada aos objetivos do projeto e em conformidade com as cláusulas condicionantes da sua aprovação, estipuladas pela SUDAM e pelo Banco, sob os aspectos físicos, financeiro, econômico e contábil.

Para atestar a conclusão do empreendimento, deverá ser procedida fiscalização específica para esse fim, objetivando a emissão do Certificado de Conclusão do Empreendimento - CCE. Referida conclusão será constatada, caso tenha alcançado as seguintes metas, cumulativamente:

- a) 100% dos investimentos totais previstos; e,
- b) estágio de produção ou operação que demonstre sua viabilidade econômico-financeira.

Através dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, o Banco da Amazônia estimula o incremento de empreendimentos de infraestrutura e dos setores de Energia, inclusive aquelas de fontes renováveis, subestações, Abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As diretrizes prioritárias são:

- a) concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR: mesorregiões diferenciadas da PNDR; faixa de fronteira; microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, dinâmicas ou estagnadas;
- b) promoção do desenvolvimento em bases mais sustentáveis;
- c) inclusão social, com geração de emprego e incremento de renda;
- d) ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;
- e) expansão, modernização e diversificação da base econômica da Amazônia;
- f) aumento e fortalecimento das vantagens competitivas da Amazônia;
- g) integração econômica inter ou intrarregional;
- h) apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;
- i) inserção da economia da Amazônia em mercados externos em bases competitivas;
- j) indução e apoio à inovação tecnológica;
- k) conservação e preservação do meio ambiente;
- l) atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;
- m) valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

n) indução e apoio às melhores práticas produtivas.

3. Desempenho operacional

Não ocorreu contratação de operações com recursos do FDA em 2014. Até o presente exercício, possuímos 16 (dezesseis) projetos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Destes, 13 (treze) projetos contemplam setores estratégicos da economia, incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já foram comprovadas a implantação de 13 (Treze) do total de projetos financiados tendo: 3 (três) recebido o Certificado de Conclusão de Empreendimento – CCE; 02 (dois) o Banco solicitou análise da documentação pertinente conforme Regulamento do FDA para embasar a solicitar do CCE; 06 (seis) estão pendentes de comprovação final para realização de estudo para emissão do CCE; e 02 (dois) ainda não atingiu os patamares de capacidade financeira projetados para a emissão do documento.

Dos projetos que se encontram em andamento no total de 03 (três), 1 (um) está em fase intermediária de implantação, 01 (um) teve a totalidade dos recursos liberados estando em implantação e 1 (um) encontra-se suspenso, face questões ambientais que ainda não tem previsão para serem sanadas.

QUADRO RESUMO DAS OPERAÇÕES FISCALIZADAS EM 2014		
Empresa	Fiscalizações efetuadas	Resultados Gerais
CIA ENERGETICA MANAUARA	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
FRIGORÍFICO MINERVA IND E COM DE ALIMENTOS S.A.	01	Projeto concluído, aguardando emissão do CCE pela SUDAM..
ALUBAR METAIS S.A.	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
SANTO ANTONIO ENERGIA	01	Projeto em andamento.
ETE - ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
M T E - MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
GERANORTE - GERADORA DE ENERGIA DO NORTE S/A	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
MORRO DA MESA S/A	01	Projeto em andamento em fase de comprovação de recursos
GERA – GERADORA DE ENERGIA DO AMAZONAS S/A	01	Projeto concluído, empresa já recebeu o CCE.

GERAOESTE- USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S/A	01	Projeto concluído, empresa já recebeu o CCE.
ELETROGÓES S/A	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
BRAZSERVICE WET LEATHER S/A	01	Projeto concluído, pendente de acompanhamento com a finalidade de emissão CCE.
USINA ELÉTRICA DO NHANDU S/A	01	Projeto paralisado, em virtude de embargo e não renovação de licença ambiental.
PORTO FRANCO ENERGÉTICA S/A	01	Projeto concluído, empresa já recebeu o CCE.

Em 2014, foram liberados cerca de R\$ 38,76 milhões para os empreendimentos financiados.

3.1 Demonstrações financeiras

3.1.1 Demonstração dos Direitos e Obrigações do Fundo existentes - Posição 31.12.2014

ATIVO		<i>Valores em R\$</i>
Ativo Circulante		328.686.102,45
Disponibilidades		328.686.102,45
Títulos de Renda Fixa – Debêntures		
(-) Provisão Títulos de Renda Fixa - Debêntures		
Títulos de Renda Variável - Ações		
(-) Provisão Títulos de Renda Variável - Ações		
Outros créditos		
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.046.771.791,19
Títulos de Renda Fixa – Debêntures		4.046.771.791,19
(-) Provisão Títulos de Renda Fixa - Debêntures		
Títulos de Renda Variável - Ações		
(-) Provisão Títulos de Renda Variável - Ações		
Outros Créditos		
TOTAL		4.375.457.893,64
PASSIVO		
Passivo Circulante		
Outras obrigações		
Passivo Exigível a Longo Prazo		5.785.625,55
Outras obrigações (Art. 3, Alínea II, Dec.4254/02, alterado pelo Dec.5593/05)		5.785.625,55
Patrimônio Líquido		4.369.672.268,09
TOTAL		4.375.457.893,64

Notas:

1. Disponibilidades: Este item é composto pela soma dos saldos das disponibilidades em 12/2013, mais o total das amortizações em cada mês de 2014, mais o total da remuneração das disponibilidades em cada mês de 2014, menos o total do valor amortizado em cada

mês de 2014;

2. Títulos de Renda Fixa - Debêntures (Ativo Realizável a Longo Prazo): Este item é composto pela soma do saldo em 12/2013, mais o valor total liberado em cada mês de 2014, menos o valor total amortizado em cada mês de 2014, mais a soma do valor total de correção e juros e cada mês de 2014;

3. Outras obrigações (Art. 3, Alínea II, Dec. 4.254/02, alterado pelo De. 5.593/05): Este item é composto pela soma dos valores auferidos como remuneração especial do Banco Operador, devido a celebração de contratos FDA com valores inferiores a 50 milhões de reais, estando os valores acumulados desde 01/2008. As empresas Brazservice Wet Leather S/A, Alubar Metais S/A e Eletrogóes S/A (Contrato 10/0081-1) estão enquadradas neste item, acumulado mensalmente;

4. Patrimônio Líquido: Este item é composto pelo resultado da diferença entre o valor total do ativo menos o valor do passivo (Circulante e Exigível a Longo Prazo).

3.1.2 Demonstração do resultado – Posição 31.12.2014

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$
Receitas Operacionais	207.514.630,22
Remuneração sobre Disponibilidades	256.127,78
Rendas de Títulos de Renda Fixa	207.258.502,44
Custos básicos (TJLP)	171.013.605,03
Juros	36.244.897,41
Reversão de provisões títulos de renda fixa	
Outros	
Rendas de Títulos de Renda Variável	
Ágio na venda	
Dividendos/juros sobre capital próprio	
Valorização da carteira de ações	
Reversão de provisões títulos de renda variável	
Outras receitas	
Despesas Operacionais	10.388.173,77
Remuneração da Superintendência	8.968.322,55
Remuneração do Agente Operador	1.393.450,11
Remuneração obtida no ato	43.052,14
Remuneração adicional para os projetos inferiores a 50 milhões	1.350.397,97
Custeio para pesquisa, desenvolvimento e tecnologia	26.401,11
Despesa com alienação de títulos	
Despesas de provisão	
Títulos de renda fixa	
Títulos de renda variável	
Despesas de Títulos de Renda Variável	-
Desvalorização da carteira de ações	
Outras Despesas	
RESULTADO DO PERÍODO	197.126.456,46

Notas:

1. Remuneração sobre Disponibilidades: Este item é composto pela soma das atualizações monetárias das amortizações internalizadas no Banco. No caso de saldo zerado, significa que não houveram atualizações monetárias, uma vez que as amortizações realizadas no período foram integralmente repassadas para o Tesouro Nacional dentro do prazo exigido pelo Dec. 4.254/02;

2. Custos Básicos (TJLP): Este item é composto pela soma do valor mensal auferido, correspondente à variação acumulada da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sobre o saldo devedor de cada contrato conforme a cláusula REMUNERAÇÃO incluída na Escritura Pública de Emissão de Debêntures, acumulado mensalmente;

3. Juros: Este item é composto pela soma do valor mensal auferido, correspondente à capitalização mensal dos juros incidentes sobre os saldos dos valores nominais das debêntures acrescidos do custo básico, de cada contrato conforme a cláusula incluída na Escritura Pública de Emissão de Debêntures, acumulados mensalmente;

4. Remuneração da superintendência: Este item corresponde a soma dos valores a partir do cálculo de 2% sobre cada liberação realizada, a título de Taxa de Administração do órgão Gestor do Fundo, acumulados mensalmente;

5. Remuneração obtida no ato: Este item corresponde a soma dos valores obtidos, a partir do cálculo de 2% sobre cada liberação realizada, a título de Taxa de Administração do Banco Operador do Fundo, acumulados mensalmente;

6. Remuneração adicional para os projetos inferiores a 50 milhões: Este item é composto pela soma dos valores auferidos como remuneração especial do Banco Operador, devido a celebração de contratos FDA com valores inferiores a 50 milhões de reais, estando os valores acumulados desde 01/2008. As empresas Brazservice Wet Leather S/A, Alubar Metais S/A e Eletrogóes S/A (Contrato 10/0081-1) estão enquadradas neste item, acumulado mensalmente;

7. Custeio para Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia: Este item corresponde a soma dos valores obtidos, a partir do cálculo de 1,5% sobre cada liberação realizada, a título de financiamento de ciência e tecnologia do órgão Gestor do Fundo, acumulados mensalmente.

3.1.3 Demonstração da evolução dos títulos e valores mobiliários

Demonstração da Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários - 2014

EXERCÍCIO 2014		
Discriminação	Quantidade	Valor
SALDO ANTERIOR	3.056.582.917	2.072.373.697,14
DEBÊNTURES		
(+) Subscrição/Integralização	38.767.369	38.767.369,38
(+) Custos básicos/encargos financeiros		207.258.502,44
(-) Conversão de debêntures em ações		
(-) Recebimento de encargos financeiros		(36.290.884,45)
(-) Amortização de debêntures		80.281.683,53
(-) Venda de debêntures		
SALDO ATUAL	3.095.350.286	2.362.390.368,04
(-) PROVISIONAMENTO		
VALOR APÓS PROVISÃO	3.095.350.286	2.362.390.368,04
<hr/>		
SALDO ANTERIOR		
AÇÕES		
(+) Conversão de debêntures		
(+) Valorização da carteira de ações		
(-) Desvalorização da carteira de ações		
(-) Venda de ações		
SALDO ATUAL		
(-) PROVISIONAMENTO		
VALOR APÓS PROVISÃO		

3.1.4 Demonstração da evolução da disponibilidade

Demonstração da Evolução da Disponibilidade - 2014

EXERCÍCIO 2014	
SALDO DISPONIBILIDADE EM 31/12/2013	0,00
ENTRADAS NO PERÍODO (A)	192.507.578,83
Desembolsos da SUDAM	38.879.874,76
Reembolsos de clientes	153.126.964,46
Produtos da alienação	-
Remuneração de recursos	500.739,61
Outros	-
SAÍDAS NO PERÍODO (B)	184.523.955,45
Liberação para os projetos	38.767.369,38
Pagamento aos agentes	86.104,27
Transferências para a conta única do Tesouro	145.644.080,69
Outros (Taxa Fundo de Pesquisa)	26.401,11
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	7.983.623,38
SALDO DISPONIBILIDADE EM 31/12/2014	7.983.623,38

3.1.5 Movimentação dos recursos disponíveis

Saldo dia 31/12/2013		0,00
Data	Histórico	Valor
23/1/2014	Amortização da Cia. Energética Manauara S/A	4.256.066,15
27/1/2014	Atualização Monetária Cia. Energética Manauara S/A	3.341,78
27/1/2014	Repasse Tesouro Cia. Energética Manauara S/A	(4.259.407,93)
17/2/2014	Amortização Eletrogóes S/A - Projeto 1	461.568,90
26/2/2014	Repasse Tesouro Eletrogóes S/A - Projeto 1	(461.568,90)
18/2/2014	Amortização Eletrogóes S/A - Projeto 2	48.617,27
26/2/2015	Atualização Monetária Eletrogóes S/A - Projeto 2	21,69
26/2/2015	Repasse Tesouro Eletrogóes S/A - Projeto 2	(48.638,96)
24/2/2014	Amortização Minerva Ind. Com. de Alimentos S/A	3.783.302,42
24/2/2014	Repasse Tesouro Minerva Ind. Com. de Alimentos S/A	(3.783.302,42)
15/3/2014	Amortização Geraoeste Usinas do Oeste S/A	3.883.311,63
21/3/2014	Repasse Tesouro Geraoeste Usinas do Oeste S/A	(3.883.311,63)
15/3/2014	Amortização Porto Franco Energética S/A	3.882.924,97
21/3/2014	Repasse Tesouro Porto Franco Energética S/A	(3.882.924,97)
15/4/2014	Amortização Estação Transmissora de Energia S/A	8.640.139,83
5/5/2014	Repasse Tesouro Estação Transmissora de Energia S/A	(8.640.139,83)
16/6/2014	Amortização Gera Geradora de Energia do Amazonas S/A	5.647.240,06
21/6/2014	Atualização Monetária Gera Geradora de Energia do Amazonas S/A	4.638,04
21/6/2014	Repasse para o Tesouro Gera Geradora de Energia do Amazonas S/A	(5.651.878,10)
16/6/2014	Amortização da Geranorte Geradora de Energia do Norte S/A	15.837.663,79
26/6/2014	Atualização Monetária Geranorte Geradora de Energia do Norte S/A	6.501,61
26/6/2014	Repasse para o Tesouro Geranorte Geradora de Energia do Norte S/A	(15.844.165,40)
15/7/2014	Amortização da Cia. Energética Manauara S/A	4.393.451,68
22/7/2014	Repasse Tesouro Cia. Energética Manauara S/A	(4.393.451,68)
15/8/2014	Amortização Eletrogóes S/A - Projeto 1	456.864,08
21/8/2014	Repasse Tesouro Eletrogóes S/A - Projeto 1	(456.864,08)
15/8/2014	Amortização Eletrogóes S/A - Projeto 2	48.227,48
21/8/2014	Repasse Tesouro Eletrogóes S/A - Projeto 2	(48.227,48)
15/8/2014	Amortização Minerva Ind. Com. de Alimentos S/A	3.783.302,42
21/8/2014	Repasse Tesouro Minerva Ind. Com. de Alimentos S/A	(3.783.302,42)
15/8/2014	Amortização Manaus Transmissora de Energia S/A	6.658.960,81
21/8/2014	Repasse Tesouro Manaus Transmissora de Energia S/A	(6.658.960,81)
15/9/2014	Amortização Geraoeste Usinas do Oeste S/A	3.965.408,74
23/9/2014	Repasse Tesouro Geraoeste Usinas do Oeste S/A	(3.965.408,74)
15/9/2014	Amortização Porto Franco Energética S/A	3.967.778,92
21/9/2014	Repasse Tesouro Porto Franco Energética S/A	(3.967.778,92)
16/9/2014	Amortização da Brazservice Wet Leather S/A	193.960,97
18/9/2014	Remun. Esp. do Banco sobre a Amort. da Brazservice Wet Leather	(26.422,43)
18/9/2014	Repasse para o Tesouro Brazservice Wet Leather S/A	(167.538,54)
30/10/2014	Amortização Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	22.776.809,54
11/11/2014	Atualização Monetária Linhas de Macapá Trans.a de Energia S/A	111.604,01
11/11/2014	Repasse para o Tesouro Linhas de Macapá Trans. de Energia S/A	(22.888.413,55)
30/10/2014	Amortização Linhas Xingú Transmissora de Energia S/A	25.806.313,15
11/11/2014	Atualização Monetária Linhas Xingú Transmissora de Energia S/A	118.504,70

11/11/2014	Repasse para o Tesouro Linhas Xingú Transmissora de Energia S/A	(25.924.817,85)
Saldo dia 31/12/2014		0,00

3.2 Outras informações

3.2.1 Posição das carteiras de ações:

Não foram emitidas ações.

CNPJ	Empresa		Logradouro	Município		Provisão
		Valor de aquisição		Valor atual		
Artigo/Espécie/classe	Quantidade	Unit. Médio	Total	Unitário	Total	

3.2.2 Provisão da carteira de ações:

Não há provisionamento.

3.2.3 Controle dos valores das prestações inadimplentes

Empresa	Valor Contratado	Saldo Normal	Saldo Vencido	Data Atraso
Usina Elétrica do Nhandu S/A	60.061.800,00	83.486.639,29.	8.315.793,54.	15/09/2014

3.2.4 Projetos do sistema FDA:

a) POSIÇÃO RESUMIDA SEGUNDO ESTADOS

Estado	Qde Projetos	Investimento Atualizado em R\$	FDA Previsto Atualizado em R\$	Liberado Atualizado em R\$	Empregos
TO	1	153.051.434,25	76.486.713,00	76.486.713,00	10
MT	4	472.400.839,04	280.360.646,00	232.556.086,98	392
RO	4	14.580.128.142,47	1.084.306.137,40	1.073.123.314,66	1.215
AM	3	1.793.347.042,91	364.792.448,68	364.792.448,68	200
PA	2	1.062.772.126,28	633.921.775,41	633.921.775,41	151
AP	1	949.280.043,00	569.568.025,79	569.568.025,79	37
MA	1	556.530.163,91	334.005.163,91	334.005.163,91	77
Total Geral	16	19.567.509.791,86	3.343.440.910,44	3.284.453.528,43	2.082

b) POSIÇÃO SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS

Setor Ramo	Qde Projetos	Investimento Atualizado em R\$	FDA Previsto Atualizado em R\$	Liberado Atualizado em R\$	Empregos
Hidrelétrica	5	14.177.149.989,56	1.024.239.119,25	1.020.192.319,00	294
Termoelétrica	3	957.631.206,82	548.797.612,59	548.797.612,59	277
Frigorífico	1	103.643.788,18	53.209.331,40	53.209.331,40	931

Curtume	1	29.006.583,72	17.416.046,00	17.416.046,00	132
Siderúrgica	1	58.692.477,28	31.474.021,00	31.474.021,00	114
Transmissão de Energia	4	4.033.885.266,30	1.543.804.780,20	1.532.621.957,46	174
Transporte	1	207.500.480,00	124.500.000,00	80.742.240,98	160
Total Geral	16,00	19.567.509.791,86	3.343.440.910,44	3.284.453.528,43	2.082

c) POSIÇÃO DETALHADA SEGUNDO ESTADOS

c.1) Estado do Tocantins-TO

EMPRESA	PORTO FRANCO ENERGÉTICA S. A
CNPJ	06.091.966/0001-68
Logradouro	Rua Jaime Pontes, 178, sala 01 – Dianópolis – TO
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	09/10/2006
Resolução	CONDEL ADA 50/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 153.051.434,25
FDA previsto atualizado	R\$ 76.486.713,00
Liberado atualizado	R\$ 76.486.713,00
Empregos (previsto)	10
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 18.984.961,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 6.835.038,50
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 24.135.000,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 11.987.481,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$ 12.273.639,00
6ª LIBERAÇÃO	R\$ 2.270.593,42
TOTAL	R\$ 76.486.712,92

c.2) Estado do Mato Grosso-MT

EMPRESA	USINA ELÉTRICA DO NHANDU S A.
CNPJ	00.347.122/0001-59
Logradouro	Sede: Av. Miguel Sutil, 6300, sala 2, Cuiabá – MT
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	18/10/2006
Resolução	CONDEL ADA 51/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 100.203.588,32
FDA previsto atualizado	R\$ 60.061.800,00
Liberado atualizado	R\$ 56.015.000,00
Empregos (previsto)	50
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 25.150.000,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 21.150.000,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 9.365.000,00

4ª LIBERAÇÃO	R\$ 3.288.000,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$ 758.800,00
TOTAL	R\$ 60.061.800,00

EMPRESA	MORRO DA MESA CONCESSIONÁRIA S A.
CNPJ	13.858.125/0001-07
Logradouro	Sede: Av. São Paulo, 770, Bairro: Distrito Industrial, Primavera do Leste - MT.
Classificação da Atividade no IBGE	6024-0/01– Transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal não urbano
Data de aprovação	27/06/2013
Resolução	CONDEL SUDAM 14/2013
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA TRANSPORTE
Investimento atualizado	R\$ 207.500.480,00
FDA previsto atualizado	R\$ 124.500.000,00
Liberado atualizado	R\$ 80.742.240,98
Empregos (previsto)	160
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 43.734.945,35
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 25.347.462,76
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 25.347.462,76
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 30.070.129,13
TOTAL	R\$ 124.500.000,00

EMPRESA	GERAOESTE USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S. A.
CNPJ	04.797.407/0001-42
Logradouro	Trav. H nº 14 - Residencial Dom Bosco – Cuiabá-MT
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	10/07/2006
Resolução	CONDEL ADA 38/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 135.690.187,00
FDA previsto atualizado	R\$ 78.382.800,00
Liberado atualizado	R\$ 78.382.800,00
Empregos (previsto)	50
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 30.500.000,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 21.080.000,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 11.400.000,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 9.930.000,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$ 5.472.800,00
TOTAL	R\$ 78.382.800,00

EMPRESA	BRAZSERVICE WET LEATHER S A
CNPJ	06.945.520/0001-53
Logradouro	Rua Arnaldo Estevan, nº 322, Centro – Pedra Preta – MT
Classificação da Atividade no IBGE	C - 15.10-6/00 – FABRICAÇÃO DE COUROS E PELES DE BOVINOS CURTIDOS (WET BLUE)
Data de aprovação	13/11/2006
Resolução	CONDEL ADA 52/2006
Natureza do projeto	INDÚSTRIA
Investimento atualizado	R\$ 29.006.583,72
FDA previsto atualizado	R\$ 17.416.046,00
Liberado atualizado	R\$ 17.416.046,00
Empregos (previsto)	132
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 11.062.666,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 2.956.591,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 1.053.594,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 2.343.195,00
TOTAL	R\$ 17.416.046,00

c.3) Estado de Rondônia-RO

EMPRESA	ELETROGOES S. A.
CNPJ	32.923.187/0001-91
Logradouro	Av. Carlos Dorneje, 96, Seringal – Pimenta Bueno – RO
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	28/11/2006
Resolução	CONDEL ADA 55/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 287.129.337,99
FDA previsto atualizado	R\$171.991.166,00
Liberado atualizado	R\$171.991.166,00
Empregos (previsto)	29
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 28.429.038,71
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 28.256.979,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 34.510.587,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 21.135.820,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$ 16.350.879,00
6ª LIBERAÇÃO	R\$24.896.273,00
7ª LIBERAÇÃO	R\$ 11.029.346,08
8ª LIBERAÇÃO	R\$7.382.243,46
TOTAL	R\$171.991.166,25

EMPRESA	MINERVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
CNPJ	07.955.536/0001-00
Logradouro	Rodovia 010, Km 14,5 – Rolim de Moura–RO
Classificação da Atividade no IBGE	5134-9 – Comércio atacadista de carnes e produtos de carne
Data de aprovação	05/07/2007
Resolução	2007/124
Natureza do projeto	INDÚSTRIA
Investimento atualizado	R\$ 103.643.788,18 (*)
FDA previsto atualizado	R\$ 53.209.331,40 (*)
Liberado atualizado	R\$ 53.209.331,40 (*)
Empregos (previsto)	931
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 5.992.622,92
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 15.666.165,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 22.909.852,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 9.224.063,08
TOTAL	R\$ 53.792.703,00 (*)
(*) Ocorreu redução no valor total do investimento aprovado, de R\$ 103.851.708,00 para R\$ 102.725.507,99, e redução no valor do FDA previsto de R\$ 53.792.703,00 para R\$ 53.209.331,40, a empresa devolveu ao Fundo a diferença de R\$ 583.371,60.	

EMPRESA	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
CNPJ	09.391.823/0001-60
Logradouro	Avenida Lauro Sodre 2800 Lote 256 Quadra 061-Bairro Rondônia – Porto Velho
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	23/12/2010
Resolução	41/2010
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 13.501.075.442,00
FDA previsto atualizado	R\$ 637.316.640,00
Liberado atualizado	R\$ 637.316.640,00
Empregos (previsto)	155
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	529.736.959,00
2ª LIBERAÇÃO	107.579.681,00
TOTAL	637.316.640,00

EMPRESA	ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA
CNPJ	10.515.520/0001-90
Logradouro	Quadra SCN Quadra 5 Bloco A 50 219- Asa Norte – Brasília – DF
Classificação da Atividade no IBGE	3512-3 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	04/05/2011
Resolução	08/2011
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 688.279.574,30
FDA previsto atualizado	R\$ 221.789.000,00
Liberado atualizado	R\$ 210.606.177,26
Empregos (previsto)	100
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 67.157.589,87
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 78.347.824,83
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 65.100.762,56
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 11.182.822,74
TOTAL	R\$ 221.789.000,00

c.4) Estado do Amazonas-AM

EMPRESA	GERA GERADORA DE ENERGIA DO AMAZONAS S.A.
CNPJ	07.469.933/0001-71
Logradouro	Rua Raimundo Nonato de Castro, Nº 03 – Ponta Negra – AM
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	31/07/2006
Resolução	42/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 202.591.061,04
FDA previsto atualizado	R\$ 116.194.953,73
Liberado atualizado	R\$ 116.194.953,73
Empregos (previsto)	50
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 61.165.390,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 39.704.560,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 15.325.003,73
TOTAL	R\$ 116.194.953,73

EMPRESA	COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA S.A.
CNPJ	07.303.379/0001-58
Logradouro	AM-10 S/N, KM-20, ZONA RURAL – MANAUS AM
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	03/08/2006
Resolução	Nº 43/2006
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 198.509.981,87 (*)
FDA previsto atualizado	R\$ 98.597.494,95 (*)
Liberado atualizado	R\$ 98.597.493,75
Empregos (previsto)	150
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 66.943.405,60
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 29.894.015,60
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 21.958.452,80
TOTAL	R\$ 118.795.874,00
(*) Ocorreu redução no valor total do investimento aprovado, de R\$ 198.509.981,87 para R\$ 174.552.324,19. E redução no valor do FDA previsto de R\$ 118.795.874,00 para R\$ 98.597.494,95.	

EMPRESA	MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA
CNPJ	09.584854/0001-37
Logradouro	Embaixador Abelardo Bueno 199 Sala 303- Bairro da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ
Classificação da Atividade no IBGE	3512-3 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	02/03/2011
Resolução	04/2011
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 1.392.246.000,00
FDA previsto atualizado	R\$ 150.000.000,00
Liberado atualizado	R\$ 150.000.000,00
Empregos (previsto)	0
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 75.000.000,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 75.000.000,00
TOTAL	R\$ 150.000.000,00

c.5) Estado do Pará –PA

EMPRESA	ALUBAR METAIS S.A.
CNPJ	83.673.756/0001-29
Logradouro	Porto Vila do Conde, Área 4, Zona portuária
Classificação da Atividade no IBGE	2733-3 - Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
Data de aprovação	28/11/2006
Resolução	Nº 54/2006
Natureza do projeto	INDÚSTRIA
Investimento atualizado	R\$ 58.692.477,28
FDA previsto atualizado	R\$ 31.474.021,00
Liberado atualizado	R\$ 31.474.021,00
Empregos (previsto)	114
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 13.514.958,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 1.462.822,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 1.462.822,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$10.065.878,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$ 485.435,00
6ª LIBERAÇÃO	R\$ 445.707,00
7ª LIBERAÇÃO	R\$ 3.763.391,00
8ª LIBERAÇÃO	R\$ 136.499,00
9ª LIBERAÇÃO	R\$ 136.509,00
TOTAL	R\$ 31.474.021,00

EMPRESA	LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ	10.240.186/0001-00
Logradouro	Rua Marechal Camera, 160 Sala 1816-Centro Rio de Janeiro –RJ
Classificação da Atividade no IBGE	3512-3 – Transmissão de Energia Elétrica
Data de aprovação	24/09/2010
Resolução	22/2010
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 1.004.079.649,00
FDA previsto atualizado	R\$ 602.447.754,41
Liberado atualizado	R\$ 602.447.754,41
Empregos (previsto)	37
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 221.308.635,82
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 50.264.782,01
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 71.326.685,58
4ª LIBERAÇÃO	R\$109.547.651,00
5ª LIBERAÇÃO	R\$150.000.000,00
TOTAL	R\$602.447.754,41

c.6) Estado do Maranhão – MA:

EMPRESA	GERADORA DE ENERGIA DO NORTE S.A.
CNPJ	09.110.880/0001-23
Logradouro	Rua Do Comercio Sn V-Ac A Subestacao Miranda Ii Da Eletronorte- Miranda do Norte –MA
Classificação da Atividade no IBGE	4011-8 – Produção e Distribuição de Eletricidade
Data de aprovação	11/08/2009
Resolução	10/2009
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 556.530.163,91 (*)
FDA previsto atualizado	R\$ 334.005.163,91 (*)
Liberado atualizado	R\$ 334.005.163,91 (*)
Empregos (previsto)	77
Cronograma de desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 171.031.408,00
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 56.301.380,00
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 53.502.817,00
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 53.221.395,00
TOTAL	R\$ 334.057.000,00 (*)
(*) A empresa abriu mão do saldo do FDA disponível na conta vinculada, devolvendo ao Fundo o valor de R\$ 51.836,09. Reduzindo, desta forma o valor Total do investimento de R\$ 556.582.000,00 para R\$ 556.530.163,91 bem como o FDA previsto de R\$ 334.057.000,00 para R\$ 334.005.163,91.	

c.7) Estado do Amapá – AP:

EMPRESA	LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ	10.234.027/0001-00
Logradouro	Rua Marechal Camera, 160 Sala 1815-Centro Rio de Janeiro –RJ
Classificação da Atividade no IBGE	3512-3 – Transmissão de Energia Elétrica
Data de aprovação	24/09/2010
Resolução	21/2010
Natureza do projeto	INFRAESTRUTURA
Investimento atualizado	R\$ 949.280.043,00
FDA previsto atualizado	R\$ 569.568.025,79
Liberado atualizado	R\$ 569.568.025,79
Empregos (previsto)	37
Cronograma de Desembolso	
1ª LIBERAÇÃO	R\$ 209.225.634,37
2ª LIBERAÇÃO	R\$ 82.526.175,12
3ª LIBERAÇÃO	R\$ 127.816.216,30
4ª LIBERAÇÃO	R\$ 150.000.000,00
TOTAL	R\$569.568.025,79

3.2.5 Créditos executados com origem no inadimplemento

Não houve créditos executados em 2014.

3.2.6 Atestados de regularidade emitidos

Beneficiária	Atestado	Ofício
MORRO DA MESA CONCESSIONARIA S/A	19/08/2014	54/2014
MORRO DA MESA CONCESSIONARIA S/A	10/11/2014	72/2014
COMPANHIA ENERGETICA MANAUARA	03/04/2014	19/2014

3.2.7 Certificados de conclusão emitidos

Beneficiária	Nº do Certificado	Data

3.3 Indicadores relevantes

Não se aplica

4. Conteúdos específicos

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais relativos ao agente operador no âmbito do FDA.

Nota: No ano de 2014 não houve tomada de contas especiais relativos ao agente operador no âmbito do FDA.

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades relativos ao agente operador no âmbito do FDA.

Nota: no ano de 2014 não houve registro de perdas, extravios ou outras irregularidades relativos ao agente operador no âmbito do FDA.

Anexo C - Recomendações de órgãos de controle relativas ao agente operador no âmbito do FDA.

Nota: no ano de 2014 não houve Recomendações de órgãos de controle relativas ao agente operador no âmbito do FDA, referente a gestão.

DIRETORIA EXECUTIVA

VALMIR PEDRO ROSSI

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES

Diretor de Infra-estrutura do Negócio

JOSÉ MARQUES DE LIMA

Diretor de Controle e Risco

WILSON EVARISTO

Diretor Comercial e de Distribuição

LUIZ OTAVIO MONTEIRO MACIEL JUNIOR

Diretor de Gestão de Recursos

VALEIDA NEILA P. DE SOUZA

Gerência de Acompanhamento de Crédito

Comercial e de Fomento

GEAFO

CARLOS JOSÉ Q. DA CUNHA

Gerência de Suporte Operacional

GESOP

RELATÓRIO DE GESTÃO PARA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE PROJETOS NO ÂMBITO DO FDA

1. Identificação	02
2. Responsabilidades institucionais	
2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	02
2.2 Papel da unidade na análise de projetos relativos ao FDA (art. 9º).....	03
3. Desempenho operacional	05
3.1 Projetos analisados.....	08
3.2 Indicadores relevantes.....	11
3.3 Outras Informações Relevantes.....	11
4. Conteúdos específicos	12
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais relativos às análises de projetos no âmbito do FDA	
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades relativas às análises de projetos no âmbito do FDA	
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle relativas às análises de projetos no âmbito do FDA	

1. Identificação

Dados identificadores do responsável pela análise de projetos

Nome completo do agente operador	Banco da Amazônia S/A	
Natureza jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação ministerial	Ministério da Fazenda	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 5.122 de 28/09/1966 publicado no D.O.U. em 29/09/1966. As competências e atribuições definidas na referida lei art. 1º e 2º. O Banco da Amazônia S.A será administrado por uma Diretoria constituída por seis membros, todos brasileiros e residentes no País, sendo um Presidente e cinco Diretores, dois dos quais, pelo menos, profissionais da atividade bancária.	
CNPJ	04.902.979/0001-44	
Endereço completo da sede	Av. Presidente Vargas, 800, Centro CEP 66.017-000- Belém –Pará	
Endereço da página institucional na internet	www.bancoamazonia.com.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Financeira	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
Não se aplica		

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Banco da Amazônia é focado em um modelo de desenvolvimento sustentável cuja missão visa contribuir para o desenvolvimento da Amazônia, através da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros.

O modelo adotado de desenvolvimento sustentável é focado na redução das desigualdades sociais e espaciais valorizando as potencialidades locais, a melhoria de qualidade de vida da população e inclusão social intra e inter-regionais. Esse processo é fundamental para o reconhecimento de que o desenvolvimento integrado de uma região com as características e complexidades da Amazônia, perpassa, necessariamente, pela incorporação de mecanismos da gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento.

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, adota o Diálogo à construção de consensos e na gestão compartilhada, para alcançar o desenvolvimento e bem-estar almejado. Atuando de forma eficiente, persistente, responsável, inovadora e comprometida com ética, transparência e respeito às pessoas e aos valores institucionais garantindo que as ações da empresa tenham efetividade.

Sendo a principal instituição financeira federal de fomento, o Banco da Amazônia, tem a missão de promover o desenvolvimento em sua região, possuindo papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 58% do crédito de longo prazo da Região. O Banco se articula com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e

Municipal, através de parcerias com diversas entidades, universidades, Sebrae, organizações não-governamentais ligadas ao fomento sustentável e aquelas representativas dos diversos segmentos do empresariado e dos pequenos produtores rurais.

O Banco da Amazônia possui exclusividade no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e ainda atende com outras fontes como: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo da Marinha Mercante, Orçamento Geral da União e recursos próprios além de possuir diversos pontos de atendimento que cobrem toda a Amazônia Legal, cerca de 59% do território nacional, e nas cidades de São Paulo e Brasília.

Reconhecer, como essencial, o conhecimento contínuo de competência técnicas e pessoais dos empregados faz-se importante para que seus colaboradores possam atuar com ética, transparência e respeito às pessoas e aos valores institucionais de forma eficiente, persistente, responsável, inovadora e comprometida, garantindo que as ações da empresa tenham efetividade.

Alinhado com a sustentabilidade, o Banco da Amazônia busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de novos produtos e serviços, para garantir recursos para as gerações futuras.

2.2. Papel da unidade na análise de projetos relativos ao FDA

Em concordância com o Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012, o Banco da Amazonia S.A. como agente responsável pela análise de projetos no âmbito do FDA desempenha o papel de assegurar que os projetos enquadrados pela SUDAM nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo e ou em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PAS, na área constituída dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parcela do Maranhão que se situa a Oeste do Meridiano 44°, estejam em consonância com as disposições do Art. 9º do referido decreto, cabendo ao agente operador o exercício das seguintes competências:

- I - analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos que demandam o apoio do FDA;
- II - negociar os aspectos de contratação das operações de apoio financeiro do FDA, observados os critérios e condições definidos pelo Conselho Monetário Nacional e os limites estabelecidos por este Regulamento e por normas complementares expedidas pela SUDAM, e Conselho Deliberativo da SUDAM;
- III - decidir pela contratação das operações com apoio financeiro do FDA, em projetos em que a participação do Fundo tenha a aprovação da SUDAM, observadas as normas internas do agente operador aplicáveis ao assunto;
- IV - creditar ao FDA, nas datas correspondentes, os valores devidos ao Fundo;
- V - acompanhar e supervisionar os projetos constantes em sua carteira beneficiados com recursos do FDA; e
- VI - exercer outras atividades relativas à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, observadas as regras específicas da política de crédito do agente operador.

§ 1º A remuneração do agente operador pela análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos

ficará a cargo dos proponentes e será definida pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º A instituição financeira que analisar a viabilidade econômico-financeira e de riscos do projeto ficará responsável pelas informações e opiniões emitidas em seu parecer.

Para satisfazer ao conjunto dessas competências atribuídas ao Banco da Amazonia S.A, a instituição conta com profissionais habilitados que através de equipes multidisciplinares e com metodologia própria adota todos os procedimentos necessários para a correta decisão de investimento em todas as suas dimensões.

O método adotado à avaliação do projeto consiste na apresentação de uma matriz de avaliação que permita a verificação do projeto aos objetivos estabelecido no plano de negócios e apresenta de forma transparente, os critérios relevantes para que a tomada de decisão se dê no sentido de assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no planejamento. Procura-se ainda, durante a análise, verificar se o projeto/empresa reúne capacidade técnica e econômico/financeira.

Entendida como a proposição, ou não, do apoio ao projeto, a conclusão final da análise, deve corresponder a uma avaliação dos elementos analisados, fundamentalmente os explicitados no Parecer de Análise. Caso a análise conclua por apoiar o projeto, deve-se explicitar as condições contratuais da operação, as quais deverão guardar estreita ligação com as Políticas Operacionais do Banco da Amazonia S.A. e, principalmente, com a real capacidade financeira da empresa. Deve-se, ainda, apresentar nas conclusões todas as recomendações que a análise sugere, tanto para o projeto quanto para seu acompanhamento posterior.

3. Desempenho operacional

A atividade de análise refere-se às questões relativas à eficiência do projeto, seja em termos dos seus coeficientes técnicos ou econômico/financeiros. Com isso procura-se verificar se o projeto/empresa reúne condições de competitividade, tomando por base o definido no processo de planejamento, bem como as questões relativas aos seguintes aspectos:

- 1) o padrão de concorrência do mercado do projeto;
- 2) a avaliação da empresa/grupo e de sua estratégia;
- 3) o projeto e seus impactos micro e macroeconômicos;

Essas informações servem de importante instrumento, destacando aspectos e questões a serem abordados na análise do projeto. Além disso, esse conhecimento permite a avaliação do impacto que a realização do projeto poderá ter sobre o padrão de concorrência do mercado.

Um segundo ponto relevante para a análise é o da avaliação do grupo ou empresa que detém o efetivo comando sobre as decisões relacionadas ao projeto.

No que diz respeito ao projeto propriamente dito, busca-se analisar sua concepção e adequação aos elementos de análise destacados na análise de mercado e na avaliação do grupo/empresa. Além dos aspectos administrativos, organizacionais e financeiros, a análise identifica a estratégia de concorrência que leva o grupo/empresa à realização do projeto, bem como o impacto que a efetivação dessa decisão deverá ter sobre a própria estratégia e estrutura da empresa/grupo.

Ao efetuar-se a análise, tem-se em mente que o projeto é o resultado concreto da decisão de investimento e da estratégia de concorrência de uma empresa/grupo.

Sob essa ótica de análise, dois aspectos precisam ser destacados: o primeiro diz respeito à identificação de qual organização jurídica, empresa ou grupo detém o efetivo comando das decisões

relacionadas ao projeto a ser analisado; e o segundo refere-se à estrutura administrativo-organizacional que deverá estar diretamente relacionada à operacionalização do projeto.

A identificação do Grupo consiste na apresentação sucinta da estrutura do grupo, de sua expressão em suas principais áreas de atuação, bem como na explicitação de sua estratégia de crescimento e modernização a longo prazo.

Ao se analisar a Situação Financeira, objetiva-se avaliar a evolução histórica da estrutura patrimonial e dos resultados obtidos pela empresa/grupo no passado recente (três últimos exercícios), interpretando-a tanto como resultado das situações impostas pelo ambiente externo (situação econômica, mercado financeiro, padrão da concorrência etc.) quanto como decorrente das ações adotadas pela empresa em função de suas características próprias (ciclo produtivo, comercial, produtividade, custos).

A análise situa a empresa, comparando a evolução de seus principais indicadores: índice de capitalização, liquidez, rotação de ativo, rentabilidade do capital total e próprio, margens bruta e líquida.

A descrição do(s) objetivo(s) do projeto consiste numa abordagem sumária das suas características (expansão, implantação etc.) e dos efeitos buscados em sua implementação (melhoria de produtividade, desenvolvimento tecnológico etc.), bem como da sua importância para a viabilização da estratégia da empresa no mercado.

Na Análise dos Fatores Técnicos do Projeto, verifica-se a tecnologia e outros fatores técnicos do projeto que sejam julgados relevantes (engenharia, equipamentos e materiais, recursos humanos) que passam por uma análise em que se identifiquem, entre outros, os seguintes pontos:

- 1) Procedência;
- 2) Contratos necessários e sua adequabilidade perante o país, a empresa e os órgãos governamentais envolvidos;
- 3) Custos para a empresa;
- 4) Capacidade de desenvolvimento; e
- 5) Disponibilidade de matéria-prima.

Também aborda-se a Localização do Projeto levando em conta a sua localização, sua abrangência, além dos aspectos relacionados ao ambiente em que deverá se inserir o projeto. Para tanto, os seguintes pontos são avaliados:

- 1) Disponibilidade dos fatores de produção;
- 2) Infra-estrutura existente e programada;
- 3) Proximidade de centros consumidores;
- 4) Atividades econômicas características da região em que vai se implantar o projeto;
- 5) Potencial de desenvolvimento regional;
- 6) Mobilização de mão-de-obra necessária face às demais atividades já existentes;
- 7) Disponibilidade atual ou previsão para serviços de alimentação, educação, transportes, etc; e
- 8) Envolvimento com os órgãos responsáveis pelo controle do meio ambiente e outros pertinentes aos aspectos sociais do projeto.

A análise dos usos do projeto abrange a adequabilidade dos seus custos e de seus cronogramas de distribuição no tempo, bem como se verifica o prazo de implantação do projeto e sua situação atual.

Na análise dos itens de fontes do projeto, são destacados os seguintes aspectos:

- 1) A existência ou possibilidade de obtenção de incentivos governamentais ao projeto e necessárias providências para enquadramento;
- 2) A vinculação de recursos de terceiros ou de linhas específicas para itens dos usos;
- 3) O risco relativo à programação de recursos tanto no que diz respeito aos valores de cada fonte quanto à época assumida dos aportes; e
- 4) A recorrência ao mercado de capitais.

Avaliam-se, entre outros, os impactos sobre:

- 1) A configuração do grupo;
- 2) A capacidade do grupo/empresa de implementar o projeto;
- 3) A estrutura administrativo-organizacional: necessárias reestruturações, contratações ou dispensas de pessoal, melhoria dos sistemas de informações, entrada de novo sócio etc.;
- 4) Os fatores técnicos da produção: matérias-primas, insumos, combustíveis, utilidades, ciclo produtivo, produtividade, qualidade do produto etc; e
- 5) Os aspectos tecnológicos: apropriação, capacitação, desenvolvimento, pesquisa etc.

Destaque especial também é dado à consolidação dos resultados econômico-financeiros da empresa com os do projeto, segundo a hipótese básica formulada. A análise encerra-se com uma síntese das conclusões e recomendações e é encaminhada para os níveis decisórios.

4. Relatórios FDA

Sobre o Relatório de Projetos do FDA, com base no ano **de 2014**, em atendimento ao item 3.14 do CONTRATO N° 087/2009 que regula a Prestação de Serviços de Análise de Viabilidade Econômico – Financeira, Informamos que não houve projetos do FDA em análise em nossa gerência nesse período.

DIRETORIA EXECUTIVA

VALMIR PEDRO ROSSI

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES

Diretor de Infra-estrutura do Negócio

WILSON EVARISTO

Diretor Comercial e de Distribuição

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS

Diretor de Análise e Reestruturação

LUIZ OTÁVIO MONTEIRO MACIEL JÚNIOR

Diretor de Gestão de Recursos

JOSE MARQUES DE LIMA

Diretor de Controle e Risco

FRACIMAR RODRIGUES MACIEL

Gerente Executivo

ALINE COUTINHO FERNANDES ARAUJO

Coordenadoria de Análise de Projetos

ANEXO VI – Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas – BANCO DO BRASIL



Banco do Brasil S. A.
Diretoria de Governo

**RELATÓRIO DE GESTÃO
AGENTE OPERADOR**

**FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
Período: Jan – Dez de 2014**

Brasília- DF, Março/2015

Sumário

1. Identificação do Agente Operador	3
2. Responsabilidades Institucionais	3
2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	3
2.2. Papel da Unidade na Operação do FDA	4
3. Desempenho Operacional	6
3.1. Atividades Relacionadas à Análise de Projetos	6
3.1.1. Projetos Analisados	6
3.1.2. Projetos Arquivados/Cancelados	6
3.1.3. Projetos em Análise	7
3.2. Atividades Relacionadas à Contratação das Operações e demais Procedimentos	9
3.2.1. Operações Contratadas em 2014	9
3.2.2. Operações Contratadas – Posição Acumulada	9
3.2.3. Contratação de Financiamentos em Andamento	10
3.3. Certificados de Conclusão de Empreendimento Emitidos - Operações com Risco Integral do Agente Operador	11
3.4. Outras Atividades Desenvolvidas pelo Agente Operador	11
3.5. Dados Relevantes	11
3.5.1. Desembolsos Realizados em 2014	11
3.5.2. Reembolsos Realizados em 2014	12
3.5.3. Reembolsos Realizados – Posição Acumulada até 31/12/2014	12
3.6. Operações Inadimplidas	12
3.6.1. Inadimplência com Risco Integral do Agente Operador	12
3.6.2. Inadimplência com Risco Compartilhado	12
3.7. Legislação Aplicável	12
3.8. Conteúdos Específicos	13
3.9. Responsáveis pela Elaboração do Relatório	13

1. Identificação do Agente Operador

Dados Identificadores	
Nome Completo do Agente Operador	Banco do Brasil S.A.
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista
Vinculação Ministerial	Ministério da Fazenda
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Decreto nº 1.455, de 30 de dezembro de 1905; Estatuto Social do Banco do Brasil, de 19 de dezembro de 2013. Autorização Bacen, de 21 de janeiro de 2014.
CNPJ/MF	00.000.000/0001-91
Endereço Completo da Sede	SAUN, Quadra 5, lote B - Torre I - Ed.BB - CEP: 70.040-912 - Brasília (DF) Fone: (61) 3493-1000
Endereço Eletrônico (Site)	www.bb.com.br
Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	Ativa
Função de Governo Predominante	Administração
Tipo de Atividade	Banco múltiplo, com carteira comercial.

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

No âmbito de Fundos e Programas o Banco do Brasil atua em diferentes funções, segundo previsão legal ou relação contratual com entes governamentais alocadores de recursos: a) Agente Financeiro - promovendo aplicação dos recursos alocados em diversos setores da economia, geradores de emprego e renda, em atendimento a políticas de estado; b) Gestor/Administrador - gerindo os ativos financeiros, fazendo a gestão orçamentária, contábil e financeira dos recursos, além da prestação de contas aos órgãos vinculados e às entidades de controle e; c) Agente Operador - no caso do FDA, cujas atribuições legais são promover aplicação dos recursos alocados, administrar o fluxo financeiro e acompanhar/fiscalizar a execução dos projetos financiados.

Os Fundos e Programas são internamente classificados em: a) Fundos de *Funding* - aqueles cujos recursos alocados se destinam à realização de operações de crédito, sendo o Banco um dos agentes financeiros, podendo o risco de crédito dos empréstimos e/ou financiamentos ser do BB ou do alocador; b) Fundos Garantidores - aqueles que objetivam prestar garantia às instituições financeiras e parceiros em relação às operações de crédito e; c) Fundos Contábeis - aqueles constituídos por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis destinados a atender a saques a serem efetuados diretamente contra o caixa do Tesouro Nacional (Decreto 93.872/86, Art. 71).

A estrutura de governança do Banco do Brasil utilizada para condução das atividades relacionadas a Fundos e Programas em que o Banco do Brasil exerce as funções de gestor/administrador, assim como de agente operador, é a mesma Governança Corporativa dedicada para todo o Conglomerado e que se encontra alinhada aos princípios de governança corporativa do Novo Mercado, do qual o BB passou a integrar desde 2006. Essa forma de gestão da organização visa garantir às partes interessadas transparência dos atos de gestão, equidade no tratamento da prestação de contas, cumprimento de leis e regulamentos, além da eficácia e eficiência operacional.

A Diretoria de Governo - Digov, por suas Gerências Executivas Fundos e Programas - Gefup e Negócios com o Executivo Federal - Genef é responsável pela gestão do passivo dos Fundos e Programas e pelo relacionamento institucional com os alocadores, apoiando-se nas premissas/orientações de várias áreas e subsidiárias, como Coger (Contabilidade), Dijur (Assessoria Jurídica), Dicoi (Controles Internos), Diges (Gestão da Segurança), Difin (Assessoria Financeira) e Disat (Soluções de Atacado), entre outras.

Como facilitador das políticas públicas, o Banco do Brasil conta com uma estrutura de agências que busca viabilizar a convergência em relação às demandas e características do mercado, garantindo a efetiva divulgação das estratégias globais e específicas e o esforço conjunto e coordenado na busca de soluções e resultados, para aplicação em projetos e programas de interesse nacional.

2.2. Papel da Unidade na Operação do FDA

Destacam-se dentre as competências e responsabilidades do Banco do Brasil, enquanto Agente Operador do FDA, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e normas complementares:

- I. efetuar a análise da viabilidade econômico-financeira do PROJETO que demanda o apoio financeiro do FDA, responsabilizando-se pelas informações e opiniões emitidas em seu parecer;
- II. negociar os aspectos de contratação da operação de apoio financeiro do FDA, observados os critérios e condições definidos pelo Conselho Monetário Nacional e os limites estabelecidos pelo Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e por normas complementares expedidas pela SUDAM e Conselho Deliberativo da SUDAM;
- III. decidir pela contratação da operação com o apoio financeiro do FDA no PROJETO, observadas as suas normas internas aplicáveis ao assunto;
- IV. creditar ao FDA, nas datas correspondentes, os valores devidos ao Fundo, de acordo com as condições estabelecidas no art. 3º da Resolução nº 4.171/2012 do CMN e alterações;
- V. acompanhar e supervisionar o PROJETO beneficiado com recursos do FDA;
- VI. exercer outras atividades relativas à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, observadas as regras específicas de sua política de crédito;
- VII. fiscalizar e atestar as informações apresentadas pela EMPRESA e, mediante proposta da SUDAM, aquelas constantes do parecer de análise do PROJETO;
- VIII. decidir se há interesse em atuar como agente operador e assumir o risco de crédito em cada operação;

[4]



- IX. fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil da EMPRESA e do PROJETO durante sua implantação e execução;
- X. solicitar a liberação de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDA, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos e aprovados, desde que esteja em situação de regularidade e haja solicitação do interessado;
- XI. encaminhar à SUDAM, informações sobre as operações contratadas no âmbito do FDA, relativas ao mês anterior, no modelo e formato definido pela SUDAM, para compor o Balanço Patrimonial deste Fundo, cujos registros serão lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, mensalmente;
- XII. efetuar controle em separado dos valores das prestações inadimplidas, acrescidos dos encargos previstos no Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012;
- XIII. encaminhar à SUDAM, relatório mensal de atividades do **AGENTE OPERADOR** no âmbito do FDA, no formato e modelo definido pela SUDAM;
- XIV. efetuar controle em separado para as despesas do FDA previstas no Inciso II do art. 3º do Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012, com destinação específica para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, na forma definida pela SUDAM.;
- XV. emitir os certificados de conclusão dos empreendimentos financiados, quando atendidas as condicionantes pertinentes.



3. Desempenho Operacional

3.1 Atividades Relacionadas à Análise de Projetos

3.1.1 Projetos Analisados

No exercício de 2014 foi analisado 01 projeto com pleito de financiamento pelo FDA, conforme Quadros 01, a seguir, na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e normas complementares, compreendendo aporte de recursos no montante de R\$ 576.067 mil, para um investimento total estimado em R\$ 1.359.811 mil.

O tempo médio de análise dos projetos foi de 115 dias.

**QUADRO 01 - OPERAÇÕES DO FDA ANALISADAS EM 2014
RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR**

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	Sector	Investimento Total (a)	Financiamento FDA (b)	% FDA (b/a)	% Juros
BELEM BIOENERGIA BRASIL S.A.	Indústria	1.359.811	576.067	42,36	5,5 a.a.
TOTAL		1.359.811	576.067	42,36	

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

No exercício de 2014 não foram analisados projetos na modalidade de risco compartilhado, conforme previsto no Decreto nº 4.254/2002 e alterações. Portanto, não há informações a serem registradas no QUADRO 02.

**QUADRO 02 - OPERAÇÕES DO FDA ANALISADAS EM 2014
RISCO COMPARTILHADO**

NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM REGISTRADAS NESTE QUADRO

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	Sector	Investimento Total (a)	Financiamento FDA (b)	% FDA (b/a)	% Juros	% Risco
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-		

3.1.2 Projetos Arquivados/Cancelados

No exercício de 2014 não foram arquivados/cancelados projetos com pleitos de financiamento pelo FDA, conforme detalhamento a seguir.

3.1.3 Projetos em Análise

Em 31 de dezembro de 2014 encontravam-se em análise nesta Instituição Financeira 02 projetos, conforme informações a seguir especificadas.

EMPRESA:				LOCALIZAÇÃO	
WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS LTDA					
SETOR				MUNICÍPIO	UF
Infraestrutura				São Luis	MA
OBJETO DO PLEITO					
Financiamento de um terminal portuário pra uso privado, localizado na cidade de São Luis, no Estado do Maranhão. O empreendimento foi denominado Porto de São Luis.					
INVESTIMENTOS POR FONTE (RS 1.000,00)				TEMPO DE ANÁLISE	
Próprios	FDA	Outros	Total	Data Início	Data Prevista Conclusão (1)
185.000	454.000	191.000	830.000	Aguardando Projeto	28/08/2015
SITUAÇÃO DO PROJETO:			<input type="checkbox"/> Aguardando Análise <input type="checkbox"/> Em Análise <input checked="" type="checkbox"/> Aguardado Dados		
COMENTÁRIOS SOBRE O ESTÁGIO DA ANÁLISE					
Em 30/12/2014, o Banco autorizou a elaboração do projeto definitivo pela proponente. Este prazo de entrega do projeto e demais documentos, de acordo com a IN, é de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. Portanto, o prazo máximo para entrega do projeto pela proponente é 30/04/2015.					
(1) Estimar a data prevista para a conclusão da análise. Comentar sobre o estágio da análise do projeto, relacionando as eventuais pendências e as providências adotadas junto à empresa proponente.					

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil



EMPRESA:				LOCALIZAÇÃO	
FIAGRIL INDUSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS LTDA.					
SETOR				MUNICÍPIO	UF
Fabricação de Álcool				Lucas do Rio Verde	MT
OBJETO DO PLEITO					
Implantação de unidade industrial para fabricação de sorgo e milho com finalidade de produção de etanol anidro e hidratado, farelo seco e óleo bruto.					
INVESTIMENTOS POR FONTE (R\$ 1.000,00)				TEMPO DE ANÁLISE	
Próprios	FDA	Outros	Total	Data Início	Data Prevista Conclusão (1)
60.167	146.214	94.453	300.834	07/10/2014	02/04/2015
SITUAÇÃO DO PROJETO:				<input type="checkbox"/> Aguardando Análise <input checked="" type="checkbox"/> Em Análise <input type="checkbox"/> Aguardado Dados	
COMENTÁRIOS SOBRE O ESTÁGIO DA ANÁLISE					
Projeto em análise na Diretoria de Crédito- DICRE, com previsão de conclusão para 02/04/2015. A empresa obteve enquadramento do FDA junto à Sudam, com vencimento em 09/04/2015. Caso aprovado o projeto pela DICRE, o BB participaria com até 50% do valor, R\$ 73.107 mil e o BASA com a outra metade.					
(1) Estimar a data prevista para a conclusão da análise. Comentar sobre o estágio da análise do projeto, relacionando as eventuais pendências e as providências adotadas junto à empresa proponente.					

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

3.2 Atividades Relacionadas à Contratação das Operações e demais Procedimentos

3.2.1 Operações Contratadas em 2014

No exercício de 2014, no âmbito desta Instituição Financeira, foi formalizado 01 contrato de financiamento com recursos do FDA, conforme QUADRO 03, a seguir, na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e normas complementares, compreendendo aporte de recursos no montante de R\$ 576.067 mil, para um investimento total estimado em R\$ 1.359.811 mil.

QUADRO 03 - OPERAÇÕES DO FDA CONTRATADAS EM 2014
RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR

Valores em R\$ 1.000,00

Projeto	Setor	UF	Data da Contratação	% Juros	Valor Contratado	Valor Liberado
BELEM BIOENERGIA BRASIL S.A.	Indústria	PA	10/08/2014	5,5 a.a.	576.067	89.125
TOTAL					576.067	89.125

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

No exercício de 2014 não foram contratados projetos na modalidade de risco compartilhado, conforme previsto no Decreto nº 4.254/2002 e alterações.

3.2.2 Operações Contratadas – Posição Acumulada

Não houve contratação de operações na modalidade de RISCO COMPARTILHADO, conforme previsto no Decreto nº 4.254/2002 e alterações nesta Instituição Financeira, até o exercício de 2014.

No QUADRO 06 são apresentadas as operações do FDA contratadas até 31 de dezembro de 2014, na modalidade de RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR, conforme previsto no Decreto nº 7.839/2012 e normas complementares.

QUADRO 06 - OPERAÇÕES DO FDA CONTRATADAS
ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2014 - RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR

Valores em R\$ 1.000,00

Projeto	Setor	UF	Data da Contratação	% Juros	Valor Contratado	Valor Liberado
BELEM BIOENERGIA BRASIL S.A.	Indústria	PA	10/08/2014	5,5 a.a.	576.067	89.125
TOTAL					576.067	89.125

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

3.2.3 Contratação de Financiamentos em Andamento

Não havia projetos em fase de contratação nesta Instituição Financeira, em 31/12/2014, na modalidade RISCO COMPARTILHADO, conforme previsto no Decreto nº 4.254/2002 e alterações. Portanto, não há informações a serem incluídas no QUADRO 07.

**QUADRO 07 - OPERAÇÕES DO FDA EM FASE DE CONTRATAÇÃO
POSIÇÃO EM DEZEMBRO/2014 - RISCO COMPARTILHADO
*NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM REGISTRADAS NESTE QUADRO***

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	Sector	UF	Invest. Total (a)	Financ. FDA (b)	% FDA (b/a)	% Juros	% Risco
-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL			-	-	-	-	-

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

Em 31 de dezembro de 2014, no âmbito desta Instituição Financeira, não constavam operações com recursos do FDA em fase de contratação, na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e normas complementares, na modalidade de RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR. Portanto, não há informações a serem registradas no QUADRO 08.

**QUADRO 08 - OPERAÇÕES DO FDA EM FASE DE CONTRATAÇÃO
POSIÇÃO EM DEZEMBRO/2014 - RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR
*NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM REGISTRADAS NESTE QUADRO***

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	Sector	UF	Invest. Total (a)	Financ. FDA (b)	% FDA (b/a)	% Juros
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL			-	-	-	-

Fonte: Diretoria Soluções de Atacado – Banco do Brasil

3.3 Certificados de Conclusão de Empreendimento Emitidos - Operações com Risco Integral do Agente Operador

Não há registro de emissão de Certificados de Conclusão de Empreendimentos para as operações contratadas nas formas previstas no Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 7.839/2012 e nº 4.254/2002.

QUADRO 09 – SITUAÇÃO DOS PROJETOS QUANTO A EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO *NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM REGISTRADAS NESTE QUADRO*

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	UF	Data Contrato	Valor Contratado	Valor Liberado	Certificado (Sim ou Não)
-	-	-	-	-	-

3.4 Outras Atividades Desenvolvidas pelo Agente Operador

Este AGENTE OPERADOR não possui informações sobre outras atividades desenvolvidas com relação às operações contratadas com recursos do FDA.

3.5 Dados Relevantes

3.5.1 Desembolsos Realizados em 2014

QUADRO 10 – DESEMBOLSOS REALIZADOS EM 2014 PARA CONTRATOS COM RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR

Valores em R\$ 1.000,00

Empresa	UF	Valor Contratado Empresa	Valor Liberado Projeto	Remuneração SUDAM
BELEM BIOENERGIA BRASIL S.A.	PA	576.067	89.125	1.782
TOTAL		576.067	89.125	1.782

Fonte: Diretoria de Governo – Banco do Brasil

3.5.2 Reembolsos Realizados em 2014

Não houve reembolso de recursos na forma prevista na Resolução nº 4.171/2012 do Conselho Monetário Nacional em virtude da operação contratada encontrar-se no período de carência. Portanto, não há informações a serem inseridas no QUADRO 12.

**QUADRO 12 - VALORES REEMBOLSADOS AO FDA NO EXERCÍCIO DE 2014
- RISCO INTEGRAL DO AGENTE OPERADOR**

Empresa	Principal	Juros	Multa	Total
-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

3.5.3 Reembolsos Realizados – Posição Acumulada até 31/12/2014

Para as operações do FDA contratadas sob a égide do Decreto nº 7.839/2012, com RISCO INTEGRAL dos Agentes Operadores, não será apresentada a posição acumulada até 31/12/2014, uma vez que não há registro de reembolsos em exercícios anteriores.

3.6 Operações Inadimplidas

3.6.1 Inadimplência com Risco Integral do Agente Operador

Para as operações do FDA contratadas sob a égide do Decreto nº 7.839/2012, com risco integral dos Agentes Operadores, não há registro de inadimplência.

3.6.2 Inadimplência com Risco Compartilhado

Não existem operações contratadas na modalidade RISCO COMPARTILHADO.

3.7 Legislação Aplicável

- IN (Instrução Normativa) TCU 63/2010
- DN (Decisão Normativa) TCU 134/2013
- PORTARIA TCU 90/2014

3.8 Conteúdos Específicos

Anexo A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais Relativas ao Agente Operador no âmbito do FDA. **“NÃO HÁ REGISTRO”**

Anexo B – Recomendações de Perdas, Extravios ou de outras Irregularidades Relativas ao Agente Operador no âmbito do FDA. **“NÃO HÁ REGISTRO”**

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Relativas ao Agente Operador no âmbito do FDA. **“NÃO HÁ REGISTRO”**

3.9 Responsáveis pela Elaboração do Relatório

Diretoria de Governo
Gerência Fundos e Programas - GEFUP
Divisão de Administração de Fundos e Programas Federais I – DIFUP I



Cassiano Rodrigo Marques
Gerente



Leonardo Davi Silva Aprigio
Assessor